

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO**

MARIA APARECIDA DE FARIAS

**O ROMPER DO SILÊNCIO:
a trajetória da Educação Escolar em Arapiraca (AL),
de seu povoamento até a década de 1950.**

**Maceió-AL
2007**

MARIA APARECIDA DE FARIAS

**O ROMPER DO SILÊNCIO:
a trajetória da Educação Escolar em Arapiraca (AL),
de seu povoamento até a década de 1950.**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Alagoas - Mestrado em Educação
Brasileira - linha de Pesquisa "*História e
Política da Educação*", como requisito
para obtenção do grau de Mestre em
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa.

Maceió (AL)
2007

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

F224r Farias, Maria Aparecida de.
 O romper do silêncio : a trajetória da educação escolar em Arapiraca (AL), do seu povoamento até a década de 1950 / Maria Aparecida de Farias. – Maceió, 2007. 119 f.

 Orientadora: Elcio de Gusmão Verçosa.
 Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2007.

 Bibliografia: f. 116-119.

 1. Educação escolar – Arapiraca (AL) - História. 2. Ação Pedagógica. 3. Ética. I.Título.

CDU: 37(813.5)

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa - UFAL/UNEAL – AL
Presidente**

**Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do
Nascimento – UNIT – SE
Examinadora**

**Prof. Dr. Cícero Péricles de Carvalho – UFAL
Examinador**

RESUMO

Este trabalho apresenta o primeiro levantamento e uma análise da trajetória da educação escolar em Arapiraca (AL), partindo da ação pedagógica desenvolvida no processo de escolarização desde o início do seu povoamento até a década de 1950. O intuito deste estudo é tentar entender por que a educação escolar, que no início ali se processou de forma lenta e pouco expressiva, quando comparada com o desenvolvimento educacional da capital e de alguns municípios alagoanos, conseguiu, a uma certa altura de sua história, avançar mais do que os demais municípios do Estado. Nessa pesquisa, a cultura fumageira aparece como elemento que ora desestimula o processo educacional, ora contribui com o salto vertiginoso que vai tornar Arapiraca a segunda maior cidade do estado no plano econômico e social. A ética paternalista cristã predominante na prática dos professores e das professoras que eram indicados pelas lideranças locais ou contratados pelos pais de família, sob forte orientação da Igreja, expressa no tipo de ensino que iria ter origem e se desenvolver em Arapiraca, nos âmbitos público e privado, é considerada como elemento central na construção daquela sociedade e, conseqüentemente, da educação escolar que ali se vai desenvolver. Nesse processo de desenvolvimento da escolarização institucional em Arapiraca, especial destaque foi dado ao Grupo Escolar Adriano Jorge que imprime novos rumos, na década de 1940, à educação arapiraquense, bem como à implantação, em seguida, de uma escola privada e, na década de 1950, de uma escola particular confessional destinada à educação feminina e à chegada da escola da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CENEG, indo-se até ao final dos anos de 1950, quando Arapiraca passa dos últimos para os primeiros lugares em termos de oferta de educação escolar no interior alagoano.

PALAVRAS-CHAVE:. Processo Educacional – Ética paternalista cristã – Ação Pedagógica – Educação Escolar em Arapiraca.

ABSTRACT

Departing from the pedagogical action developed in Arapiraca, this work introduces for the first time a data collection and the analysis of the trajectory of the school education in that city, from the beginning of its population until the decade of 1950. The aim of this study is to try to explain why the school education, that was slow and not expressive in relation to other cities of the state of Alagoas, has at a certain point of its history advanced more than other municipalities. This research leads to the conclusion that the agricultural activity of tobacco is a factor that both enfeebled and contributed to the educational process, with the vertiginous impulse that is going to transform the city of Arapiraca in the second largest city in the state, economically and socially speaking. A predominant Christian paternalistic ethics in the practicing of teachers who were indicated by local leaders or hired by the families, under strong orientation of the Catholic church, is considered a nodal point in the construction of that society and consequently in the school education process. In this process of institutional development of the school education in Arapiraca, a special emphasis was given to Adriano Jorge Elementary School, created in 1940. This establishment, a private school in 1950, a private confessional school dedicated to the feminine education and a school from the National Campaign for Free High Schools (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CENEG) gave new directions to the process of education in Arapiraca, impulsing the city from the last to the first places in terms of educational opportunities in the interior of Alagoas.

Key words: Educational Process – Christian paternalistic ethics – Pedagogical Action – School education in Arapiraca

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Criador de todas as coisas, por iluminar meus caminhos na elaboração dessa pesquisa.

Não posso deixar de mencionar nessa página, antes de qualquer pessoa, os nomes dos que foram fundamentais para que eu pudesse chegar a essa caminhada:

em primeiro lugar, os meus filhos Raul, Luciano, Alexandre e Alessandra, os quais me ajudaram a realizar esse sonho;

ao professor Antonio Barbosa Lúcio, companheiro de trabalho, o qual mostrou que nunca é tarde para recomeçar, devo também a minha gratidão.

ao Professor Dr. Elcio, que, com sua sabedoria, tem mostrado os caminhos que devo trilhar para alcançar meu objetivo, sou igualmente grata.

aos companheiros do Grupo de Pesquisa *“Caminhos da Educação em Alagoas”*, Professora Dra. Graça Loyola Madeiro, Professor Ms. Wilson Sampaio, às amigas: Mônica Santos e Ana Luiza, que muito contribuíram com minha análise, trazendo discussões valiosas para o grupo e fazendo sugestões no momento oportuno, o meu muito obrigada, de coração.

aos historiadores arapiraquenses Valdemar Macedo e Zezito Guedes, por estarem sempre à minha disposição para auxiliar no meu trabalho, indicando, inclusive, novas pistas a serem seguidas, o reconhecimento da discípula.

Enfim, a todos e todas que direta ou indiretamente foram responsáveis pela execução dessa investigação, a minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - ARAPIRACA: DO ROÇADO DE MANDIOCA À TERRA DO “OURO VERDE”	32
CAPÍTULO II - A RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA	50
CAPÍTULO III – PRÁTICAS E SABERES: O ENSINO DESENVOLVIDO PELAS PRINCIPAIS ESCOLAS DE ARAPIRACA, ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal reconstruir, pela primeira vez, a trajetória da educação escolar em Arapiraca, enfatizando a ação pedagógica predominante no processo de escolarização desse município, sobretudo, a consolidação de uma prática educacional vinculada à própria sistemática da concepção de organização social desenvolvida por seus povoadores, analisando essa trajetória, sobretudo, nos seus aspectos sócio-políticos e histórico-antropológicos.

A minha intenção é perceber como a própria dinâmica organizacional da sociedade arapiraquense, desenvolvida por iniciativa da sua elite econômica e política, que, num primeiro momento, aponta para a exclusão das demais camadas sociais, a uma certa altura se desenvolve no sentido de imprimir preeminência à educação escolar arapiraquense sobre aquela desenvolvida pelos municípios de maior relevo ao longo da história alagoana, atuando no sentido da inclusão no processo de escolarização, ainda que limitada e regulada, das camadas economicamente desfavorecidas da sociedade de Arapiraca.

Pretendo, portanto, nesse trabalho, em última instância, lançar luz sobre uma realidade sócio-política, histórica e cultural marcada pelo poder coercitivo da elite, por pedagogias excludentes e por forças conservadoras que buscaram manter o *status quo* de uma camada da população em detrimento da outra, mesmo quando ampliam as oportunidades educacionais para as camadas subalternas da sociedade.

A historiografia arapiraquense existente, escrita principalmente por Guedes (1999) e Macedo (1992), sempre apontou os fatores considerados responsáveis pela construção daquela sociedade como oriundos da forma de organização da sua estrutura econômica, mas, sempre desvinculando o tipo de escolarização dessa dinâmica econômica e da postura sociopolítica e cultural dos grupos que detinham o poder em Alagoas e especificamente em Arapiraca. Quando, neste estudo, procuro agir de forma diversa, tomo em

consideração, antes do mais, as palavras de Weber (2001), que nos ensina que a percepção de toda ação ou não ação humana implica uma tomada de posição a favor de determinados valores e conseqüentemente contrária a outros valores, o que, infelizmente, ainda hoje é freqüentemente omitido na historiografia da educação, ao menos em Alagoas.

Na verdade, a história da educação de Arapiraca sempre foi relegada a segundo plano no contexto das obras dos principais historiadores arapiraquenses ou tratada de forma genérica e como feito humanitário de determinados personagens, a exemplo do trabalho de Guedes (1999), intitulado **“Arapiraca através dos Tempos”**, que, por exemplo, ao se referir à educação em Arapiraca, trata o Grupo Escolar Adriano Jorge como escola da elite. Já o trabalho de Macedo (1994), chamado **“Arapiraca na História de Alagoas”**, que se caracteriza por uma historiografia predominantemente factual, centrada nos grandes acontecimentos e nas elites econômicas, além de tratar também a educação de forma genérica, nega, tal qual faz Guedes, às camadas sócio-economicamente menos favorecidas da sociedade arapiraquense, um espaço de participação enquanto sujeitos da sua trajetória humana. Isto significa dizer que “fazer a história é matéria de alguns selecionados e iluminados. A história está com os que comandam e eles são a única categoria a importar, a ter sentido como explicação e fornecer as razões daquilo que nasce, acontece, fabrica a qualidade do tempo” (ALMEIDA, 2004, p. 13), nisso se assemelhando a um certo modo de fazer história que se tornou paradigmático em Alagoas, desde o trabalho antológico de Caroatá, intitulado “Crônica do Penedo”, pela primeira vez publicado em 1872 na Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano, de número um e recentemente reeditado pela FUNESA/UNEAL (cf. ALMEIDA, 2004).

A historiografia arapiraquense, e por que não dizer alagoana, foi, por muito tempo, desenvolvida sob essa ótica elitista, que privilegia os grupos sociais e politicamente dominantes, excluindo as massas como categorias a serem consideradas como protagonistas da história, sendo essa característica algo que surge bem recentemente entre nós, e assim mesmo pela mão, em geral, de estudiosos cuja formação original não se dá no

campo da história, como Luis Sávio de Almeida (2004), Elcio Verçosa (1997), Cícero Péricles de Carvalho (2005), Leda Almeida (1999) e Sandra Lira. (2001). Oriundos de uma formação no campo da história com posição contrária aos paradigmas elitistas que caracterizam a historiografia alagoana temos poucos estudiosos das Alagoas, dentre os quais vale destacar, além de Moreno Brandão (1909) e Craveiro Costa (2001), Alberto Saldanha (1994) e José Ronaldo Batista Melo (2001).

Feitas essas observações, é dever de justiça assinalar que o foco dos historiadores de Arapiraca acima citados não estava dirigido especialmente ao processo de escolarização e suas formas de realização. Isso, porém, não nos tira o direito de assinalar o lugar subalterno e desarticulado destinado à educação escolar no contexto da dinâmica social arapiraquense como um todo, segundo esses e tantos estudiosos que trataram da sociedade arapiraquense até o presente momento. Foram esses, no entanto, os estudiosos dos quais tive de partir para tentar assentar os primeiros registros sobre a sociedade que em Arapiraca teve origem, dando-lhe forma no plano social e econômico.

De acordo com as formulações dos dois historiadores arapiraquenses, especialmente Guedes (1999), o processo de escolarização, nos primeiros momentos, em Arapiraca, passou a se desenvolver nas residências, por professores convocados pelos proprietários de terra que tinham condições de manter esse professor como se fosse um membro da família para prover a escolarização de seus filhos. Ficavam, dessa forma, excluídos da educação os filhos de trabalhadores e ex-escravos¹ que se dedicavam às atividades agrícolas do cultivo da mandioca, mesmo que trabalhassem e vivessem nas terras em que funcionava a “*escola*”.

A primeira escola oficial, mantida pelo poder público, portanto, às expensas do erário, conforme assertiva de Guedes (1999), só é criada em Arapiraca em 1891, quando esta ainda é distrito de Limoeiro de Anadia, sem,

¹ Pelo tempo em que essas atividades começam a ser desenvolvidas e pela natureza do que era cultivado – a mandioca – não havia condições para o seu trato com base no trabalho escravo, ainda que a escravidão, no início da colonização de Arapiraca, não tivesse sido ainda abolida.

no entanto, atender aos filhos dos homens comuns, já que àqueles cabia o cultivo da terra e o fabrico da farinha, sobretudo, juntamente com seus pais. Eles não tinham acesso ao tipo de ensino oferecido, ainda que de nível primário, o que significa dizer, com base nas palavras de Almeida, (2004, p. 13) “que estão no cotidiano, mas podem ser abstraídos, especialmente pelo fato de que não são categorias políticas”. Desse modo, essa massa politicamente e socialmente excluída não consta da construção da história da educação de Arapiraca, segundo as versões existentes – porque também não consta na própria construção da história oficial da sociedade arapiraquense – sequer é considerada como gente civilizada, já que a civilidade implicava, sobretudo, posses, poder e prestígio – e às vezes também escolaridade - e um procedimento segundo os padrões tidos pelos grupos dominantes como expressão de uma cultura delineada nos moldes de sociabilidade vigentes entre os integrantes da elite econômica.

Assim, para rastrear, reconstruir e analisar a trajetória da educação em Arapiraca dentro de uma perspectiva diversa da historiografia dominante sobre aquela sociedade, busquei construir fios condutores que dessem sustentação a uma outra perspectiva que considerasse o povo arapiraquense também como sujeito de sua história. Para isso, parti de alguns questionamentos que considereei fundamentais dentro do que pondero como elementos centrais de uma historiografia não oficial.

O primeiro desses questionamentos está relacionado ao atraso escolar geral da sociedade de Arapiraca, no seu conjunto, nas primeiras décadas de sua existência, que ficou bem nítido quando comecei a perceber que, até a década de 1940, somente funcionavam no território do então já constituído município, as escolas isoladas espalhadas pelo núcleo urbano principal, pelos arruados e pelos sítios, com professores indicados pelos líderes locais, sem nenhuma qualificação formal para o magistério, consoante com o que acontecia no Brasil e particularmente em Alagoas, no Império (Cf. COSTA, 2001), em que, para ensinar sequer bastava saber ler e escrever, sendo indispensável apenas dominar os fundamentos cristãos, predominando os

“rotulados professores e na quase totalidade ignorantíssimos” (COSTA, 2001, p.43).

Quando do seu desmembramento do Limoeiro de Anadia, em 1924, Arapiraca possuía apenas umas poucas escolas primárias isoladas e multisseriadas, pouquíssimas mantidas pelo governo estadual. Marroquim registra em sua obra *“Terras das Alagoas”*, de 1922, a existência de apenas duas escolas mantidas pelo governo estadual, localizadas na sede do município, embora somente me tenha sido possível localizar os registros da escola em que desenvolvia o ensino, a nora de Esperidião Rodrigues, que fora nomeada pelo então governador Barão de Traipu, no início da República, já mencionada pelos historiadores arapiraquenses Macedo (1992) e Guedes (1999). As demais escolas – na verdade, classes multisseriadas – eram estabelecimentos de ensino criados pelos líderes locais com professores por eles indicados ou convocados pelos chefes de famílias. A esse respeito, foi possível, através de entrevistas concedidas por descendentes de famílias economicamente favorecidas no período investigado, portanto com possibilidade de manter um professor em sua casa, detectar a existência do ensino desenvolvido entre a década de 1930 e 1940 na residência do Sr. Manoel Rodrigues, conhecido como Manoel d’Aninha, no sítio Riachão, onde um professor ensinava às crianças imitando as cantilenas das ladainhas para memorizar o abecedário e a tabuada. A este instrumento pedagógico, que se assemelhava à oralidade religiosa, associava-se o uso da palmatória que, apesar de ter sido abolida por lei imperial, continuou muito presente no processo de escolarização de Arapiraca por bastante tempo, até o fim do Império e ao longo de boa parte da República, por delegação dos pais que consideravam o uso desse instrumento indispensável na formação adequada dos jovens.

Outro fato registrado nas minhas entrevistas para a reconstrução do perfil da escola praticada em Arapiraca nos seus primórdios, relacionado a esse tipo de escolarização, foi sobre o que era feito no Sítio Pau Amarelo, na residência do Sr. Tertulino Bernardo, conhecido como Mestre Terto, por ser um carpinteiro respeitado. Este contratou uma moça da capital para

escolarizar seus filhos e filhas até que uma delas, Lindinalva, dominou muito rápido a leitura, a escrita, as quatro operações e os fundamentos cristãos que eram prioridades para desenvolver o ensino e, em pouco tempo, tornou-se a professora D. Linda, dispensando a presença da professora requisitada na capital.

No entanto, analisando documentos como decretos estaduais, no campo da educação, localizei, por exemplo, o Decreto de nº. 626, de 13 de janeiro de 1915, que concedia jubilação à professora de instrução primária de Arapiraca², D. Leopoldina Correia de Oliveira, com todos os seus vencimentos, como determinava o Art. 123, do capítulo X, do Título I, do Regulamento da Instrução Pública do Estado de Alagoas de 1912³, ainda que não tenha conseguido informações nos registros encontrados ou de testemunhas sobre a prática de ensino que pudesse ter sido desenvolvida pela referida professora.

Segundo o registro dos atos do Poder Executivo Estadual na República Velha, disponíveis nos arquivos do grupo de pesquisa “*Caminhos da Educação em Alagoas*”, do PPGE/CEDU/UFAL, o Decreto 740, de 09 de janeiro de 1916, cria duas cadeiras primárias no município de Limoeiro de Anadia, sendo uma para o sexo masculino, no povoado de Arapiraca⁴, ainda que não tenha tido acesso a nenhuma fonte que destacasse a existência, ali, de uma escola exclusiva para o sexo masculino, que tenha precedido a criação do Instituto São Luis, já em 1943, o qual, apesar de ser misto, acolhia um número bem superior de rapazes. Na verdade, como não se misturavam, naqueles tempos, crianças e jovens dos dois sexos nas mesmas salas, provavelmente todas essas classes isoladas eram constituídas por sexo, reunindo em um só recinto e durante o mesmo tempo escolar crianças e pré-adolescentes de níveis de escolaridade diversos, naquelas que ficaram

² O Decreto referido, juntamente com a alusão a Arapiraca, faz menção a Limoeiro de Anadia, já que este era o município ao qual estava vinculada Arapiraca ainda em 1915.

³ Segundo o referido Regulamento “os membros do magistério público primário que contarem com mais de 15 anos e menos de 25 de serviço efetivo poderão ser jubilados na forma do preceito constitucional com o ordenado proporcional ao tempo de serviço; os que contarem com mais de 25 anos de serviço efetivo terão direito à jubilação com ordenado integral e os que contarem com mais de trinta anos de serviço efetivo terão direito à jubilação com todos os vencimentos”, o que era o caso da referida professora.

⁴ A outra destinava-se ao distrito de Belém, também pertencente a Limoeiro de Anadia.

conhecidas como classes multisseriadas, ainda hoje existentes, sobretudo na zona rural.

Como as escolas isoladas funcionavam, em geral, nas residências dos professores, quando na sede do povoado, ou em salas cedidas pelos proprietários das terras em que elas se instalavam, quando nos sítios, elas eram conhecidas pelo nome dos mesmos, até a década de 1940, quando foi criado o primeiro grupo escolar na sede do município de Arapiraca, com classes seriadas – o Grupo Escolar Adriano Jorge - para atender da primeira à quarta série e segundo o regime de co-educação, implantado pelo “princípio no qual a instituição pública republicana assegura o direito das crianças meninas adquirirem conhecimento que as instruísem ao menos em seus níveis mais elementares”. (BENCOSTA, 2005, p. 73). No entanto, comenta o autor, esse direito só tornou-se garantido de forma muito lenta ao longo do século XX. Dessa forma, a criação dos Grupos Escolares se dá nos diversos estados do Brasil, num momento marcado por mudanças que se processavam na sociedade brasileira a exemplo da urbanização e da modernidade. O objetivo dessa nova instituição de ensino era preparar cidadãos ilustrados, prática exigida pelo regime representativo, prevendo uma organização administrativo-pedagógica capaz de estabelecer profundas modificações, na didática, no currículo e na distribuição espacial do edifício. (Cf. PINHEIRO, 2002 e BENCOSTA, 2005)

Em Alagoas, os Grupos Escolares somente passam a substituir as Escolas Isoladas no início do século XX, ao longo da oligarquia dos Maltas, entre 1900 e 1912, como retrata Verçosa (1997), assim mesmo com bastante lentidão. Daí por que em Arapiraca só é inaugurado o primeiro Grupo Escolar em 1940 e somente em seguida à criação do Adriano Jorge é que se estabeleceu a primeira escola particular de Arapiraca - o Instituto São Luís, em 1943, já referido, também misto, como o Grupo Escolar que o precedera. Estamos falando, ainda nessa altura, do curso primário, pois o curso ginasial⁵ só foi implantado na década de 50, com a chegada do

⁵ Essa denominação de Curso Primário e Curso Ginasial era a existente na época, até a Lei 5.692/71, quando os dois cursos se fundiram num ciclo único de 8 anos, chamado Primeiro Grau, que, depois da Lei 9.394/96, passou a ser denominado de Ensino Fundamental.

Educandário da Campanha Nacional de Escolas Gratuitas, em 1951, mais precisamente, atendendo a um grupo restrito.

Esse atraso é significativo, se comparado ao desenvolvimento escolar da capital alagoana e mesmo de cidades do interior do Estado, como Penedo, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar e tantos outros municípios que tiveram seus Grupos Escolares estaduais implantados nas primeiras décadas do século XX. Como foi possível constatar, o Decreto 891, de 23 de setembro de 1919, por exemplo, criou em Penedo, um Grupo Escolar denominado de Escola Barão de Penedo, que funcionou no local onde foi extinto o Liceu Penedense⁶, enquanto o Decreto 892, de 02 de fevereiro de 1919, criava outro Grupo Escolar, conhecido como Escola Francisco Domingues, em homenagem a Francisco Domingues da Silva, desta feita na cidade de Alagoas – atualmente Marechal Deodoro – ainda que essa cidade, que foi a primeira capital de Alagoas, tivesse há muito perdido sua importância econômica e social frente a tantas outras cidades alagoanas.

Outro exemplo da prevalência de outros centros urbanos alagoanos sobre Arapiraca – que sequer era município autônomo na época – é a autorização, em 05 de junho de 1920, através da Lei N^o. 860, do Governo do Estado de Alagoas, da alocação, no orçamento estadual, da importância de 20.000\$000 (vinte contos de réis) para a construção de um Grupo Escolar na cidade de Anadia e outro em Porto Calvo, esta uma cidade cuja importância sociopolítica já se havia perdido na poeira da história, desde o Século XVII, quando foram expulsos os holandeses do território alagoano e execrados seus habitantes na esteira da alegada traição do portocalvense Calabar.

No intuito de explicar o atraso no processo de implantação da estrutura escolar na região de Arapiraca e, ao mesmo tempo, demonstrar como essa estrutura, que num primeiro momento é refreada e restrita e, em seguida,

⁶ Vale ressaltar, a propósito do atraso escolar de Arapiraca, que, em 1919, Penedo já havia experimentado até a existência de um Liceu Público, cuja extinção dá lugar a outro estabelecimento escolar seriado. É de se notar que, nessa época, Penedo se destacava como a cidade mais importante de Alagoas depois da capital, já tendo tido aulas avulsas – que sucederam as antigas aulas régias – e, como vimos, um liceu e contando, desde a criação da diocese, em 03 de abril de 1916, com um colégio diocesano para rapazes e outro de freiras para as meninas e moças ‘bem nascidas’, como se costumava denominar os filhos e filhas das famílias bem situadas econômica e socialmente.

paradoxalmente estimulada e ampliada, ainda nos anos de 1950 e 1960, a par do mergulho que intento fazer na natureza mesma da escolarização ali desenvolvida, foi que desenvolvi meu estudo e aqui apresento esse trabalho, resultante de uma pesquisa em que destaco a dinâmica da economia arapiraquense e sua ascensão, em oposição ao predomínio da cultura dominante nos primeiros tempos de ocupação do território correspondente ao atual município de Arapiraca, destacando os cuidados dispensados à cultura fumageira, que me levaram à hipótese de que foi ela, como o principal fator responsável pela geração de riquezas e a ascensão social de um grupo selecionado de arapiraquenses, a responsável, em última instância, pelo jogo de retardo e avanço da escolarização de Arapiraca, quando comparado com muitos municípios de Alagoas, inclusive daquele de que teve origem.

Um outro questionamento que me pareceu relevante desde a elaboração do projeto desse estudo para entender a dinâmica da escolarização em Arapiraca foi sobre a prática pedagógica desenvolvida desde os primórdios daquela sociedade, até os anos de 1950, segundo entendo, conforme a ética paternalista cristã que se tornou característica desde as primeiras experiências escolares. Desde o início interessou-me saber de que forma essa prática influenciou a formação daquela sociedade, proclamando direta ou indiretamente a superioridade “natural” de uma elite à qual era atribuída a função de zelar paternalisticamente pelo bem-estar das massas.

Para dar respostas a essas questões procurei fazer o entrelaçamento de formulações de autores que tratam das relações patriarcais desenvolvidas na estrutura patrimonialista brasileira, como Faoro (1975) e Holanda (1984), e aqueles que rastreiam a presença viva desse patrimonialismo e seus reflexos da educação escolar em Alagoas, como Verçosa (1997) e Almeida (1999).

Ao destacar a característica patrimonial do Estado brasileiro, inclusive do Estado de Alagoas e do município de Arapiraca, como eixo explicativo do fenômeno investigado, busquei demonstrar o que Weber definiu como autoridade tradicional, patriarcalismo e patrimonialismo e a sua relação com a educação, considerando que “a dominação patriarcal (do pai de família, do

chefe da parentela ou do 'soberano') não é senão o tipo mais puro da dominação tradicional" (WEBER, 2001, parte 2, p. 353). Para o autor, o tipo mais puro de dominação tradicional é o patriarcal, em que o senhor é "santificado" e respeitado pelos súditos que lhe conferem fidelidade, considerando, por outro lado, esse tipo de dominação como autoridade legítima por sempre ter existido e ser aceita pela sociedade, o que considero viva e presente ao longo de toda a constituição da sociedade brasileira, alagoana e arapiraquense.

Nesse sentido, a concepção de dominação weberiana que assumo como uma das categorias centrais desse estudo aponta para uma visão segundo a qual a legitimidade, apesar de centrada na tradição que não pode ser violada, é de uma forma ou de outra, presidida pela figura do patriarca cuja sabedoria lhe é atribuída. Este, tendo em vista a fidelidade que lhe é imputada, passa a usar de poderes inquestionáveis a ele concedidos pelos demais membros do grupo. Com a ampliação da autoridade e da capacidade de modificar a ordem vigente de acordo com pontos de vista pessoais, passa a organizar o poder político e escolher as pessoas que deverão ocupar os cargos administrativos através de critérios estabelecidos pela relação de confiança e de amizade.

Enquanto no âmbito familiar a dominação patriarcal se apresenta como tipo mais puro de dominação tradicional, no exercício da autoridade dos Estados do tipo patriarcal, as relações de dominação se apresentam como sistema de *status*, tendo como parâmetro as prescrições típicas de uma ordem tradicional e, conseqüentemente, por pessoas que possuem essas características acima de um *status* particular. Como podemos observar, os poderes estão numa relação que, geralmente, não apresentam distinção entre o indivíduo da esfera pública e o indivíduo particular.

Nas elaborações de Weber sobre a autoridade tradicional, o patrimonialismo corresponde a um tipo de dominação caracterizada pelo fato

de o soberano⁷ organizar o poder político de forma que sua autoridade parta de sua relação com os comandados e que estes, por códigos próprios de conduta, não questionem. Os critérios para escolha dos ocupantes de cargos administrativos ou para apontar quem deve abandoná-los, eram e, de alguma forma, ainda são de acordo com os ditames dos chefes do governo, o qual utiliza critérios pessoais baseados no respeito mútuo e nos seus próprios interesses.

Essas concepções weberianas feitas sobre uma sociedade tradicional – formal e aparentemente inexistente nos dias atuais - vão contribuir com as análises que pretendo fazer, considerando uma perspectiva neopatrimonial que subsiste ainda no Brasil e particularmente em Alagoas e, conseqüentemente, em Arapiraca, que constitui meu objeto de estudo.

De fato, a herança patrimonialista ibérica no Brasil ultrapassa os primórdios coloniais e tempos do império, atingindo o período republicano até os dias atuais, conforme nos diz Verçosa (1997), tendo se fortalecido as relações patrimonialistas com a chegada da corte portuguesa no Brasil, comprometendo a história das Instituições com as concepções organicistas da vida social e afirmando a racionalidade oligárquica em detrimento da racional burocrático-legal. Dessa forma, constituiu-se a estrutura patrimonialista no Brasil, repercutindo em Arapiraca com características patriarcais, onde predominaram o compadrio, o familismo e, sobretudo, o coronelismo que se manifesta numa troca de favores entre o governo do Estado e os chefes locais. Como mediador na garantia dos interesses do povo, “o coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios” (FAORO, 1975 V.1, p.637) Esta prática foi freqüente nos processos sociais, inclusive de escolarização, em Arapiraca, tanto na indicação de professores e na escolha do prédio para desenvolver o ensino naquela região, quanto nos saberes ensinados aos estudantes e exigidos dos docentes e gestores educacionais.

⁷ Penso que, ainda que não tenhamos vivido sob o sistema feudal, muitas das expressões próprias do monarca ou do sistema senhorial aqui se expressaram – e ainda se expressam – pelo mando do senhor de terras e bens. (Cf. VERÇOSA, 1997)

Procurei, assim, nessa discussão, demonstrar a relação das práticas patriarcais e paternalistas que ocorreram no âmbito educacional da sociedade arapiraquense a partir das primeiras décadas de seu povoamento, prolongando-se pelo século XX, influenciando a construção daquela sociedade em todos os seus aspectos. Busquei demonstrar como a estrutura patrimonialista que chega ao Brasil como herança ibérica juntamente com os primeiros colonos, se impôs em Arapiraca com o predomínio do coronelismo, clientelismo, compadrio, empreguismo, filhotismo e outras trocas de favores entre o governo do Estado e os chefes locais, apoiando-me na assertiva de Verçosa (1997), que assim esclarece a respeito da sociedade alagoana, uma vez lançados os elementos que iriam dar as condições para a formação do *ethos* dominante de toda a sociedade alagoana:

Esse paternalismo que implicará agora abertamente a utilização privada dos bens públicos será a marca dominante do coronelismo no contexto de uma estrutura patrimonialista que tem no familismo um dos aspectos fundamentais e cuja base se encontra nas relações de lealdade e confiança pessoal. (VERÇOSA, 1997, p. 114)

A conquista e a implantação dessa estrutura dominante no modelo patrimonial e na autoridade santificada pela tradição em toda a América Latina são oriundas da “nova Igreja” construída com a chegada dos jesuítas. Colonização e cristianização se identificavam; enquanto o colonizador “educava” o colonizado com ações políticas capazes de conferir seus objetivos como patrocinador da empresa colonial, os jesuítas, sobretudo, nos domínios da educação escolarizada, serviam aos interesses da fé. A religião era identificada com o poder dominador, ou seja, a cultura européia e o catolicismo apareciam como elementos de promoção social ou meios que proporcionavam o ingresso na sociedade colonizadora. A união entre o governo português e a Companhia de Jesus era muito forte, contribuindo com o fortalecimento econômico dos jesuítas.

É verdade que, no século XVIII, conhecido como século das Luzes, uma onda de forte laicismo invadiu o mundo inteiro, chegando até Portugal e culminando, lá e no Brasil, com a expulsão dos missionários jesuítas, por determinação do Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Dom José I, rei de Portugal. O então chefe do governo de Portugal assumiria o cargo com o

propósito de reorganizar administrativa e economicamente o reino nos marcos do iluminismo e para isto precisava combater qualquer tipo de oposição, inclusive nas colônias. No Brasil, essa oposição manifestava-se na forma como os jesuítas desenvolviam sua prática voltada para os interesses da fé, enquanto Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, pretendia uma educação que contribuísse com os interesses do Estado, possibilitando a transformação de Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo do que ele testemunhara na Inglaterra, quando ali exerceu o cargo de embaixador de Portugal. Assim, logo que o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas do Brasil voltou-se para a reforma de ensino, onde este seria mantido pelos leigos, em que a orientação adotada fosse:

formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar os conteúdos incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis. Surge assim um ensino público, financiado pelo e para o Estado (RIBEIRO, 2000: p.33).

O período pombalino é visto como decadente, por alguns estudiosos, a exemplo de Azevedo (1964), que na sua obra “A Cultura Brasileira”, aponta esse período como “grande vazio”. É que as aulas régias de Latim, Grego e Retórica que foram criadas, eram autônomas e isoladas. Os professores eram geralmente nomeados pelos bispos, tornando-se vitalícios proprietários das aulas, sobretudo nas colônias – no Brasil, inclusive – sendo quase sempre mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos, sem falar que os critérios para a indicação seguiam, de regra, os princípios do ethos paternalista, a saber, valia mais quem indicava o professor para o cargo do que a capacidade intelectual e técnica deste.

Segundo Ribeiro (2000), com a expulsão dos jesuítas, permaneceram apenas no Brasil com a qualidade original, os seminários episcopais que não se encontravam mais sob a jurisdição jesuítica. Para Ribeiro, tanto quanto para Azevedo, ao se dismantelar o sistema jesuítico, nada que se aproximasse a ele foi organizado para dar continuidade ao processo de educação no Brasil. Isto significa dizer que as mudanças provocadas pelo Marquês de Pombal não teriam sido suficientes para acelerar o desenvolvimento da metrópole e muito menos do Brasil, sem falar que das

raízes jesuíticas teria sobrado, na mais das vezes, o que poderia ser considerado o mais negativo, a saber, o controle do que era ensinado, a carga religiosa e a forma livresca desse ensino, situação que somente iria se alterar com a chegada da corte portuguesa, assim mesmo na sede da corte e num ou noutro centro urbano mais desenvolvido.

Trabalhos mais recentes, porém, tentam inverter essas concepções, a exemplo do de Hilsdorf (2006) que, a respeito dos rumos da educação no período pombalino, destaca uma renovação metodológica de conteúdos e de organização. Segundo a autora, apesar da resistência às reformas pombalinas, por parte dos adeptos das ações jesuíticas e do desvio dos Subsídios Literários, que era com que se buscava manter financeiramente o ensino, foi criada no Brasil uma rede de aulas avulsas, de primeiras letras, gramática latina, grego, retórica e poética, filosofia, matemática, geometria. Essas cadeiras foram distribuídas nas diversas províncias, principalmente em São Paulo, Bahia, Ceará, e Pernambuco, tendo sido, inclusive, criado, em Olinda, um Seminário, em 1800, pelo bispo e governador da capitania, Dom Azeredo Coutinho.

No Seminário de Olinda, de fato, eram aplicados os princípios ilustrados, pelos seus objetivos de formar padres capazes de modernizar a economia da colônia, incorporar as ciências exatas e naturais, desenho, geografia, cronologia e teologia ao seu plano de estudos e pela sua metodologia baseada numa relação mais sensível, entre mestres e discípulos. Entretanto, em Alagoas, o ensino, nos moldes das atividades regulares e seriadas, pelo que nos é dado saber, continuaria a ser privativo dos conventos franciscanos de Penedo e Alagoas (atualmente Marechal Deodoro), como únicos centros de cultura intelectual e os frades como os únicos homens capazes de desenvolver o ensino para quem pretendesse aprender o que eles pudessem ensinar, como esclarece Costa (2004), acrescido, apenas, de algumas aulas avulsas, como informa Verçosa (1997), ao dizer que, expulsos os jesuítas e instituídas as aulas régias, até o final do século XVIII, em terras alagoanas

além da primeira iniciativa de caráter público de que resultou a instituição das cadeiras de Gramática Latina, há o registro da abertura de uma outra cadeira de primeiras letras, também na sede da comarca e de outra, no ano seguinte (1800), em Santa Luzia do Norte (VERÇOSA, 1997, p.66)

O fato de em Alagoas não ter sido instalado nenhum colégio jesuíta não quer dizer que, em terras alagoanas, a influência da ética paternalista cristã católica patrocinada pelos padres da Companhia de Jesus e presente também como princípio a reger a ação dos Frades Menores não tenha prevalecido no processo de escolarização de uma forma geral. Afinal, além da prevalência dos franciscanos instalados nos Conventos de Alagoas e Penedo, que dominavam a educação religiosa da maioria dos povoados alagoanos, quem quer que fosse educado e letrado naqueles tempos – e que viesse a assumir as aulas régias e depois as cadeiras isoladas do Império - jamais poderia dizer-se imune à influência da Igreja e de seu projeto civilizatório, fosse através da Companhia de Jesus, fosse através dos ensinamentos dos franciscanos, carmelitas e beneditinos, fosse através do Seminário de Olinda, anteriormente mencionado, que se instalaria sob a batuta de Dom Azeredo Coutinho⁸, após a expulsão dos jesuítas, formando levas de alagoanos na segunda metade do Século XVIII e inícios do Século XIX, grande parte dos quais se tornariam professores, fossem padres ou não.

Quando falamos na ética paternalista cristã estamos nos referindo ao que diz Hunt & Sherman (1994, p. 16), ao caracterizá-la como

centrada no reconhecimento do pobre, de sua condição e do rico, de sua relação de cooperação, de ajuda, de acompanhamento, como um pai acompanha seu filho, orientando, ou se necessário, impondo e punindo.

Ainda com base em Hunt & Sherman, ao considerar a ética paternalista cristã, tomamos em consideração o processo de transformação econômica ocorrido no capitalismo nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que apontava para uma reorganização que exigia que

⁸ Essa afirmativa parece ser possível de ser feita até sobre o Seminário de Olinda, no que pese a presença de elementos iluministas no pensamento e no projeto pedagógico do insigne bispo de Olinda, que manteve aquela instituição funcionando, após a expulsão dos jesuítas, e na qual estudaram levas e levas de alagoanos, a maioria dos quais retornados à vida civil, por não se terem ordenado. Isso, sem falar de quase todo o clero alagoano que, até 1900, ali iria ser preparado.

se harmonizasse a nova conjuntura monopolista com a realidade existente, tanto nos centros capitalistas, quanto nas sociedades periféricas. Daí surge uma ideologia, portanto, capaz de explicitar a superioridade natural de uma pequena elite, que seria transformada, aos olhares da população, no exemplo a ser seguido, ou seja, o homem que conquistou a riqueza por seu próprio mérito deveria ser admirado, respeitado e servir como exemplo a todos. Percebemos que a posse de qualidades extraordinárias representada pelo êxito alcançado tornava o homem superior aos menos favorecidos. E, nesse particular, a própria tradição católica não seguia a premissa máxima contida no Evangelho de Lucas que condenava as riquezas; preferia o uso correto da riqueza através do auxílio mútuo, da ajuda e da colaboração, o que estaria bem representado na principal bula papal, em 1891, promulgada por Leão XIII, e que pode ser assim sintetizada:

O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil, todos sejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela realmente que estabeleceu entre os homens, diferenças tão múltiplas, como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente a diferença de suas respectivas condições. Pelo que diz respeito ao trabalho em particular, o homem, mesmo no estado de inocência, não era destinado a viver na ociosidade, mas, ao que a vontade teria abraçado livremente como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento da dor e o impôs como uma expiação. (RERUM NOVARUM, 1891, N. 11)

Esta versão de ética paternalista cristã que se torna canônica pelo Papa Leão XIII, na elaboração de um documento demonstrando a existência da pobreza, miséria e opressão, condenava a concorrência sem limites, afirmando de um lado a existência de uma sociedade constituída de ricos e pobres, caracterizada pela concentração de riquezas, enquanto, por outro lado, convidava os cristãos a aceitarem a sua condição, como já foi tratado nesse texto. Acreditava o Papa que, com a supressão da concorrência e a revitalização dos valores cristãos, seriam solucionados os problemas de

miséria, bastando, portanto, que, aqueles que se tornassem proprietários ou líderes, praticassem exemplos desse paternalismo cristão.

Conforme Julien Freund (1987), Weber observa na estrutura da Igreja uma evolução análoga à estrutura estatal, demonstrando que o clericalismo constitui-se também um traço comum do patrimonialismo que veio estendendo-se a partir do século XVI, até os nossos dias. Sob a forma de Instituição, a Igreja, apoiada nos regulamentos racionais e em uma autoridade administrativa, desenvolveu a educação no Brasil, influenciando a construção da sociedade brasileira, com os jesuítas no caso genérico do Brasil e, no caso de Alagoas, sobretudo, sem eles.

Apesar de Weber não ter dedicado um artigo ou capítulo de um livro à educação, ele faz esparsas referências ao tema no decurso da sua produção acadêmica, construindo uma análise dos fenômenos educativos, considerados elementos fundamentais no processo de seleção a que é submetido o indivíduo na sociedade capitalista. Para Weber, a educação é uma relação associativa capaz de criar valores diferentes dos intencionados, estando, portanto, condicionada ao tipo de dominação que predomina em cada sociedade. Como podemos perceber, a dominação está presente em todas as instituições e, por isso, prevalecendo na família e na escola, indo além das influências dos bens culturais formais e sendo responsável pela formação do caráter dos jovens e dos homens.

Nessa perspectiva, busco compreender a trajetória da educação em Arapiraca, nos fins do período imperial e nas primeiras décadas do período republicano, até a década de 50 do Século XX, considerando que a educação é determinada pelo tipo de dominação vigente em cada período, enquanto nas formas de dominação baseadas na tradição, a educação valorizada era aquela que formava o homem culto, capaz, sobretudo, de comportar-se conforme exigências do regime vigente. No tocante a esse tipo de formação no processo educacional em Arapiraca, a minha hipótese principal é a de que a Igreja Católica destacou-se como Instituição que orientava os professores e organizava o tipo de conteúdo que deveria ser transmitido, no que pese a distância da dominação direta dos jesuítas ou de qualquer outra ordem

religiosa encarregada pelo Estado de dar conta da missão civilizatória e redentora da dupla Estado/Igreja, até quando o regime republicano separa formalmente os dois na articulação da dinâmica social. Nesse papel, destacavam-se os párocos e os padres que descendiam das famílias tradicionais daquele município e que desempenharam sua missão.

Para concluir minha análise levantei outro questionamento que diz respeito à associação da esfera pública com a esfera do privado que esteve presente na constituição da sociedade arapiraquense, desde os primórdios de sua colonização, predominando na década de 1950, sem, no entanto, aparecer na historiografia até então desenvolvida pelos nossos historiadores.

Apoiada nas reflexões teóricas e nos questionamentos acima apresentados é que foi, portanto, possível formular minhas hipóteses que serão rastreadas nessa análise e, se comprovadas ou não, irão contribuir para a compreensão dos fatores que influenciaram, em última instância, a construção da sociedade arapiraquense e possibilitar o rompimento do silêncio a respeito das práticas educativas desenvolvidas no processo de escolarização daquela sociedade, dando voz àqueles e àquelas que não tiveram sequer acesso à história que foi escrita sobre a sociedade de cuja construção participaram.

Constituindo uma pesquisa de natureza qualitativa, numa abordagem sócio-histórica, lancei mão, no desenvolvimento dessa investigação, de uma variedade de procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados, como revisão bibliográfica, utilização de entrevistas e realização de análise de documentos considerados elementos fundamentais na relação entre o escrito e a oralidade. Dessa forma, passei a me apropriar de procedimentos da *Nova História* que vem, desde sua origem, apresentando uma concepção diversa da então dominante sobre o que fosse *documento* que, como demonstra Le Goff :

ao mesmo tempo em que ampliou o campo do documento histórico (...) substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos escritos de todos os

tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. (LE GOFF, 1988, p.28).

Tratando das concepções de História Nova difundidas pelos criadores da “*Escola dos Annales*”⁹, Lucien Febvre e Marc Bloch, os quais, pretendendo inovar a Historiografia praticada até a década de 1920, contestaram a história política desenvolvida, sobretudo, pelos positivistas que consideravam os documentos oficiais como únicos e verdadeiros, foram utilizados como instrumentos de investigação nesse trabalho, documentos diversos como programas de ensino, registros de alunos, decretos da Câmara Municipal e Resoluções tomadas pelos prefeitos que administraram Arapiraca nesse período. Esses elementos passaram por uma análise, de modo que pudessem apresentar evidências ou não da relação do funcionamento das escolas de Arapiraca com as classes sociais locais.

Para Le Goff, os fundadores dos *Annales* pretendiam combater a história narrativa, exaltar a história problema e valorizar uma produção voltada para todas as atividades humanas numa colaboração interdisciplinar. Era prioridade para eles combater os positivistas, marcados pela filosofia da escola de Auguste Comte predominante no século XIX, quando a história Tradicional estava interessada nas elites e nos acontecimentos ou num mundo submetido às leis. Prestigiando a história política, os positivistas voltavam-se para as circunstâncias superficiais, negligenciando as causas profundas, a exemplo da história dita *événementielle*¹⁰, privando-se de

⁹ A chamada “*Escola dos Annales*”, também conhecida como “*História Nova*”, nasceu na França, em torno da Revista “*Annales d'Histoire Économique et Sociale*” (atualmente “*Annales Économies, Sociétés, Civilisations*”), fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Para Peter Burke, (1992) a expressão *História Nova* ou *Nova História* é mais conhecida na França sendo *La Nouvelle Histoire* o título de uma coleção de ensaios editado no ano de crise econômica (1929) como demonstra Le Goff (1988). Marc Bloch e Lucien Febvre encontraram-se na Universidade de Estrasburgo onde lançaram os “*Annales*”, tendo, assim, início a Nova História que, na concepção de Carlos Reis, significou a aceitação, por parte dos novos historiadores, da crítica dos durkeimianos e da *Revista de Síntese*, fundada por Henri Berr, da qual Febvre era colaborador, com a intenção de tornar a história social, com as inúmeras mudanças que ocorreram no campo da historiografia.

¹⁰ Termo francês difícil de traduzir, *événementielle* vem de *événement*, que quer dizer “**acontecimento, fato acontecido, evento**”, o que nos levaria a entender o adjetivo ou como a expressão adjetiva “**dos acontecimentos**”, ou, com alguma ousadia lingüística, como o neologismo “*acontecimental*”.

comparar tempo e espaço, sem oferecer ao historiador possibilidade de discussão da dimensão científica.

Num constante combate a esses positivistas, a História Nova defende a perspectiva da história de longa duração, capaz de explicar as permanências e mudanças. Apesar dos criadores dos *Annales* deixarem espaço para os estudos políticos e biográficos, sua ênfase recai sobre o econômico, estimulando os historiadores a observar as estruturas econômicas para poder abordar cada sociedade com maior profundidade. As estruturas duráveis são mais reais, podendo determinar os fenômenos da conjuntura e, portanto, valorizados os comportamentos coletivos que têm maior importância no curso da história. Em nome de uma história total unem-se os adeptos da história nova para defender uma concepção de história onde o econômico e o social ocupem lugar de destaque.

Dentro dessa perspectiva, foi analisada a trajetória da educação da sociedade arapiraquense, partindo das atividades econômicas ali desenvolvidas, dentro de uma relação da esfera do Público e do Privado e destacando a influência da Igreja na Educação. Foi realizado um profundo estudo sobre os “fenômenos de longa duração” que constituem as estruturas políticas e econômicas de Arapiraca, consoante com as propostas dos pioneiros da História Nova que diziam que “a história caminha mais ou menos depressa, porém, as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo”. (LE GOFF, 1988, p.45)

Para José Carlos Reis, os historiadores dos *Annales* abordaram com um novo olhar a história, que é a representação do tempo, uma base profunda da pesquisa histórica. Essa concepção de Reis é confirmada na assertiva de Bloch, (2001) que assim se expressa: “*O historiador não apenas pensa o humano. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração*”. (p. 55) Portanto, enquanto os historiadores tradicionais pensaram a história como uma narrativa, os novos historiadores estão preocupados com a análise das estruturas, vendo o homem como o objeto da história, sendo, para Bloch (2001), o bom historiador aquele que fareja e busca o ser humano.

Assim, para abordar a realidade humana, a História Nova renovou as técnicas e métodos, privilegiando documentos massivos, relativos aos hábitos e costumes: esses foram muito significativos na análise da história da educação da sociedade arapiraquense que teve como eixo norteador, os valores morais fundamentados na Religião Católica. Partindo do pressuposto de que “o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p.75), é que foi utilizado, na elaboração desse trabalho, o método regressivo, indo do presente ao passado e retornando desse passado ao presente para sustentar uma história problema. Dessa forma, foi construída uma história vista de baixo que “reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumam fazer os historiadores profissionais”. (BURKE, 1992, p.22). Por isso, para a elaboração desse texto foi fundamental a utilização, como método principal, a História Oral¹¹, sem, no entanto, abolir as consultas às fontes já existentes, com o objetivo de elaborar um documento que fosse capaz de dar conta da trajetória da história da educação em Arapiraca, em oposição à história tradicional vigente que se interessa apenas pelos indivíduos, pelas camadas superiores ou pelos acontecimentos e instituições, entendendo que “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’ ”. (LOSANO, 2002, p.17).

Atraída pelas características da história oral, percebendo a sua importância para a reconstrução da história da educação de Arapiraca e preenchimento das lacunas deixadas pelas histórias já produzidas, procurei apropriar-me da assertiva do autor acima citado, quando ele diz que

¹¹ A História Oral toma alguma força no Brasil a partir dos anos 70, mas, só vai se expandir significativamente na década de 90, com a criação da Associação Brasileira de História Oral, precisamente em 1994. O método representa mais do que entrevistas tomadas no seu conceito mais restrito; pelo contrário, envolve histórias de vida que podem ser essenciais na compreensão de fenômenos sociais, portanto de grande importância na minha investigação.

a história interessou-se pela 'oralidade' na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas (LOSANO, 2002, p.16)).

Seguindo as orientações do autor foi iniciada e desenvolvida boa parte da análise que compõe esse trabalho, entrevistando antigos moradores de Arapiraca, já que muitos dos que vivenciaram o período em estudo se encontram em condições físicas e mentais de falar.

Desde a etapa exploratória da pesquisa, foram levantadas, junto à comunidade arapiraquense, informações autorizadas para a compreensão da relação entre a ascensão econômica da região e o desenvolvimento educacional. Numa relação dialética entre as informações recebidas através dos depoentes e o material analisado anteriormente, foi discutida a forma de desenvolvimento do ensino em sua dualidade, ora de forma restrita, para atender às classes economicamente mais favorecidas de Arapiraca, ora para trazer para o processo de escolarização os filhos dos trabalhadores, inclusive de forma mais ampliada.

No levantamento e na utilização das fontes orais, foram selecionadas testemunhas seguindo a orientação de Jucá, que nos ensina que “a razão principal de trabalhar com depoimentos de pessoas velhas reside na descoberta do valor histórico que elas representam, resgatando-lhes o valor presente em suas memórias”. (JUCÁ, 2003, p.18). Dessa forma, foram ouvidas pessoas de mais de setenta anos, capazes de prestar informações suficientes para dar substância às minhas análises. A história oral foi, assim, um espaço de contato e influência interdisciplinares com ênfase nos eventos que possibilitam interpretações de processos históricos e sociais. Depois de analisados, os relatos foram entrelaçados às informações contidas nos documentos escritos de uma forma dialética.

Para realizar esse trabalho de reconstrução da trajetória da educação em Arapiraca, desde o início de seu povoamento aos anos 50, realizei 12 entrevistas, colhendo testemunhos de pessoas que conviveram com o período estudado de forma que me possibilitassem uma leitura mais ampla do processo de escolarização ocorrido naquele período e da relação público/

privado que ali se desenvolvia. De início, ouvi depoimentos de quatro professores aposentados que desenvolveram o ensino até a década de 40, através de entrevistas não estruturadas, ou seja, sem obedecer à ordem de perguntas, em que o entrevistado ficava à vontade para falar das ações pedagógicas que permeavam a sala de aula. Em seguida, entrevistei quatro alunos que estudaram também nesse período, fazendo, a partir daí, uma análise do processo de escolarização de Arapiraca, dentro do período investigado, comparando o discurso daqueles que desenvolviam o ensino com o discurso de seus discípulos. Não satisfeita com os resultados, entrevistei mais quatro ex-alunos que me forneceram informações importantes, capazes de fortalecer as minhas hipóteses. Além desse grupo de entrevistados, foi possível contar com alguns depoimentos que aparecem no corpo desse texto, de ex-alunos que demonstraram informalmente a sua concepção a respeito da qualidade de ensino naquele período.

Para expor meu trabalho de forma clara, procurei dividir o texto em três momentos: no primeiro, procedi a uma revisão bibliográfica, sobre a historiografia de Arapiraca, destacando as formas como se constituiu essa sociedade e as referências educacionais gerais, até quando sua riqueza se concentra no cultivo do fumo. Daí porque dei a esse capítulo o seguinte título: ***“Arapiraca: dos roçados de mandioca à terra do “ouro verde”.***

No segundo capítulo, busquei discutir a forma como se processou o ensino em Arapiraca, a partir do início de seu povoamento até a década de 1950, analisando os fatores que favoreceram a uma camada privilegiada e destacando a relação público/privado no setor educacional de uma forma geral, para dar conta das questões objetivas apresentadas por aquela sociedade. Nesse capítulo procurei atentar para o fato de que a escola pública era vista como algo privado, já que as salas de aula funcionavam na residência do professor ou em salas cedidas pelos líderes locais, ficando as escolas conhecidas, portanto, pelo nome dos mesmos. A esse capítulo denominei: Relação Público/Privado na trajetória da educação em Arapiraca.

No terceiro e último capítulo, procurei analisar a prática educativa desenvolvida pelas principais escolas criadas, nas décadas de 40 e 50, numa

sociedade que se reconhecia próspera e em ascensão. Destaco a criação do primeiro Grupo Escolar, com um significativo atraso com relação aos demais municípios alagoanos, mas com todas as características capazes de revolucionar o ensino público naquela sociedade. Ainda nesse capítulo demonstro a iniciativa de um professor público em criar a primeira escola particular naquele município, ampliando as possibilidades das camadas mais abastadas concluírem a quarta série, o Instituto São Luís. Em seguida destaco a chegada, na década de 50, de duas escolas que passam a atender a um público que se destina a uma formação mais ampla. A escola da Campanha Nacional de Escolas Gratuitas, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho que oferecia o curso ginasial. e o Educandário São Francisco de Assis que veio atender aqueles que pretendiam dar às suas filhas uma formação moral cristã voltada para a preparação para boas donas de casa. A ele chamei ***“Práticas e Saberes: O ensino desenvolvido pelas principais escolas de Arapiraca entre as décadas de 1940 e 1950”***.

Fechando o trabalho, procurei, em forma de síntese, tecer algumas **Considerações Finais** – em lugar de buscar construir um texto em forma de conclusão, até porque entendo que este estudo não tem um ponto final – no intuito de trazer de volta, de forma mais próxima e articulada, o que foi sendo parcialmente assinalado em cada capítulo, esperando, assim, ter dado uma contribuição para a historiografia da educação em Alagoas, em franco processo de construção no seio do Grupo de Pesquisa **“CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS”**, do PPGE/CEDU/UFAL, ao tempo em que procurei fornecer elementos para uma compreensão mais adequada da sociedade arapiraquense.

CAPÍTULO I

ARAPIRACA: DO ROÇADO DE MANDIOCA À TERRA DO “OURO VERDE”.

Conforme registros que compõem a história oficial de Arapiraca, o início de seu povoamento data de 1848, sendo assinalado como líder desse movimento o descendente de portugueses, Manuel André, casado com a filha de um ex-soldado português, Amaro da Silva Valente, que viera para o Brasil acompanhando a Família Real em 1808, quando essa, perseguida por Napoleão, decidiu refugiar-se na sua maior colônia - o Brasil. Recomendado pelo sogro a buscar terras propícias ao cultivo da mandioca, Manuel André abandonou a região de Cacimbinhas, localizada no semi-árido alagoano, onde se fixara a família de Amaro da Silva Valente, e seguiu em direção ao Agreste.

Alcançando as terras onde mais tarde ergueu-se o povoado de Arapiraca, conta a tradição que Manuel André abrigou-se à sombra de uma frondosa árvore, denominada “*arapiraca*”, próxima ao Riacho Seco, cujas águas constituíram-se no elemento fundamental para o início do povoamento daquela região. Dessa forma nasce uma sociedade que foi construída dentro das fronteiras agrárias, desenvolvendo desde os primórdios, o cultivo da mandioca, que era muito estimulado no período imperial pela necessidade de se ampliar a produção da farinha, gênero alimentício indispensável, que estava com o preço muito elevado por não ser cultivado pelos monocultores da cana de açúcar.

Como esclarece Guedes (1999), ocorreu de forma acelerada o crescimento deste povoado, fundado nas terras do Alto do Espigão do Cangandu, propriedade pertencente ao Capitão Moisés e adquirida por Amaro da Silva Valente, através de seu genro, com documentação lavrada e pagamento efetuado num Cartório da cidade de Penedo – Al. Após dez anos da construção da primeira casa de taipa que pertenceu ao fundador do então

povoado de Arapiraca, já era significativo o crescimento populacional e a construção de casas de tijolos fabricados com o barro que margeava o Riacho que, mais tarde, se transformaria na Lagoa das Olarias.

Os moradores que não queriam construir suas residências de taipa encarregavam-se de “bater” os tijolos para construir suas residências próximas a Manoel André, formando, dessa forma, o “*Quadro*” de Arapiraca, como ficou conhecida durante muito tempo a principal rua do povoado. Pessoas de cidades e estados vizinhos eram atraídos pelo cultivo da mandioca e se fixavam na região, contribuindo com seu rápido desenvolvimento econômico e populacional. Como a maioria dessas pessoas era descendente de Amaro da Silva Valente e, portanto, parentes ou contraparentes do fundador de Arapiraca, a este se juntavam para aumentar a produção da farinha de mandioca.

Com a morte de Amaro da Silva Valente, em 1875, seus familiares que ainda permaneciam em Cacimbinhas, vieram tomar posse de suas heranças na região de Arapiraca; enquanto isso, outras famílias procuravam refúgio no recente povoado para proteger seus filhos do recrutamento dos “*voluntários da pátria*”¹² no período da guerra do Paraguai, como foi o caso de Terezinha Nunes Magalhães, mãe de Domingos Nunes Barbosa, que fundou o sítio de *Canafístula*, e Estevão Nunes Barbosa e Manoel Nunes Barbosa, fundadores da povoação de *Craíbas dos Nunes*.

Estas famílias se distribuíram em diversos sítios que circundavam o “*quadro*” do povoado e desta forma foram se multiplicando, através de casamentos entre parentes, possibilitando a construção de numerosos núcleos familiares, como vinha acontecendo desde os primórdios da ocupação, pelos colonizadores do solo alagoano (cf. VERÇOSA, 2001), fazendo com que, mesmo sem a existência dos grandes latifúndios que caracterizaram a ocupação do litoral e da mata, na formação de Arapiraca se seguisse o padrão de ocupação característico das Alagoas, a saber:

o entrelaçamento entre as famílias vai permitir o controle de enormes extensões de terras, formando assim o “clã parental” que

¹² Os “*voluntários da pátria*” assim chamados eram, na verdade, jovens recrutados à força, contra a vontade própria e de seus pais, para lutar na Guerra do Paraguai – e que não eram poucos – ficando a denominação com sentido pejorativo.

se vai desenvolvendo e ampliando prestígio por todo o território, dando a esses grupos familiares dispostos em cada região, o poder de decidir politicamente, de acordo com os seus interesses particulares e convenientes de seus grupos (ALMEIDA, 1999, p. 35-36).

Com base nesse entrelaçamento, as famílias cresciam e multiplicavam-se, como acentua Guedes, (1999, p.20) “*formando essa imensa árvore genealógica através do tempo*”. Foram, dessa forma, surgindo diversos sítios: *Mocó, a Serra dos Ferreiras, Lagoa de Dentro, Baixa Grande, o Sítio Fernandes, Caititus*, e outros, ocupando uma área de aproximadamente 1.200 Km², ainda que hoje restem apenas 410 Km², em decorrência da emancipação de alguns Distritos, a exemplo de Feira Grande, Craíbas e Lagoa da Canoa. Constituiu-se, assim, uma sociedade assentada no patriarcalismo que foi se formando em Arapiraca, consoante com o tipo de sociedade brasileira que, àquela altura, ainda se desenvolvia numa perspectiva neopatrimonial, tendo em vista que a herança patrimonial ibérica ultrapassa os primórdios coloniais, permeia os períodos imperial e republicano, atingindo os dias atuais, com especial relevo para Alagoas (cf. FAORO, 1975 e VERÇOSA, 2001). Em cada sítio havia um representante que, aliado ao líder local, ficava encarregado de decidir sobre os destinos daquele núcleo de povoamento.

O poder atribuído a esses chefes aliados ao líder local, que residia no “*quadro*” do povoado, de início advinha da relação com as autoridades de São João de Anadia - mais tarde Limoeiro de Anadia – que era a sede do município ao qual pertencia Arapiraca. Embora não tenha sido possível identificar o número de habitantes em Arapiraca antes de sua emancipação, ficou claro nas minhas investigações que a concentração dos moradores do município de Limoeiro cedo passou a se deslocar para o então Distrito de Arapiraca. A população da sede, ou seja, do município de Limoeiro de Anadia, na década de 20, por exemplo, como demonstra Marroquim, em sua obra “*Terra das Alagoas*”, de 1922, era de 28.555 habitantes, enquanto Arapiraca, nas formulações de Macedo (1992), possuía, já em 1925, aproximadamente 15.000 habitantes”. Isto significa dizer que mais da metade da população do município de Limoeiro localizava-se, àquela altura, no

distrito de Arapiraca, desenvolvendo o plantio da mandioca, contribuindo com a transformação do referido povoado, no produtor da farinha de melhor qualidade da região e, mais tarde, voltando-se para a cultura fumageira. Vê-se, assim, no início do Século XX, a tendência já acentuada de rápido crescimento de Arapiraca, que vai cada vez mais se pronunciar pelas décadas seguintes.

É que o progresso oriundo da cultura da mandioca logo passou a gerar riquezas para alguns agricultores que se empenharam em ampliar suas terras, fazendo, assim, daquela sociedade nascente, uma sociedade desigual em que os considerados ricos destacavam-se como “*protetores*” e “*provedores*”, termos atribuídos a quem se sente capaz de assistir aos homens comuns de forma paternalista, mesmo que tendo como suporte os bens públicos, como esclarecem Verçosa (1997) e Almeida (1999). Isso se dava, evidentemente, no vácuo deixado pela ausência direta do Estado.

Uma característica dessa sociedade nascente merece nota: ao contrário da cultura fumageira, que vai cada vez mais se expandir como fonte principal de renda de Arapiraca, a partir das primeiras décadas do século XX, o plantio da mandioca, embora ocupasse um pequeno número de trabalhadores, no entanto, oferecia oportunidade de trabalho o ano inteiro, ou seja, as “*farinhadas*” eram realizadas em qualquer época do ano, com essa atividade contribuindo para a ampliação do então povoado, em oposição à sazonalidade característica da cultura do fumo.

A produção da farinha era realizada com técnicas bem rudimentares e ocupava uma pequena mão de obra, se comparada à cultura fumageira que exige cuidados especiais e intensivos e tempo hábil para sua colheita. Várias casas de farinha foram construídas nos arredores do quadro do povoado e, destacando-se como proprietários principais das mesmas o Sr. José Firmino Leite, José Bernardino, Manuel Leão, o major Crispiniano Ferreira, dentre outros.

Os pequenos plantadores de mandioca, por sua vez, a exemplo dos servos da Europa Feudal, utilizavam as terras e/ou as instalações dos proprietários das casas de farinha e como pagamento entregavam uma parte

da produção, contribuindo com a acumulação de riquezas desses proprietários. Na casa de farinha, concentravam-se homens, mulheres e crianças, encarregados de raspar a mandioca, ralar, prensar e peneirar a massa, para então levá-la ao forno, até que ficasse torrada e fosse depois ensacada e transportada principalmente para o Porto de Penedo, donde saíam pelo Rio São Francisco.

Segundo informações de Marroquim (1922), Limoeiro de Anadia, sede do distrito de Arapiraca, era considerada região de difícil acesso a centros maiores e, por isso, os agricultores arapiraquenses preferiam escoar, pelo Rio São Francisco, em Penedo, a 30 léguas de distância, a sua produção que atingira, conforme informações do censo de 1949, além das 3.000 toneladas de farinha, 1.190 centos de abacaxis, 304 toneladas de batata doce, 45 toneladas de amendoim, 23 toneladas de fava, 12 de inhame e 16 toneladas de mamona, ou seja, produtos voltados ao mercado interno. O meio de transporte utilizado para levar os produtos até o local de exportação era, sobretudo, o carro de boi, muito comum na região naquela época.

Nesse sentido, Arapiraca não destoa do resto do Estado. Afinal, como afirma Almeida, (1999)

Alagoas entra no período republicano marcado pelo trabalho essencialmente rural com uma economia bastante atrasada do ponto de vista tecnológico, tendo o latifúndio como base primordial (p. 35).

Se Arapiraca não se caracterizava pelo latifúndio, como já dito, isto não significa dizer que a preocupação da elite econômica, ou seja, das oligarquias que ditavam as políticas para Arapiraca, estivessem voltadas para outros interesses a não ser ampliar a produção para gerar riquezas.

O sistema fundiário fincado nas médias e pequenas propriedades, constituído por conta de decisões políticas e econômicas, vão prevalecer em Arapiraca, até á década de 50, quando transformações ocorridas nos diversos setores mudam os rumos da história desse município. O modelo senhorial e clientelista da sociedade que se formava nessa localidade segue as características da formação social alagoana, consoante com a sociedade brasileira consolidada na constituição da família patriarcal, cujas raízes

encontram-se fincadas no Brasil Colonial. Esse modelo ainda é muito presente entre nós, pela troca de favores entre os ocupantes dos aparelhos de Estado e os chefes locais, sob a forma de compadrio, filhotismo, empreguismo e diversos modos de famulagem, quando não a personificação, pelos senhores, do próprio lugar do Estado.

Dessa forma, não se percebe em Arapiraca, nos seus primórdios, nenhuma intenção de desenvolver um processo de escolarização que atendesse aos filhos de trabalhadores daquela localidade. É lógico que o processo de escolarização existia, tendo em vista que nenhuma sociedade do mundo ocidental pode viver sem letramento, mas de forma restrita àqueles que podiam manter em sua casa um professor como membro da família, sob a responsabilidade desta, para desenvolver o ensino aos filhos do proprietário e de vizinhos. Conforme a tradição, o pioneiro em Arapiraca foi o professor Antônio Raimundo, convocado primeiramente pelo principal líder arapiraquense, Manuel André, e, posteriormente, solicitado por proprietários dos sítios *Baixão*, *Bananeira* e outros.

Arapiraca ingressa na República caracterizada por um crescimento econômico e populacional significativo, marcado pela atividade agrícola. Tanto é assim que o censo agrícola de 1940 demonstra que, dos 25.514 habitantes, 7.252 viviam da agricultura, ou seja, plantavam milho, algodão ou produziam farinha de mandioca, fumo de corda e fumo em folha. O referido censo demonstra, ainda, que existiam 1.082 estabelecimentos recenseados e 8.998 ha. de terras ocupadas pela agricultura.

Paralelamente ao que aconteceu em Alagoas nos seus começos, quando foi comum a ascensão de muitos municípios que conquistaram sua autonomia através do desenvolvimento econômico promovido pela cultura canavieira e o conseqüente surgimento de uma pequena camada social mais abastada, com o surgimento, em Arapiraca, do plantio da mandioca, seguido da cultura fumageira, vão surgir grupos de novos ricos que passam a se destacar como protetores dos menos favorecidos e mentores de uma clientela capaz de influir na geopolítica da região, a ponto de provocar a emancipação do Município, o que, no entanto, não faz com que, no caso da educação escolar, a situação venha a mudar. Pelo contrário, à mercê de um

pequeno grupo investido do poder do Estado, as majorias continuaram excluídas do processo de escolarização, inclusive em Arapiraca.

A liderança política atrelada ao desenvolvimento econômico de Arapiraca, que, nas primeiras décadas da República, ainda se encontrava institucionalmente vinculada a Limoeiro de Anadia, estava centralizada na pessoa do Major Experidião Rodrigues, um descendente de Manoel André. Ele contava com o apoio dos chefes dos diversos sítios que circundavam o povoado, principalmente do seu irmão Manoel Antônio Rodrigues que, como Intendente¹³ do Limoeiro de Anadia, gozava de certo privilégio. Numa trama de troca de reciprocidades, o poder era alimentado pelo clientelismo político que, segundo Martins (1994), “sempre é e foi antes de tudo, preferencialmente uma relação de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala”. (p. 29)

Foi através desses privilégios que Manoel Antonio e Experidião Rodrigues conseguiram para Arapiraca a construção do primeiro açude que abasteceria os moradores do povoado e dos sítios vizinhos. A exploração da fábrica de tijolos na Lagoa das Olarias fez com que faltasse água para o consumo. A introdução das cacimbas, por iniciativa do Sr. Feliciano, que não aparece na História oficial de Arapiraca como protetor ou provedor da população, ofereceu um grande mercado de trabalho aos trabalhadores da região. Aqueles, porém, que não tinham acesso à terra para desenvolver a agricultura e que, por isso, viviam sem condições financeiras para cavar uma cacimba perto de sua casa, ficavam à mercê de seus “provedores”, daí por que a construção do açude foi considerada como de imensa importância política para aqueles que se colocavam como protetores dos homens comuns.

Enquanto a população daquele povoado crescia, a preocupação continuava centrada na expansão de terras agricultáveis, a única forma de ampliação da produção numa economia tecnologicamente atrasada, voltada para a monocultura de exportação. Até então não são percebidos, de forma destacada e como política extensível a uma faixa mais ampliada da

¹³ Essa era a denominação dada à autoridade da época mais ou menos correspondente ao prefeito municipal dos dias atuais.

população, o olhar e o poder dos mandatários para o desenvolvimento do processo de escolarização.

Com uma população de 28.555 habitantes, o município de Limoeiro de Anadia, sede do Distrito de Arapiraca, contava, na década de 1920, com 11 escolas – na verdade, salas multisseriadas - mantidas pelo Estado, distribuídas pelos distritos e lugarejos, inclusive Arapiraca. Segundo informações do IBGE referentes ao período, do total de habitantes de todo o município, apenas 2.386 pessoas sabiam ler. Infelizmente não foi possível detectar, nesses dados, a população referente a Arapiraca nesse período, já que nos registros do IBGE só foram localizados dados específicos a partir de sua emancipação, ou melhor, a partir de 1925.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, foi introduzida na região de Arapiraca a cultura fumageira que, aos poucos, foi substituindo o plantio da mandioca como produto principal da economia local e atraindo constantemente novos moradores. Na verdade, introduzido na região, no início do período republicano, o fumo de corda, produto exclusivamente brasileiro, foi plantado primeiramente nos “*currais*”¹⁴ próximos às residências de Francisco de Paula Magalhães, responsável pela implantação dessa cultura e seguido por seus descendentes, a exemplo de Manoel de Paula Magalhães, que se empenhara no desenvolvimento dessa plantação.

Tomando conhecimento do lucro que o fumo proporcionara aos pernambucanos e baianos, Francisco de Paula Magalhães resolveu ampliar as plantações, expandindo pelas terras da “*chã*”¹⁵, para onde transportava os estrumes de gado e de bode para fertilizar as terras. Aos poucos, o lucro oriundo do comércio do fumo foi atraindo novos plantadores que retiravam rapidamente a mandioca das terras para ocupá-las com o novo produto. Dessa forma, a cultura fumageira substituiu a cultura da mandioca que tinha tornado Arapiraca região produtora da farinha de melhor qualidade de toda a região e de parte do Nordeste.

¹⁴ Esse era e ainda é a denominação para as glebas em que se planta o fumo, nada tendo a ver com o lugar em que se prendem os animais, como vacas, cavalos e cabras...

¹⁵ Nome dado às terras planas e altas.

Empenhados em acumular riquezas, os plantadores de fumo passaram a ocupar toda a sua família nas atividades agrícolas sem, no entanto, demonstrar nenhum interesse em reivindicar das autoridades competentes a criação de escolas em Arapiraca. Conforme o censo de 1940, realizado pelo IBGE, dos 35.514 habitantes de Arapiraca, 11.750 estavam ocupados nas atividades da cultura do fumo, sendo que 8.410 desses representavam a família não remunerada. A verdade é que, àquela altura, praticamente todos os agricultores arapiraquenses estavam voltados para a produção daquela matéria prima de elevada procura, sobretudo para exportação. A cobiça por riqueza vai contribuir com a ampliação do desenvolvimento do plantio do fumo de corda, enquanto, paralelamente, vão surgindo os atravessadores, ou seja, os compradores que passam também a ser financiadores, ocorrendo aquilo que é percebido por Faoro para o país em boa parte de sua história, desde a Colônia, a saber:

o agricultor encontra no comprador da safra o natural financiamento, mediante um sistema simples e natural de crédito: a safra em troca das necessidades para o custeio e a expansão. (FAORO, 1975, p.412)

E assim, também em Arapiraca, os pequenos plantadores ficavam com sua safra comprometida, necessitando, portanto, cuidar da colheita em tempo hábil para evitar prejuízos. Mais uma razão para se utilizarem da mão de obra familiar não remunerada, o que ajuda a explicar a ausência da criança na escola e a falta de incentivo dos líderes locais em ampliar a rede de ensino.

Na verdade, homens, mulheres e crianças trabalhavam em quase todas as atividades do cultivo do fumo em que os métodos introdutórios foram mantidos sem nenhuma evolução: tudo era manual, exigindo muita agilidade e mão de obra suficiente para evitar estragos na plantação que tinha ciclo curto e dependia muito do comportamento do clima para sua qualidade. A semente precisava ser regada; a planta ainda pequena necessitava de cuidados para evitar o “*mela*” - um tipo de mofo que cola as folhas e pode matar a planta. Entre a semente e a plantação definitiva havia uma muda e quando a planta ficava no ponto de ser fixada nos currais de fumo era mais uma vez transplantada e crescia dependendo de muitos cuidados, sendo, por isso, uma cultura de altos investimentos e uso intensivo e concentrado de

mão de obra. Entre as principais etapas destacavam-se: as *limpas*, (duas a três), as *desolhas* (quebra do olho do fumo), *quebra das sapatas* (folhas rasteiras geralmente amareladas que eram levadas aos varais para secar), *quebra dos baixeiros* (folhas intermediárias, também colocadas nos varais para, depois de secas, ser vendida para as fábricas de charutos) e, finalmente, a *quebra da folha conhecida como primeira* (que, depois de seca, ia para o salão), onde era *destalada, junta e transformada em rolos ou bolas* que, depois de *curadas*, eram vendidas no mercado interno ou exportadas.

Esta foi a razão que levou muitos fazendeiros a impedir o processo educacional de seus filhos ou não se empenhar para que acontecesse. A prioridade era plantar e colher o fumo, a exemplo de um agricultor que assim se expressava aos filhos e genros:

se você prefere que seus filhos estudem, como filhos de rico, não reclame do prejuízo que vai ter no final do ano, porque sua safra mal vai dar para pagar as despesas com trabalhadores.

A necessidade de ampliar a quantidade de terras para o plantio do fumo foi notória, principalmente, entre 1955 e 1965, quando o fumo de Arapiraca ganhou boa reputação no mercado, ampliando sua produção de 5.000 para 16.000 toneladas. A procura do fumo nessa região estava, evidentemente, vinculada à produção de boa qualidade, como também ao desaparecimento do fumo de corda em São Paulo, que produziu 12.000 toneladas, em 1920 e apenas mil toneladas em 1945.

Com a ampliação do número de plantadores de fumo em Arapiraca, surgiu a idéia de se criar uma Cooperativa que, segundo Macedo (1992), foi presidida pelo Sr. Manoel Lúcio Correia. Assim,

aqueles que ainda não podiam comprar terra se associavam aos proprietários e trabalhavam como meeiros no plantio do fumo até adquirirem terra própria (MACEDO, 1992, p. 82)

Essa prática contribuiu com o progresso econômico de Arapiraca, pois muitos meeiros logo se tornaram proprietários. A preferência na escolha que o proprietário fazia pelo seu meeiro era o número de pessoas que faziam parte da família: quanto mais numerosa, mais rendia nas atividades fumageiras. Esse fator contribuiu com a chegada de pessoas do sertão,

acompanhados de agregados, como filhos, sobrinhos, enteados e outros que ocupavam a mesma casa. A esse respeito, o censo demográfico de 1940, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, registra em Arapiraca 11.526 domicílios próprios, 2.222 alugados e 3.816 identificados como outros. Era comum, entre os plantadores de fumo, a construção de ruas completas de pequenas casas para abrigar seus trabalhadores, que eram chamadas casas de moradores. Nesses domicílios residiam grandes famílias. Nesse mesmo censo estão registradas em Arapiraca 22.390 famílias, destacando-se 6.072 famílias com 06 a 10 pessoas, 695 com 11 e 47 famílias com 15 pessoas.

Entre as décadas de 40 e 50 são percebidas pequenas alterações na cultura fumageira, sendo a principal relativa ao sistema de adubação do solo que, conforme Verçosa, (1997), somente seria usado no modo tradicional nas usinas alagoanas a partir de 1910. Em Arapiraca, no caso do fumo, o adubo químico logo passou a substituir o estrume de gado e de bode, como elemento indispensável para manter a terra fértil. O investimento na compra do fertilizante era alto e os fumicultores somente foram favorecidos com financiamentos bancários a partir da década de 50, com a criação de uma agência Bancária do Banco da Lavoura de Minas Gerais, em 1951, e, no ano seguinte, com outra do Banco do Brasil, em Penedo, que dava acesso ao crédito aos agricultores arapiraquenses.

A cultura do fumo é, como já assinalado, uma atividade de ciclo relativamente curto, que ocupa os trabalhadores de maio a setembro entre semente e colheita, sendo essa última fase a mais preocupante, por se tratar de momentos decisivos para o tipo de safra que o produtor vai conseguir. A “*quebra*” ou colheita do fumo se dá num período muito curto, sem trégua, porque, quando a folha está no ponto de ser colhida para secar, começa a estourar e pode perder a qualidade com muita rapidez.

Enquanto as folhas de *baixeiro* eram vendidas às fábricas de charuto, as *de primeira* eram conduzidas para os salões onde terminavam as atividades fumageiras e acabava também o vínculo do trabalhador que geralmente se deslocava para os canaviais, situados, até a década de 40, desde a área litorânea até a zona da mata alagoana.

Até a década de 50, os salões de fumo representavam um lugar de concentração de mulheres – muitas vindas do sertão ou da mata - para retirar os talos das folhas de fumo: eram as *destaladeiras*, portadoras de culturas distintas. Do sertão, elas traziam o *aboio*, a *toada*, a *cantoria de viola*, a *cantiga do eito*; da mata, chegavam o *coco* e a *cantiga de roda*, o *reisado*, tudo isso se misturando numa cantiga usada para afastar o cansaço e o sono. Sentadas no chão destalavam e juntavam as folhas de fumo com pressa para aumentar a produção. Quanto mais produzissem, maior seria o pagamento pela sua diária.

Essas mulheres eram quase sempre hospedadas pelo patrão em sua própria casa, dando cumprimento a uma característica que, segundo Holanda (1984), foi sempre bem própria do hoje chamado Brasil profundo, ou seja,

hospitalidade, generosidade [como] virtudes em que permanece ativa a influência ancestral dos padrões de convívio humano informados no meio rural e patriarcal (p.107)

O fato é que, convivendo com as famílias dos donos das plantações, essas pessoas faziam amizade, voltando a cada ano para trabalhar na mesma fazenda, de modo que cada proprietário já conhecia seu grupo de trabalho e respeitava o grupo de seu vizinho.

Nas atividades desenvolvidas nos salões, ou seja, na destalação das folhas e no processo de enrolar o fumo, patrão e empregado trabalhavam juntos, a exemplo dos mestres e aprendizes mencionados por Holanda (1984) sobre o modo de produzir tradicional, numa relação pessoal e direta. O clima era sempre de alegria, sem constrangimento por parte daqueles que eram obrigados a ficar até altas horas da noite para não deixar o fumo perder a qualidade.

As cantigas das destaladeiras era a única forma de afastar o cansaço para trabalhar dia e noite. Nessas cantigas, elas aproveitavam para expor os seus sentimentos com relação ao patrão, ao trabalho ou a outro elemento qualquer. Assim, as cantigas continham versos engraçados, ora xingando a quem as abandonara, ora elogiando o patrão e ora solicitando algo, usando um modo bem peculiar que disfarçava as condições do trabalho que realizavam, como podemos perceber nos versos que seguem:

Laê, Laê...Laê...fazendeiro eu quero beber...
Feche a porta e abra a porta (Pisa pilão,)
Sem bulir na fechadura, (Pisa Pilão)
Se eu fosse o dono do fumo (Pisa Pilão)
Oferecia rapadura...

Eu plantei um pé de cana (Pisa Pilão)
Nasceu um pé de ananá (Pisa Pilão)
Se eu fosse o dono do fumo (Pisa Pilão)
Oferecia guaraná.

Com todos os cuidados para aproveitar em tempo hábil toda a produção e, ao mesmo tempo, em harmonia para quebrar as tensões, se desenvolvia em Arapiraca, um sistema de produção singular em Alagoas, com o predomínio de minifúndios, onde cada um plantava de acordo com suas possibilidades, havendo grandes, médios e pequenos plantadores. Nessas condições, mais ricos ou menos abastados sobreviviam da cultura do fumo e, assim, o progresso promovido pela cultura fumageira contribuiu com mudanças sociais e educacionais em Arapiraca. Tal qual ocorria no restante do estado de Alagoas, que, “ainda que de forma lenta vinha se urbanizando” (VERÇOSA, 1997, p.176), também no município de Arapiraca tinha-se, na década de 40, a maioria da população na zona rural, mas muitos agricultores com condições financeiras favoráveis já começando a comprar casas na cidade e a transferirem sua família para a cidade, com a intenção de oferecer-lhe melhores condições de vida.

Isto não significa dizer que os moradores da zona urbana estivessem excluídos dos efeitos da cultura fumageira, pois até as meninas da cidade eram atraídas para os salões de fumo que se espalhavam pelas ruas, quando não solicitavam dos carregadores de folhas de fumo que deixassem um pouco em suas casas. Havia, portanto, quem residia no campo e tinha uma casa comercial na cidade, de modo que o censo de 1940 registra a existência de 41 estabelecimentos comerciais a varejo recenseados, enquanto outros que residiam na cidade possuíam terras que cultivavam ou arrendavam para outras pessoas desenvolverem o plantio do fumo. Era o momento de todos ganharem dinheiro e por isso não é percebida nenhuma preocupação em estimular o desenvolvimento do ensino; ao contrário, as poucas escolas

isoladas existentes esvaziavam-se numa boa parte do ano porque os pais preferiam ver seus filhos envolvidos com a cultura do fumo, ajudando e contribuindo com a boa produção que exigia alguns cuidados, como evitar o excesso de água no ajuntamento das folhas, verificar as folhas que ficavam nos talos, o peso do fumo, enfim, cuidados que eram cabíveis ao produtor, de modo que toda a família envolvia-se nas diversas atividades. Assim, o envolvimento com essa cultura, ao tempo em que trouxe melhores condições de sobrevivência, contribuiu com o atraso educacional de parte significativa dessa sociedade, no que pese ter feito desenvolver-se uma sociedade com riqueza menos acumulada do que aquela criada e mantida pela cultura canavieira.

No rastro da cultura fumageira, porém, o desenvolvimento econômico percebido em Arapiraca começa a destacar a cidade como a mais progressista entre as demais cidades interioranas de Alagoas. Essa cultura que substituíra quase que totalmente o plantio da mandioca, tornando-se a locomotiva da dinâmica econômica, muda inteiramente o perfil daquela sociedade, na qual até então predominavam hábitos muito rudimentares de vida, a exemplo da alimentação baseada em produtos fabricados em casa, como a coalhada da D. Cipriana, os beijus e tapiocas vendidas nas portas, etc. Com a transferência de algumas famílias para a cidade, porém, começam a surgir pontos de vendas, as bodegas que vendiam produtos alimentícios e serviam aperitivos em que “predominava ainda a caderneta para cujo uso a confiança no freguês continuava sendo o critério exclusivo” (VERÇOSA, 1997, p.183). Esses pontos de vendas atraíam pessoas que aproveitavam para trocar idéias, discutir questões relacionadas à economia da época e até política.

O ritmo acelerado em que acontece o desenvolvimento econômico de Arapiraca foi o elemento fundamental para que esta cidade atingisse, nas décadas seguintes às de 1940, o segundo lugar na economia e na população do Estado, sem, no entanto, alcançar a capital, onde sempre se concentrou a maior parte da riqueza produzida no Estado, que, ainda hoje “é responsável por quase metade do que é produzido em Alagoas”. (CARVALHO, 2005, p. 28)

Além da estrutura agrária voltada para a monocultura e exportação, outro elemento que contribuiu muito com o progresso econômico de Arapiraca foi a feira livre criada desde 1884, por iniciativa do então líder do povoado, o Major Experidião Rodrigues. A feira de Arapiraca, a exemplo da feira de Campina Grande, na Paraíba, é considerada como um sistema de comunicações e aprendizagem que constitui um campo de trocas de idéias e de desenvolvimento na criatividade popular. O próprio relacionamento nas vendas dos produtos e na propaganda dos mesmos representa uma troca de informações. Compradores e vendedores falam da administração local, das safras de boa e má qualidade, das previsões para o futuro, enfim, procuram tirar suas conclusões no diálogo como demonstra PEREIRA JUNIOR, (s/d), no Artigo denominado *Feira de Campina Grande- Um Museu Vivo da Cultura Popular e Folclore Nordestino*, e que se aplica ao caso de Arapiraca. Diz ele que

representa [...] a feira, um museu voltado para a realidade cultural do homem da região, pois o que nele emerge é a própria cultura que alimenta este ciclo e dela recebe informações preciosas para suas mudanças e adaptações às novas realidades do tempo e do espaço. (FRANCISCO PEREIRA JUNIOR, s/d)

Segundo a tradição, a feira livre em Arapiraca teve início quando este povoado ainda começava a se estabelecer. A população que se aglomerava na região desenvolvendo o plantio da mandioca começou a vender produtos de subsistência: mantas de carne eram expostas nos galhos de árvores, enquanto outros animais aguardavam, amarrados, a hora de serem abatidos. Com o crescimento populacional aumentaria a necessidade de produtos alimentícios que vinham das regiões vizinhas, contribuindo, dessa forma, com a expansão da feira livre.

Foi tão grande sua ampliação que chegou a ocupar quase todas as ruas da cidade, causando um grande desafio aos governantes locais, diante da necessidade de transferi-la para um local mais distante do centro, decisão que dividiu a população arapiraquense. Enfim, mais de vinte ruas passaram a ser ocupadas pelos produtos vendidos na feira. A movimentação iniciava aos domingos à noite com a chegada de caminhões carregados de mercadorias, diversas delas vindas de regiões e estados vizinhos. As carroças de burro

transportavam as bancas para serem armadas no local de vendas onde os vendedores expunham e ainda hoje expõem carne seca, mocotó, peixes, panelas e potes de barro, brinquedos, roupas, comidas, etc. O barulho tornara-se insuportável com a movimentação de pessoas que procuravam os botequins para saborear o sarapatel com a famosa “*misturada*” (garrafa de cachaça com raízes de pau).

Muitos desempregados logo buscaram sobreviver com as vendas na feira livre de Arapiraca, vendendo vassouras, pás de apanhar lixo, potes de barro, abanos, “roupas feitas” e muitos outros utensílios domésticos, os famosos “*mangaios*”, como se dizia no linguajar nordestino. Cada rua tornava-se um centro de informações onde o vendedor não se cansava de expor a origem e utilidade de seu produto à venda. A cidade se transformava numa área “cosmopolita”, onde se misturavam homens, mulheres, crianças, num encontro de várias expressões que juntava ingênuos, preocupados, curiosos, espertalhões, fenômeno presente ainda hoje em dia. Enquanto uns vinham à feira encontrar com seus amigos, compadres e comadres, outros aproveitavam para marcar casamentos, batizados, missas de finados e muitos não perdiam a oportunidade de mostrar seus talentos, cantando, tocando, distraindo assim os curiosos. Não podemos deixar de mencionar também aqueles espertalhões que ainda hoje aproveitam para dar o “bote” no bolso do matuto.

Com essa mistura de pessoas vindas de regiões diversas, percebeu-se em Arapiraca um depósito de valores culturais que se manifestava de várias formas: nas arrumações das bancas, nas cantorias dos cegos, nas vozes dos repentistas, emboladores ou aboiadeiros, nos jogos de carta, na culinária diversificada e de outras formas. O folheto de cordel era uma atração para a população que se reunia para ouvir o cordelista lendo e cantando:

Rancho de cavalo é milho.
De cantador é dinheiro.
Quem canta de graça é galo
Pra divertir o terreiro.

Entre esses artistas destacava-se, na feira de Arapiraca, a figura de João Caboclo Linho com versos do tipo:

O bêbado vinha subindo,
No meio da rua tombando.
Se babando e se cuspindo,
Se cuspindo e se babando.
Naquele meio encontrou
Um poste em Pé e tombou...

José Vaqueiro também conquistou espectadores com seus aboios e Antonio Salvador de Souza atraía a platéia de jovens com seus desafios, e de adultos com suas poesias. Patativa do Norte, um embolador que, com seu pandeiro na mão e sua voz, improvisava os mais variados versos, assim reclama do que vem acontecendo nos tempos atuais: *“Os tempos modernos vieram desfazendo nossos sonhos”*, no que é apoiado por outro “artista” da feira livre de Arapiraca que comenta que “as casas que vendem discos e fitas passam as músicas das vaquejadas e os apreciadores correm para escutar, deixando os emboladores sozinhos”. Desse modo, a feira livre ainda hoje se destaca, não somente como elemento responsável pelo crescimento econômico, mas também como local de concentração e trocas da cultura do povo.

Paralelamente à expansão da cultura fumageira e à evolução da feira livre que atraía, a cada dia, novos mercadores, foi surgindo em Arapiraca a atividade comercial mais fixa e regular. Os primeiros comerciantes a se instalarem ali eram oriundos de regiões vizinhas, a exemplo de Zezé Moço e Domingos Mota Acioli, de Palmeira dos Índios, José Francilino, de Caruaru, Luís Pereira Lima e Francisco Pereira Lima, de Serra Talhada, Guilherme Moreira, de São Miguel dos Campos, e outros.

Alguns desses e de outros comerciantes que foram chegando passaram a integrar a liderança e participar das discussões políticas, atraindo as atenções do governo estadual. Toda essa evolução econômica que ocorreu em Arapiraca iria contribuir com a mudança no perfil daquela sociedade que não foi constituída unicamente de reproduções mecânicas da velha estrutura patriarcal. Ao lado dos processos políticos econômicos e sociais, ocorrem mudanças também no âmbito educacional, ainda que na sua

maioria para reforçar as velhas estruturas. Aqueles que acumularam riquezas através da cultura fumageira e os que foram atraídos por essa riqueza passam, então, a defender escolas capazes de atender aos seus filhos sem que estes necessitem de deixar a cidade.

E foi por força das reivindicações desses moradores que o Poder Público Estadual criou o primeiro prédio escolar em Arapiraca, que foi o Grupo Escolar Adriano Jorge, seguido pelo Instituto São Luís, uma escola particular. Isso somente iria se dar na década de 1940, e assim mesmo com instituições voltadas para o ensino primário, já passadas quase duas décadas da emancipação política do município, sem contar com o grande progresso econômico em curso. Somente na década seguinte é que seria criado o Educandário da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CENEG - o atual Colégio Bom Conselho, sendo esse o primeiro a oferecer estudo de nível pós-primário. É nessa década, também, que se instala o Educandário São Francisco de Assis, uma escola confessional feminina para atender às filhas dos novos ricos que finalmente começavam a almejar uma educação exclusiva para as suas filhas.

Arapiraca teria na década de 1950 um grande impulso, tornando-se ainda mais conhecida na década de 1960, visto que já seria a segunda cidade do estado alagoano, pois apresentava uma volumosa contribuição financeira para o erário estadual, como podemos perceber nas palavras do então vereador Geraldo de Lima Silva, na sessão ordinária de 11 de novembro de 1961:

Façamos ver às autoridades que Arapiraca é hoje um dos esteios econômicos da Pátria, tendo a sua Coletoria arrecadado este ano, até o mês próximo passado, uma importância de sessenta milhões de cruzeiros, ou seja, uma renda que suplantou a arrecadação total de mais de uma dezena de municípios alagoanos.

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ARAPIRACA

Desde os primórdios de sua colonização o Brasil inseriu-se num convívio de idéias e instituições que convergiram para um patrimonialismo constituído de práticas paternalísticas, clientelistas, de compadrio e outras fundamentadas no coronelismo e nos privilégios. Nessa estrutura destaca-se a família patriarcal, toda poderosa, exercendo sua influência sobre filhos e, mais além, atingindo a toda uma camada de homens comuns que ficam à mercê de seus “provedores”. A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, (1984) assim se expressa: “O quadro familiar torna-se tão poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico” (p.50). Para o autor, isto significa a invasão do público pelo privado, do Estado pela família. Para reforçar a importância que teve a família na formação social brasileira, o autor acrescenta:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular boa harmonia do corpo social e portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida”.(HOLANDA, 1984, p.53)

Na tentativa de compreensão da complexa relação que originou esse universo brasileiro, Da Matta, (1997), ao fazer referências, especificamente ao papel da família na vida social brasileira, afirma que esta tem muita importância, como sujeito dos processos sociais básicos de um sistema.

Essas características que nasceram com o processo colonizador e vão predominar no Brasil, permeando o período imperial e republicano, encontram-se presentes na construção da sociedade arapiraquense, desde o início de seu povoamento, até a década de 1950, período que constitui meu objeto de estudo. Com a chegada de Manuel André em Arapiraca, por exemplo, outros moradores, especialmente os seus familiares, passaram a ocupar o povoado e dessa forma surge o “clã” patriarcal onde o chefe, sem

sofrer nenhum tipo de réplica, procura atender às necessidades e reivindicações dos demais. Tudo era feito consoante com seus interesses e aprovação; sendo ele o representante do poder público no campo privado, aliava-se aos líderes políticos de Limoeiro de Anadia, município a que pertencia Arapiraca, para conseguir do governador do Estado os benefícios requisitados. Prevalecia assim a cultura do favor, que constitui o fundamento do Estado Brasileiro.

Para compreensão dessa relação entre público e privado que permeia a história brasileira, repercutindo, portanto, no processo de escolarização, buscamos demonstrar a sua importância como categorias de análise da educação partindo de seus conceitos e significados político-sociais. Consultando o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – o famoso AURÉLIO – temos, por exemplo, dentre outros, o significado de *“público”*, como *“relativo ou destinado ao povo, coletividade ou ao governo de um país”*, enquanto para o termo *“privado”*, a acepção de *“não público ou falto, carente”*. Analisando a relação do público e do privado nas práticas sociais da cultura ocidental, percebemos que a sociedade grega já utilizava o espaço público para o exercício do poder, o que significa dizer que esse espaço era a esfera da coletividade, onde predominava a sociedade dos iguais, enquanto o espaço privado representava a esfera da relação entre os não cidadãos, ou seja, a sociedade dos desiguais. No entanto, com a formação dos Estados nacionais, no século XV, o poder passa a ser exercido através das leis que vão definir o comportamento do cidadão. Essa nova relação de poder é coercitiva tornando o espaço público cenário da relação dos desiguais. Nesse mesmo período surge o mercado, que é regulado pelo contrato, representando a esfera privada. É a partir daí que se fortalece a associação entre o Estado e o conceito de Público como interação entre governo e sociedade.

Na América portuguesa a distinção entre o público e o privado sempre esteve relacionada ao direito de propriedade e não aos direitos das pessoas, havendo portanto, a distinção entre o que era da Coroa e o que era do povo, que significa aquele de sangue e fé puros, já que negros e não católicos eram excluídos dessa categoria. Numa troca de favores, o rei utilizava o patrimônio dos súditos, no combate aos índios e aos invasores, na construção de

estradas e na administração de vilas e, em troca, esses súditos, por serem leais ao rei, recebiam terras, frutos e animais que eram por qualidade, classificados como reais:

A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que no fim resultavam em poder político e, conseqüentemente em poder econômico” (MARTINS, 1994, p.23)

Na relação da Coroa com as Câmaras Municipais, administradas pelos Homens Bons, evidencia-se a administração do público pelo privado, em que o Rei delegava poderes aos particulares e se comprometia em reconhecer e legitimar as prerrogativas municipais. Mesmo tendo surgido associação do público com o Estado a partir da modernidade, só é possível falar de público e privado relacionado à educação no sentido mais estrito a partir do século XIX – na verdade, em se tratando de Alagoas, somente no Século XX -, ou seja, quando os Grupos Escolares passam a substituir as Escolas Isoladas, já que essas representaram, com muita freqüência, uma permanente fusão dos dois elementos. Ao fazer referência ao papel da Igreja na colonização e cristianização do Brasil, então, é forçoso destacarmos a presença dessa característica, capaz de dar aquilo que a própria lei não consegue, conforme Holanda, (1984), quando afirma que “a Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular”, (p. 84), havendo, portanto, um grande elo entre a Igreja e a Coroa, numa relação de público e privado que irá se espriar por toda a sociedade brasileira por séculos afora, marcando presença ainda em muitos espaços até os dias atuais.

Através do Padroado, o poder régio podia nomear bispos, arrecadar tributos e controlar documentos e em troca apoiava o clero na sua manutenção e nas construções de Igrejas e manutenção do culto, numa fusão tal em que “as constantes intromissões das autoridades nas coisas da Igreja tendiam a provocar no clero uma atitude de latente revolta contra as administrações”. (HOLANDA, 1984, p.84). Mas essa revolta não impedia que a Igreja utilizasse o seu poder aliado ao poder civil, para cobrar dízimos para dotação dos cultos e estabelecer fundações religiosas segundo suas conveniências. Por meio de festas, missões e peregrinações, o clero se aproximava dos grupos rurais e nas cidades, construía orfanatos, asilos e Santas Casas de Misericórdia, desenvolvendo uma característica

assistencialista que levava as famílias influentes a contribuir no estabelecimento das obras sociais e formarem seus filhos nos colégios e internatos.

E foi dessa forma que se deu a implantação das instituições de ensino no Brasil, fato que é reconhecido na trajetória da história da educação brasileira, ainda que na historiografia predomine a quase exclusividade da ação jesuítica, em detrimento de outras ordens religiosas e até do clero secular, como veremos no caso de Arapiraca. Para melhor compreensão da influência que a Igreja, como organização, teve na formação da sociedade e no processo de escolarização do Brasil e, conseqüentemente, no território alagoano, destacando-se Arapiraca, apresentamos, a seguir, uma análise das discussões ocorridas no âmbito das Assembléias Constituintes brasileiras mencionando a sua participação.

Como visto, a sociedade brasileira constituiu-se sob um Estado influenciado por ordenamentos autoritários, direcionado por uma estrutura patrimonialista em que o poder político da autoridade organiza-se nos mesmos princípios do poder doméstico, ou seja, o objetivo de quem detém esse poder é satisfazer suas necessidades pessoais, de ordem privada, significando dizer que o patrimonialismo, numa concepção weberiana, tem sua essência no aproveitamento privado das coisas públicas. A Igreja Católica, representada pelos jesuítas nos primórdios da colonização das Américas, mas não apenas por eles, como se pode ver por uma análise mais fina dos fatos históricos, tinha grande influência nas monarquias européias que lhe ficaram fiéis após a Reforma protestante e os monarcas eram revestidos de poderes espirituais, delegados pelo Papa, sobre as novas terras, por meio do que ficou conhecido como o *padroado*. Assim, a nova Igreja a ser construída no Brasil dependia diretamente dos monarcas portugueses que pensavam em criar um Estado cristão cuja missão era incorporar os índios à cultura européia através da “guerra santa”, termo herdado das cruzadas medievais.

Essa ideologia explica a conquista e a implantação de uma estrutura dominante no modelo patrimonial e na autoridade “santificada” pela tradição no Brasil e em toda a América Latina, onde um emaranhado de relações vai

consolidar a confusão entre a esfera do público e do privado. Essa estrutura vai repercutir mais tarde na sociedade brasileira, ao nível estadual e municipal também, de modo que todas as vantagens econômicas correspondentes ao poder tornam-se propriedade do chefe.

Inserir-se na cultura portuguesa e no catolicismo por ela imposto, era o caminho certo para o ingresso na sociedade colonizadora. O ensino monopolizado pela Igreja era um elemento de promoção social assim como o catolicismo. A influência dos missionários ficou representada na constituição da sociedade brasileira, através de colégios, confessionários e do teatro, ou transformando-se na única força capaz de influir no domínio do senhor de engenho. Por isso, nem mesmo a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios – aí incluído o Brasil – pelo Marquês de Pombal foi capaz de romper com a primazia da Igreja sobre os corações e as mentes. Afinal, além de os filhos de Santo Inácio de Loyola não serem os únicos a atuarem na educação nos domínios lusitanos – ainda que representassem o contingente dominante, ao menos no ensino pós-primário -, muitos dos que irão assumir as Aulas Régias ou tinham sido discípulos dos jesuítas ou seguiam a orientação teológica então dominante, a saber, os ensinamentos de Santo Tomás de Aquino e sua SUMA TEOLÓGICA, genericamente conhecidos como o Tomismo, e toda a toda a herança do Concílio de Trento, que estruturara o movimento de reorganização da Igreja Católica conhecido como a Contra-Reforma para enfrentar o protestantismo.

A transferência da família real para o Brasil, em 1808, determinaria a ruptura entre a colônia e a metrópole num momento de desequilíbrio de forças em que as elites privilegiadas sentiam-se no direito de esbanjar e as camadas exploradas eram vítimas da miséria. Foi justamente esse desequilíbrio de forças que repercutiu na formação de novas alianças com espírito nacionalista. As forças hegemônicas impulsionavam a independência, mas não faziam oposição à ordem patrimonial vigente no período colonial. Isto significa dizer que os grandes proprietários de terra e as demais camadas que detinham o poder estavam preocupados em conquistar a sua emancipação para se desvincular da tutela da metrópole, mas conservando sua condição econômica e social de grupo dominador.

O processo de independência do Brasil coincide com a entrada das idéias liberais em expansão na Europa, e um dos princípios do liberalismo aí vigentes era a de educação para todos, o que significava um ponto fundamental na concretização da nação. No entanto, a sociedade brasileira desligada politicamente de Portugal continuaria constituída de uma grande parte de escravos e ex-escravos, ou seja, de não cidadãos, o que significava um grande empecilho para o processo de construção nacional e elaboração de uma constituição. Por isso, nessa sociedade constituída de escravocratas, patriarcas e oligarcas que continuaria predominando no Brasil após sua independência, permaneceriam vivos os impedimentos para alguns avanços, já que essa camada social dominante não pretendia perder sua posição de privilégios, tendo aderido ao processo de independência de forma *sui-generis*, ou seja, “importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios”. (HOLANDA, 1984, p.119)

Esse caldo de cultura vai repercutir na primeira Constituinte, em 1823, quando D. Pedro apresentou a necessidade de uma legislação especial para a implantação da instrução pública. Como a classe dominante da época não se sensibilizou com as propostas, terminou a educação básica, primeiro sem grandes feitos até o período da Regência, e depois sob a responsabilidade das Províncias, entendendo-se assim que esta ficou relegada à iniciativa privada até o Ato Adicional, prevalecendo na educação brasileira a relação da esfera do público e do privado. Um traço marcante da Constituinte que culminou com a Constituição Outorgada foi a obrigatoriedade do ensino da doutrina católica em todos os estabelecimentos de ensino.

Esta constituição, fortemente centralizadora assegurava o princípio da gratuidade que nunca foi cumprido, assinalando um descaso pela educação que se tornava cada vez mais evidente. Durante os dez anos que se passaram entre a constituição outorgada e o Ato Adicional, apenas uma lei foi aprovada defendendo o ensino público, a lei de 1827, que criava as escolas de primeiras letras, onde os professores eram orientados a ensinar os princípios da moral cristã e da doutrina da Religião Católica, além de ler e escrever, a resolver as quatro operações aritméticas, noções de geometria, gramática nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina católica. A lei

determinava que em todas as vilas e lugarejos fossem criadas escolas de primeiras letras. Nas Alagoas, no período provincial, o governo fez acordo com a Assembléia Legislativa da Província, provendo cadeiras de professores primários a pessoas que sabiam ler, escrever, dominavam as quatro operações de aritmética e fossem capazes de doutrinar sobre os princípios da Igreja Católica.

Com o Ato Adicional de 1834 que defendia o fortalecimento das Províncias, a educação básica tornava-se responsabilidade destas, mas não vedava aos particulares a iniciativa de criar escolas, enquanto as províncias, sem recursos, omitiam-se da responsabilidade. Entre 1850 e 1870 a sociedade brasileira passaria por uma mudança significativa, transitando, no eixo Sul-Sudeste, de sociedade exportadora com base rural agrícola para urbana-comercial, com a transferência de parte significativa da população camponesa para a zona urbana, influenciando naquilo que HOLANDADA ressalta, ao assinalar o paradoxo de que "a construção das cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação", (HOLLANDA, 1984, p.61), isso porque os núcleos urbanos passam a ser os pólos dinâmicos do crescimento capitalista interno, propício à formação de órgãos de poder local bem mais fortes e agressivos do que os anteriores.

Evidentemente que, do ponto de vista do crescimento econômico, esse período foi apontado como uma época de férteis realizações: as conseqüências da guerra do Paraguai, a libertação dos escravos após a instalação da Lei do Ventre-Livre e o desenvolvimento econômico garantido pela alta aceitação do café no mercado mundial, vão apontar o analfabetismo como um entrave na construção de um estado moderno e assinalar a necessidade de mudanças no âmbito educacional, muito embora as realizações nesse sentido tenham sido fortemente concentradas no município da corte ou num ou outro centro com algum crescimento industrial.

O ideário liberal que se fizera presente no processo de independência já apontava algumas possibilidades que vão se fortalecer com as exigências que as condições sócio-econômicas de algumas regiões do Brasil reclamavam, de se implantar uma política educacional que atendesse a todas as camadas sociais. Estas transformações vão evidentemente aguçar as

contradições do sistema capitalista em ascensão: trabalhadores, operários, camadas médias e urbanas revestiram-se de idéias nacionalistas e se organizaram para lutar pelo estabelecimento de uma nova ordem. Surge, assim, a República e, com ela, a necessidade de escolarizar amplas camadas das populações trabalhadoras ficava cada vez mais evidente, com o objetivo de derrubar o autoritarismo que legitimava a oligarquia no poder. Afinal, o acesso ao voto que agora definiria o poder em todos os níveis era universal, desde que o brasileiro – ainda não a brasileira – estivesse, além da idade mínima, alfabetizado.

A Constituição de 1891, que surge com a República, traz a discussão de temas sociais, inclusive a educação, compartilhados com os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático, cujo maior efeito na educação foi a manutenção da atribuição aos estados membros da responsabilidade pelo ensino público. Apesar das relações políticas entre Estados e União com vistas à governabilidade terem fluído com a introdução da política dos governadores, o mesmo não acontecia com a educação: cada um respondia pelos seus graus, sem nenhuma intervenção de um sobre o outro, cabendo ao governo federal o ensino superior e o restante aos Estados.

Não seria permitido, a partir de então, o exercício de cultos ou crenças, como também o exercício do voto aos religiosos que prestassem votos solenes de obediência aos seus superiores eclesiásticos. Mas, não era só o clero proibido de expressar a cidadania, participando do processo democrático através do voto: a mulher também foi privada desse direito, juntamente com os menores, os loucos e os soldados rasos, já que era também um ente privado de autonomia e, assim, representado pelo pai ou pelo marido. Dessa forma tornava-se, de uma vez por todas, evidente, o caráter patriarcal e paternalista da sociedade brasileira.

No Brasil, porém, nem sempre o que está na lei torna-se prática social, sobretudo quando a lei representa uma cópia do que existe fora da sociedade. Assim, se a norma legal que inferioriza a mulher e o analfabeto, por ser inerente ao *ethos* brasileiro, será posta em prática, o mesmo não irá ocorrer com o que foi determinado sobre a laicidade do ensino: para as famílias arapiraquenses, por exemplo, o ensino dos fundamentos cristãos

continuaram essenciais para a formação do ser humano bom, ocorrendo abertamente na ação pedagógica desenvolvida no processo de ensino, mesmo quando mantido pelos recursos públicos, mediante uma ética paternalista cristã católica que vai determinar a construção daquela sociedade, como de tantas espalhadas por Alagoas e pelo nosso imenso Brasil.

Em Arapiraca, que, como vimos, teve o início de seu povoamento assinalado oficialmente em 1848 e apresentou rapidamente um grande desenvolvimento populacional e econômico, fez-se parco o interesse, por parte dos poderes ali constituídos, pelo desenvolvimento do ensino, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, excluindo os filhos de trabalhadores e até de médios e pequenos proprietários do ensino elementar, por razões já apresentadas. Afinal, a educação escolar não era prioridade da sociedade vigente, envolvida em uma ocupação braçal e tecnologicamente atrasada, além do que os arapiraquenses, na sua esmagadora maioria, estavam empenhados em desenvolver uma economia capaz de produzir riquezas. Isto significa dizer que o analfabetismo não era preocupação para a elite local, ou seja, para as oligarquias que se revezavam no poder em Alagoas e que ditavam as políticas também para Arapiraca, que, nos primórdios de sua existência, contava com poucos grupos sociais em condições de pressionar o Estado para investir na instrução pública. Estes estavam empenhados em manter o trabalhador braçal, para explorar as terras e fazê-las produzir o suficiente para acumulação cada vez maior e mais concentração de riquezas.

Convém assinalar aqui, por absolutamente oportuno, que, ao falarmos das restrições de acesso ao ensino por iniciativa pública, não estamos nos referindo, de forma nenhuma, à exclusão do acesso à educação e nem mesmo ao acesso ao letramento. Sabemos que, apesar da instrução primária ser considerada, no Brasil, desde a sua independência, do ponto de vista legal, direito de todos os cidadãos, ou seja, um bem a ser garantido pelo Estado por meio da escola, o ensino continuava ainda na República, salvo alguns poucos centros urbanos mais desenvolvidos, como privilégio de muito poucos. No entanto, antes da necessidade social da criação de instituições

oficiais de ensino, em todo o mundo, a educação decorria dos ensinamentos no seio da família ou da comunidade, enquanto o ensino doméstico, com professores da mesma família, muitas vezes os próprios pais, era motivado por fatos religiosos e ideológicos com liberdade e até mesmo ausência de currículo, ou melhor, com o currículo determinado pelas necessidades vitais.

Nessa perspectiva, na socialização da criança, ainda que o conhecimento transmitido fosse limitado, além de haver uma verdadeira confusão de papéis entre pai e professor, até as primeiras décadas do Século XX, em Arapiraca, somente as famílias mais abonadas economicamente podiam ter seus filhos estudando, mesmo assim através da manutenção de um professor como membro da família para ensinar aos seus filhos ou encaminhando-os a um internato ou estabelecendo-os junto a membros da família, nas cidades maiores, o que não quer dizer que as demais crianças não fossem educadas e, excepcionalmente, até instruídas nos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo.

Conforme informações de Guedes (1999) e Macedo (1992), o primeiro professor indicado pela liderança local, em 1865 aproximadamente, foi Antônio Raimundo, que aguardava as solicitações dos líderes dos diversos sítios para desenvolver o seu ensino. Foi seguido por seu filho, Antonio Rocheri, o qual, durante muito tempo, atendeu a famílias como a do Sr. Antônio Pereira, que cedeu ao referido professor um salão na rua do Cedro, hoje Avenida Rio Branco, onde as crianças aprendiam as primeiras letras.

A exemplo desses professores mantidos pela família, apresento o testemunho de A.R. F. que, com mais de setenta anos declarou:

como não havia escola, meu pai contratou um professor. A gente estudava na carta de A B C , cantando um b cum a, b-a-bá, um b cum e, b-e-bé, um b cum i, b-i-bi, um b cum o, b-o-bó, um b cum u, b-u-bu e um b cum a, o, til, bão. No final da carta de ABC tinha alguns versos: me dê chá, chá com pão; se é bom, não há mais...Depois de tudo decorado, começava a cantilena da tabuada; um e um, dois, um e dois três, um e três, quatro....

Outra depoente, também de setenta anos, assim reconstrói o processo de escolarização desenvolvido em Arapiraca nas primeiras décadas da República:

meu pai contratou a D. Alaíde para ensinar a gente e os filhos dos vizinhos .Ela morava na nossa casa e ensinou muita coisa. Nós aprendemos a conhecer novos hábitos de higiene, como se comportar nos cantos, falar e até mudar os hábitos de alimentação. Ela fez muita falta quando foi embora.

Esse era o tipo de escolarização que predominava no município de Arapiraca, desde o início de seu povoamento, em 1848, prevalecendo até as primeiras décadas do século XX – uma verdadeira cruzada civilizatória, que expressa a carência de ensinamento até do que era considerado expressão do projeto civilizatório que já se expressava, nos primórdios, na saga dos jesuítas, e em que viviam até os filhos dos proprietários.

Nesses primeiros tempos, outras pessoas envolvidas com o ensino devem ser destacadas, como a esposa de Esperidião Rodrigues, Joana Belarmino e Tereza Maria de Jesus, esposa de José Inácio Correia, filho de Manoel André, tendo esta durante muitos anos ensinado particular, segundo informações cedidas em entrevista, pelo professor e historiador Valdemar Macedo.

Outro professor que merece destaque nesse período é o filho de Esperidião Rodrigues, Domingos Rodrigues, que adquiriu ampla formação no Seminário, mas desistiu do sacerdócio para se casar. Segundo informações, era um intelectual, homem culto, inteligente e corajoso, que muito contribuiu com o desenvolvimento de Arapiraca, redigindo ofícios para seu pai fazer os contatos a fim de desenvolver ações administrativas no novo município. De acordo com o relato de sua neta, N. M, este tinha inclinações para a medicina e, utilizando-se apenas de um compêndio do almanaque “Chernoviz”, fabricava fórmulas que curavam doenças como a febre tifóide que se abateu em Arapiraca nas primeiras décadas do século XX e serviam também para cicatrizar fraturas, a exemplo de sua esposa que se acidentou quando o telhado de sua cozinha desabou, ficando muito machucada. Sem médicos nem enfermeiros por perto, Domingos Rodrigues cuidou dos ferimentos com sucesso. Suas habilidades iam mais além: segundo consta, falava latim e francês e foi um hábil professor das famílias arapiraquenses, atendendo a diversas famílias.

O professor Edson Matos é outro nome citado por testemunhos do período investigado, porém não foi possível detectar em minhas investigações a sua formação, mas, suponho que seja proveniente de uma formação religiosa, já que contava com o apoio de seu parente, o padre Epitácio Rodrigues, pároco da cidade. Conforme relato de A.P., que passou pelo processo de escolarização por ele desenvolvido, este ensinou particular em Arapiraca, ocupando um salão no quadro da cidade. Diz a depoente que ele "era um professor muito rígido. Sua disciplina era muito severa, o meu pai me tirou de lá e só deixou os meninos, mas ele ensinou pouco tempo, uns dois anos".

Destaca-se ainda a escola da "tia Chiquinha Macedo", como era conhecida a escola onde desenvolvia o ensino Francisca Petrina Macedo, citada pelo historiador arapiraquense Zezito Guedes, como educadora de muitas gerações. Para o autor, a referida professora priorizava, na sua prática pedagógica, a formação cristã religiosa, através de leituras de catecismo, ladainhas e outras orações, chegando a preparar crianças para Primeira Comunhão e jovens para seguir a vida religiosa, como foi o caso da Irmã Luzinete Ribeiro, responsável pela criação (1956) em Arapiraca, do Colégio São Francisco de Assis, dirigido pelas Irmãs Franciscanas Hospitaleiras.

Um fato é digno de nota quando se analisam os primórdios da escolarização em Arapiraca: muitos professores recebiam orientação diretamente dos padres, quase sempre oriundos das famílias tradicionais, a exemplo do padre Francisco Xavier Macedo, conhecido como Padre Macedo, do padre Epitácio Rodrigues, do padre Maurício, do padre Antônio Lima e outros. Compulsando a legislação educacional de Alagoas, ainda no início do período republicano, a exemplo dos Decretos 476, de 1906, e 601, de 1912, essa ênfase sobre a necessidade de os professores dominarem a doutrina católica, a par dos princípios morais, era ainda uma constante, o que em parte explica essa ligação das primeiras professoras com o clero local.

Diante dessa presença tão forte da necessidade de doutrinação católica, durante o período que antecedeu à criação da Paróquia de Arapiraca, que se deu em 1944, os padres residiam em Limoeiro de Anadia e convocavam aqueles que eram indicados para ser professor para residirem

certo tempo na casa paroquial a fim de serem instruídos nos princípios da ética e da moral cristãs e orientados sobre o tipo de ensino a ser desenvolvido, como foi o caso das irmãs Macedo, Antônia e Francisca (Chiquinha), que passaram determinado tempo recebendo orientações do seu irmão, o padre Macedo.

No período republicano destacam-se como suportes da legitimidade política, o poder pessoal, a oligarquia e o clientelismo e foi dentro dessa relação que o primeiro prefeito de Arapiraca, Experidião Rodrigues conseguiu do então governador do Estado, o Barão de Traipu, a nomeação, em 1891, de sua nora, Marieta Peixoto, como professora pública. Sendo esta, segundo informações cedidas por depoentes, qualificada para o magistério, a nova professora ocupou o prédio no quadro do então povoado, substituindo D. Chiquinha Macedo, que foi transferida para a periferia, consoante com o que se praticava em Alagoas naquela época, em que

as professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, desaprendendo o que sabiam, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. (RAMOS, 2001, p.61).

A partir de 1920, década em que ocorreu a emancipação política de Arapiraca, abre-se um amplo espaço para o movimento nacional em prol da educação. A Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade de âmbito nacional, foi fundada em 1924 por Heitor Lira, com a função de dar ênfase à questão educacional, realizando conferências nacionais, publicação de revistas e cursos de diversos tipos. A partir daí vão se cristalizando as divergências de opiniões até ser estabelecida a polarização entre defensores da Escola Nova e os adeptos da corrente católica que continuavam exercendo uma grande influência na área educacional.

Os escolanovistas defendiam a escola pública gratuita, no regime que se instalava no Brasil, cabendo a responsabilidade ao setor público e não a grupos particulares. O ensino seria essencialmente leigo e sua função seria formar cidadãos livres e conscientes capazes de incorporar-se ao grande Estado nacional em que o Brasil estava se formando. Alguns nomes

marcaram esse movimento, entre eles, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo que conseguiram, com suas idéias, atrair a ira da Igreja Católica.

Neste período mencionado, a década de 20, percebia-se a heterogeneidade da rede escolar, constituída de diferentes tipos de estabelecimento de ensino primário, dando mostras de discriminação da sua própria organização. Eram escolas isoladas, dispersas, funcionando em uma única sala sob a regência de um único professor, escolas reunidas, funcionando em um único prédio e alguns poucos grupos isolados, além de outras variações, como escolas diurnas e noturnas ou escolas para o sexo masculino e escolas para o sexo feminino. Em Arapiraca, como na maioria das cidades alagoanas, só havia escolas isoladas que, paralelamente ao processo de independência da cidade, (1924) expandiram-se, principalmente a partir da administração de Experidião Rodrigues, eleito como primeiro Prefeito do novo município. As dificuldades por ele enfrentadas foram muitas, pela ausência de uma Câmara Legislativa que só iria atuar em Arapiraca a partir de 1936, com a escolha dos primeiros Conselheiros Municipais. Para desempenhar com sucesso suas atividades, o então Prefeito contava com o apoio de seu filho e secretário particular, Genésio Rodrigues, responsável pela redação de ofício e outros documentos. Para ajudar nas finanças nomeou um tesoureiro, o Sr. Pedro de Oliveira da Silva, encarregado de organizar o sistema de arrecadação das atividades comerciais e coleta de impostos prediais e nomeou seus dois filhos, Gondim e Virgílio, como fiscais da feira.

Para contemplar a educação, conseguiu do governo estadual a nomeação de mais uma professora, desta vez uma de suas filhas, não obstante faltar-lhe qualificação para o magistério, numa regra não escrita que estava em curso na composição de todo o aparelho municipal do Estado, tão bem registrado por Craveiro Costa para toda a vida alagoana, desde tempos imemoriais e que aqui cabe como uma luva: “era o filhotismo [...] a invadir vitoriosamente o magistério e banindo por completo as exigências da habilitação pedagógica” (COSTA, 2001, p. 20).

No Brasil, algumas Reformas Educacionais ocorreram no século XX, entre 1901 e 1915, tais como o código Eptácio Pessoa, (1901) a Reforma

Rivadavia Correia, (1911) e a Reforma Maximiliano (1915) que tiveram pouca repercussão sobre a educação escolar em Alagoas. Na verdade, as reformas que de fato atingiram a educação básica brasileira da época foram aquelas ocorridas nos estados, como, por exemplo, a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mário Casasanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928, e a de Carneiro Leão em Pernambuco, em 1928. Em Alagoas, embora os compêndios mais prestigiosos de História da Educação no Brasil não costumem registrar, houve também inúmeras reformas educacionais durante a chamada República Velha, dentre as quais destaco, como uma das mais relevantes, a reforma de 1906, através do Decreto 401, de 23 de novembro de 1906, que dá novo regulamento à Instrução Pública, autorizado pelo Art.4º da Lei Nº. 484, de junho do mesmo ano. O regulamento decreta e manda, já no Art.1º, que *“O Estado ministrará o ensino primário, secundário e normal”*, enquanto no Art. 2º estabelece que *“A suprema direção do ensino compete ao Governo do Estado que a exercerá por intermédio do Diretor público, do Inspetor Geral da Instrução Primária e dos Inspetores Escolares”*. Por meio do Decreto 476, de 1906, o Governador do Estado, Euclides Vieira Malta, autorizado pelo Legislativo, reforma mais uma vez a instrução pública em todos os seus ramos e graus.

Sobre o ensino primário, o referido Decreto 476/06 apresenta no seu Art. 10º, a obrigatoriedade do ensino que se efetivará logo que o Estado possa manter escolas em número proporcional à população escolar e oferecer às casas escolares, garantias de higiene. Em seu Art. 22 acrescenta que as escolas devem funcionar em edifícios próprios construídos de acordo com as exigências pedagógicas e higiênicas. Já no Art. 23 determina que as escolas deverão ser dotadas de mobílias e utensílios necessários ao ensino e no art. 24 determina que o ano letivo iniciaria em janeiro e terminaria em novembro, com o “exame final”.

No entanto, tais reformas não repercutem no então distrito de Arapiraca, que só conta com uma escola ministrada pelo poder público estadual, recebendo mais uma, apenas em 1924, após seu desmembramento

do município de Limoeiro de Anadia, à exceção do artigo 24, como podemos perceber pelo relato de uma ex-aluna da Escola Municipal Isolada do Riachão, povoado de Arapiraca, com mais de setenta anos de idade:

o momento mais esperado pela criançada era o dia do “exame”. O Prefeito, Manoel Leal, chegava em sua charrete, vestido num terno branco, gravata no pescoço. Logo todo mundo sentava nos bancos e o prefeito entrava sorrindo e brincando, mas a meninada ficava quieta esperando a hora do bendito “exame”. Ele chamava um por um e ia fazendo perguntas. A gente já sabia tudo decorado. Quando terminava, ele mandava buscar o sanfoneiro nas Craibas dos Nunes e a festa começava e ia até a noite.

Manoel Leal administrou Arapiraca de 1941 a 1945 e como administrador, costumava participar das atividades que aconteciam pela redondeza. Para facilitar as visitas aos sítios, principalmente no momento do **“exame escolar”**, do qual o mesmo fazia questão de participar,

um de seus primeiros atos foi colocar na cidade uma bem equipada charrete puxada a cavalo que parecia mais uma carruagem real inglesa, para conduzir o prefeito em suas andanças (GUEDES, 1999, p. 207).

Na sua efetiva presença a esses atos o então prefeito conseguia manter boa relação com a população. No entanto, em relação aos artigos, 10, 22 e 23 não se evidenciam mudanças nas escolas do então povoado de Arapiraca, que prevaleciam nas residências dos professores sem nenhuma mobília especial, “com salas acanhadas, palmatória, mobília de caixões, santos nas paredes, em vez de mapas”. (RAMOS, 2001, p.61).

Outra reforma de destaque em Alagoas é a de 1912, quando o então governador Clodoaldo da Fonseca, pelo Decreto 601, aprova o novo regulamento da Instrução Pública Primária, Normal e Secundária. Nessa reforma determina que as escolas preliminares e complementares funcionem isoladamente ou em regime de Grupos Escolares estabelecidos na capital e nas sedes dos municípios, sempre que o governo achasse conveniente. O método empregado seria o mais intuitivo possível, sendo o livro usado apenas como auxiliar de acordo com os programas. Isso foi o que figurou no documento legal, pois na prática predominou o que já esboçamos no tocante a Arapiraca.

Não havia em Arapiraca, portanto, mesmo com a autonomia municipal, a partir de 1924, avanços no campo educacional, prevalecendo apenas as Escolas Isoladas, merecendo destaque a escola da D. Maroquinha, a escola da D. Suzinete, da D. Linda, da D. Belissa, da D. Reginalda e outras, todas professoras leigas, escolarizadas por professores contratados por seus pais a exemplo de D. Linda que estudou apenas o primeiro, segundo e terceiro livros, sob a orientação de uma professora vinda da capital, que se tornou membro de sua família até que ela dominasse os princípios fundamentais para desenvolver o ensino ou seja, a leitura, a escrita, as quatro operações aritméticas e principalmente os fundamentos da doutrina católica, elementos fundamentais para se desenvolver o ensino.

Pelo que foi possível levantar, parece possível afirmar que a expansão das escolas isoladas em Arapiraca pode ter sido marcada pela organização oligárquica, onde se estabelece uma teia de relações entre o chefe dos diversos sítios e o líder local que se encarrega de estender essa relação com a classe dominante estadual, pondo-se em prática o que afirma Verçosa (1997):

Tendo o grupo familiar como modelo de organização, é antes de tudo em torno dos interesses privados e de grupos de interesses locais que vão ser pensadas e resolvidas as principais questões (p.54).

Assim, dentro dessas relações e interesses, iam surgindo em cada localidade uma escola isolada em que a residência do professor passava de espaço privado para ter um significado público: os alunos usavam a mesa, as cadeiras ou bancos e tamboretas ocupando o espaço da família do docente, chegando muitas vezes a envolver-se em conflitos cotidianos dessa família, gerando uma situação até de constrangimento, quando alguns alunos comentavam o que viam e ouviam na convivência com a família do professor. Uma testemunha desse período foi vítima de envolvimento com esse tipo de problema e foi impedida de continuar estudando, como esclarece R. G. de 79 anos:

eu estudava na escola da D. Antônia, bem perto da minha casa. Estudei três anos, foi o primeiro, o segundo e o terceiro livro. A gente ia pra casa dela e ficava perto da mesa escrevendo e estudando.

Mas depois teve um aborrecimento na família, umas fofocas e a madrinha não deixou mais eu ir para escola.

Em Arapiraca, na verdade, de forma diferente de alguns outros municípios alagoanos, como já foi explicitado nesse trabalho, não havia Grupos Escolares naqueles tempos, e nas escolas isoladas o professor ensinava aos alunos atendendo individualmente, ou seja, a um de cada vez. Aqueles que sabiam mais, ensinavam a quem sabia menos, como se ainda estivessem seguindo o método Lancaster ou de ensino mútuo, que dominara numa certa altura do Século XIX, ajudando assim nas atividades do docente, na maioria professoras, as quais podiam conciliar sua função ao papel de mãe e dona de casa, já que as escolas funcionavam na casa do professor ou numa sala cedida pelos proprietários, sendo conhecidas pelo nome do professor ou do proprietário, numa invasão do público pelo privado, como trata Verçosa,(1997) ao analisar a formação social alagoana, num diálogo com Weber, Holanda, Faoro e Da Matta.

A presença de grande número de mulheres desenvolvendo o ensino, diferentemente do que acontecera nos começos da implantação da sociedade arapiraquense, vai se fortalecendo nesse município até mesmo com a criação do primeiro Grupo Escolar, que inicia suas atividades com um corpo docente predominante feminino. Para Magalhães Junior, (2002) o ingresso das mulheres no magistério não se associou à busca de uma profissão, mas, às suas características, capaz de reforçar os princípios da moralidade cristã. No caso de Arapiraca suponho ainda que os homens estavam mais empenhados em desenvolver atividades agrícolas que exigiam muitas horas diárias de trabalho para adquirir sua sobrevivência ou até mesmo com o objetivo de acumular riqueza, havendo, portanto, uma minoria de homens letrados, cabendo às mulheres o ato de ensinar.

Como vimos, a prática escolar criada em Arapiraca, principalmente na zona rural, antes e logo depois de sua emancipação política desenvolvia-se independente do poder público, até porque, de forma incontestável, era completa a ausência deste, como gestor de tais escolas. Por isso, não só para os estudantes, como para as próprias famílias, a escola era propriedade do professor ou daquele que cedia uma sala para o funcionamento dessa

escola, e nunca como pertencente ao poder público, até mesmo quando era este que subsidiava o trabalho docente. Isso gerava muitos problemas porque qualquer diferença entre famílias, por motivos particulares ou de natureza política, impedia que alguns alunos se escolarizassem.

Foi este o tipo de escolarização que predominou em Arapiraca por décadas, mesmo após seu desmembramento do município de Limoeiro de Anadia; escolas isoladas, com professores indicados pelas lideranças locais ou mantidos pelos pais de família como professores particulares. Esses desenvolviam uma ação pedagógica centrada nos princípios da moral cristã católica, com a prioridade ao ensino da leitura e da escrita. Quando o aluno concluía a leitura da carta do ABC, passava para a cartilha, depois vinham o primeiro, o segundo e o terceiro livros. A avaliação era realizada nas escolas através de uma prova escrita feita no papel pautado, sempre com um desenho pintado na capa e com uma fita colorida, sendo entregue no dia do exame final, que era realizado através de uma prova oral, em clima festivo, como já foi explicitado no depoimento de T.E.O., já exposto nesse trabalho.

O tipo de escola, a forma de designação da professora e a prática pedagógica ainda por volta da década de 40, quando a sede do município de Arapiraca já dispunha de grupo escolar, podem ser percebidos pelo depoimento da ex-professora da Escola Isolada do Canaã, Dona Adalgiza Pereira, que lecionava num salão de propriedade do Sr. José Soares:

Eu fiz a 4ª série no Grupo Escolar Adriano Jorge e no mesmo ano, 1941, fui indicada pelo prefeito nomeado, Genésio Rodrigues Correia, filho de Experidião Rodrigues, para exercer o ensino no povoado de Canaã. Era um decreto do Presidente Getúlio Vargas que no dia do seu aniversário determinou que todos os municípios criassem uma escola a mais. Eu fui contemplada, mas sofri muito porque sentia falta da família. Eu ficava a semana toda na casa do Sr. José Soares, dono do salão onde eu ensinava a 40 alunos com carta de ABC na mão. Depois fui transferida para Feira Grande, mais tarde para o Cavaco, enfim para Bananeiras até que me abusei e deixei.

A indicação da professora Adalgiza para desenvolver o ensino, residindo na casa do Sr. José Soares, era ainda prática constante no processo de escolarização daquele município, mesmo depois da Revolução de 1930, com

as cadeiras isoladas [...] providas por professores pertencentes a grupos de confiança ou da parentela dos políticos e não raro apadrinhados e nomeados interinamente, representando uma forma de garantir a popularidade desses políticos de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública. (PINHEIRO, 2002, p.33).

A transferência da professora Adalgiza é outro exemplo da prática ocorrida em Arapiraca: quando não se acompanhava a facção política que estava no poder, geralmente aconteciam punições desse tipo, como a transferência no emprego ou até mesmo a demissão. Isto ocorreu com a professora conhecida como D. Linda, que foi demitida pelo fato de sua família ser adepta do P.S.D. - Partido Democrático Brasileiro -, liderado por Luís Pereira Lima, que fazia oposição ao então Prefeito de Arapiraca, José Pereira Lúcio, o Lucinho, que governou de 02-09-1955 até 02-10-1955, num período formalmente democrático, mostrando como

a criação e a extinção de cadeiras isoladas estavam sujeitas ao mandonismo dos coronéis e à troca de favores nas diversas instâncias do poder estatal, além de fazer parte do jogo de interesses políticos que então se auto definiam como conservadores e liberais. (PINHEIRO, 2002. p.37)

O número de alunos da escola onde lecionava a professora Adalgiza Pereira era como nas demais escolas isoladas, que matriculavam sempre uma média de 40 a 45 alunos por sala, entre 07 e 16 anos, como foi possível perceber na análise realizada no modelo da ficha de matrícula da escola Isolada do Sítio Mocó, que se encontra como anexo desse trabalho. Nessas escolas, com turmas multisseriadas, desenvolvia-se o processo educacional de uma forma muito tradicional, através da escrita por cópias ou ditados de textos, como foi possível detectar em registros da escola anteriormente citada, com leitura muito freqüente de fábulas, cuja finalidade era a transmissão de algum ensinamento moral.

A memorização como instrumento pedagógico estava muito ligada à oralidade da religião: imitavam-se as cantilenas das ladainhas para decorar as lições que eram repetidas em voz alta para o professor, sob pena de sofrer castigos, caso errassem. As punições variavam, da palmatória, muito usada nas sabatinas, a ficar de joelhos ou de pé durante muito tempo, olhando para a parede. As famílias avaliavam esses professores pela disciplina que

utilizavam na sala de aula e davam preferência aos mais severos para cuidar da educação de seus filhos.

Consoante com o processo de escolarização que predominava no Brasil por todo o Império e que, em Alagoas, vai permanecer na República por décadas, para ser professor não bastava simplesmente saber ler e escrever, mas, também e, sobretudo, dominar os fundamentos cristãos. Isso já determinava a legislação que definia o ensino público e criava as escolas de primeiras letras, em 1827, sendo o mesmo que encontramos nas reformas do ensino alagoano por toda a República Velha, determinando que os professores ensinassem os princípios da moral cristã e da doutrina da Religião Católica, além de ler e escrever.

O Estado de Alagoas, que nos primeiros anos da República, parecia tomar novos rumos no âmbito educacional, com a criação de alguns poucos Grupos Escolares para substituírem as Escolas isoladas que funcionavam na casa do professor, ao considerar a legislação criada pelas reformas educacionais já referidas, voltou as atenções governamentais apenas para o ensino secundário, permanecendo a educação elementar no descaso, por parte dos governantes, ainda por bastante tempo. No caso de Arapiraca, porém, o atraso com relação ao ensino vai ser muito mais significativo nas primeiras décadas do Século XX, se comparado ao processo educacional da capital e de outros municípios alagoanos, como Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Porto Calvo e outros.

A precariedade no processo do ensino nessa localidade tornava-se evidente até mesmo pela falta de acesso a cursos preparatórios para o Magistério. Alagoas contava apenas com um Curso Normal, que funcionava desde 1869 na capital alagoana, anexo ao Liceu Alagoano, com duração de dois anos e mais um ano de prática, ampliando seu funcionamento para quatro anos somente a partir de 1912, quando foi criada a Escola Normal. Esta, praticamente, não atendia às demandas do interior do Estado, pois quem era da capital não tinha a intenção de se deslocar para o interior e aqueles poucos interioranos que tinham condições de cursar o Normal optavam em permanecer na capital. Ir para o interior era em geral um castigo por falta de fidelidade política. Portanto, predominava em Arapiraca o ensino

desenvolvido por professores sem qualificação para o magistério – os tão nossos conhecidos “*professores leigos*”, cuja denominação somente não é integralmente ajustada porque sua “*formação inicial*” passava pelas mãos dos párocos.

Por isso mesmo, na ação pedagógica ali desenvolvida pontificava a ética paternalista cristã católica. Afinal, segundo é dado perceber pelos registros e relatos em Arapiraca e aqui já assinalados, nos primórdios da sociedade arapiraquense, a Igreja interferia na preparação do professor e na orientação do ensino, vigorando o que afirma Weber (2005) quando se refere ao controle da Igreja na vida cotidiana, dizendo que ela atuava

em favor de uma regulamentação da conduta como um todo que, penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente opressiva e severamente imposta.(p. 38)

Numa revisão constitucional de 1926 podemos perceber que a idéia de construir a nação deveria ser orientada por uma educação única capaz de promover certa harmonia entre os diversos povos e raças que compunham a sociedade brasileira, inclusive os imigrantes. A essa altura, no entanto, a Igreja Católica procurava encontrar seu espaço no advento do novo regime que vai se instaurar com a Revolução de 1930. Francisco Campos, então Ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas, procura estabelecer uma ponte entre a Igreja Católica e o governo. Em pouco tempo, um decreto facultava o ensino religioso nas escolas públicas, abolido pela Constituição de 1891. A mobilização da Igreja Católica foi acompanhada de uma intensificação das discussões doutrinárias que buscavam situar a mensagem da fé católica nos burburinhos criados pelo avanço da argumentação a favor da ciência como critério único para a ação social.

Sentindo-se ameaçada, a Igreja faz uma crítica à própria natureza da fé católica então vigente no país; apresentou a proposta de uma sociologia cristã responsável pela busca de uma racionalidade para a fé. Essa sociologia iria contribuir para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem sua tarefa de “*reespiritualizar*” a cultura. Para os representantes do catolicismo no Brasil, o decreto que facultava o ensino religioso nas escolas públicas significava o compromisso assumido pelo Governo Vargas, e seu

ministro Francisco Campos, perante a consciência católica. Mas a Igreja pretendia muito mais, ou seja, queria que o Estado se voltasse contra o ensino neutro e se manifestasse a favor do ensino católico.

Se alguém imagina que na década de 1930 se registraram mudanças no âmbito educacional em Arapiraca, já que então havia se dado no país um movimento que, no campo das normas referentes à educação escolar, vai ser um divisor de águas, é possível se afirmar que para os viventes de Arapiraca tudo vai seguir de forma idêntica, já que a situação política em nada mudou nas Alagoas: a revolução de 1930 dividiu as opiniões, mas não apresentou nenhum ideal revolucionário, tendo apenas reorganizado os grupos tradicionais que se perpetuavam no poder. Tal qual aconteceu em Maceió, cidade na qual, *“a população (...) adere em massa à nova situação, enfeitando-se de laços vermelhos e dando vivas aos novos donos do poder”* (VERÇOSA, 1997, p. 155), quando da derrubada do grupo oligárquico que ocupava o executivo estadual, em Arapiraca, Experidião Rodrigues logo declarou-se, juntamente com outros arapiraquenses, adepto do lenço vermelho, chegando por isso a substituir o então prefeito de Arapiraca, João Ribeiro Lima. No entanto, dado o tempo para as recomposições, os ideais liberais logo foram descartados e seguiram-se as políticas e práticas tradicionais dos coronéis em todo o estado de Alagoas.

Enquanto isso, a aproximação entre Igreja Católica e Estado, no plano Federal, foi selada pela Carta Magna de 1934, ano que para o catolicismo representou uma vitória doutrinária, como demonstra RIBEIRO (2000) ao se referir à Constituição de 1934: “A reivindicação católica quanto ao ensino religioso é atendida, assim como outras ligadas aos representantes das idéias novas”. Foi essa Constituição a primeira tentativa, na história constitucional brasileira, de se estabelecerem as bases concretas para a criação de um projeto educacional de longo prazo que contemplasse todo o território nacional. Estados e Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino tendo em vista as diretrizes estabelecidas pela União, podendo organizar os Conselhos Estaduais com funções semelhantes às do Conselho Federal.

A Igreja era um dos setores organizados da sociedade, a pretender se utilizar da educação como meio para atingir fins amplos, mas não era o único. As Forças Armadas também viam na educação um caminho indispensável para um projeto nacional de longo alcance. Entre as duas instituições, Igreja e Forças Armadas, havia um projeto de mobilização nacional que dependia da unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares. O processo educacional precisava da religião como instrumento a ser usado na função de recuperação de valores “perdidos” ligados à religião, à pátria e à família e, assim, a moral religiosa ocuparia o lugar de destaque como elemento importante na disciplina social.

Em Arapiraca, em 1936, o Prefeito Guilherme de Araújo, apropriando-se do modelo vigente no Rio Grande do Sul, convocou voluntários que desejassem prestar serviço à administração pública, assumindo o cargo de Conselheiros ou, como se chamariam hoje, vereadores. Através destes, foi elaborado e aprovado o primeiro Regimento da Câmara Municipal de Arapiraca. Num período em que ainda eram restritos os cargos que à mulher era permitido ocupar, ocorreu a convocação de Maria de Lima de Oliveira como suplente de Conselheiros e, mais tarde, em 14 de setembro de 1936, sua posse como titular, substituindo o Sr. Amâncio dos Santos, que renunciava ao cargo naquela data, logo ocupando um cargo na comissão de poderes, enquanto em 14 de novembro do mesmo ano, Estela Lúcio Cavalcante é nomeada para o cargo de amanuense da Câmara, representando esse conjunto de fatos políticos uma revolução para os padrões arapiraquenses.

A questão relacionada ao ensino religioso voltou a ser ponto polêmico nas discussões da constituinte de 1946, chegando a extrapolar o âmbito educacional e inserindo-se na relação Estado/Igreja Católica. Os debates se acentuaram e quando o texto foi aprovado, deixou claro que a religião seria facultada e ministrada conforme a confissão religiosa de cada aluno. Em Arapiraca não se registrava ainda a existência de nenhuma escola religiosa, no entanto o laicato católico assumia a responsabilidade de introduzir os fundamentos da doutrina cristã na cultura escolar.

Entre as décadas de 1940 e 1950, são percebidas algumas transformações, ainda que débeis, no âmbito educacional em Arapiraca, como consequência da alternância do poder, com a alteração das facções políticas, no âmbito local. O aumento populacional e o rápido enriquecimento dos novos moradores proporcionaram participação direta e diversa nas decisões políticas da região. O próprio desenrolar do desenvolvimento econômico, as novas concepções éticas e morais e a própria influência religiosa parecem ter conseguido mudanças na política dessa região. O poder político em Arapiraca, porém, ainda que menos concentrado, continuaria dominado por facções, formadas por quatro famílias: de um lado, os Pereira e Marques, do PSD (Partido Social Democrático) e do outro, os Lúcio e Barbosa, da UDN (União Democrática Nacional).

Com relação à instrução da sociedade arapiraquense, comparada à população da capital e de cidades que hoje ocupam lugar de importância no cenário econômico, social e político de Alagoas muito próximo de Arapiraca, vale observar a tabela abaixo, elaborada a partir de dados fornecidos pelo censo de 1940, considerando-se estar o município com uma década e meia de emancipação política e décadas de constante crescimento, desde o seu estabelecimento oficial como povoado:

TABELA 01 – ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ALGUNS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS, INCLUINDO-SE ARAPIRACA, EM 1940

MUNICÍPIO	HABITANTES	POSSUEM CURSOS COMPLETOS					
		HOMENS			MULHERES		
		SUPERIOR	MÉDIO	ELEMENTAR	SUPERIOR	MÉDIO	ELEMENTAR
ARAPIRACA	25.514	6	6	18	0	13	7
MACEIÓ	90.253	415	701	2.728	24	730	3.527
PENEDO	19.496	38	103	204	5	46	376
P. DOS ÍNDIOS	51.912	12	9	38	1	25	51

FONTE: CENSO IBGE - 1940

O quadro acima mostra uma situação lastimável ocupada por Arapiraca, até na educação elementar, significativamente inferior a Penedo e proporcionalmente superior apenas a Palmeira dos Índios, a se considerar o contingente total da população, mesmo assim com desvantagem no tocante ao grupo feminino.

Com a ampliação das divergências políticas no município, considerando-se o quadro geral do estado e a necessidade da criação de

novas escolas que atendessem aos filhos dos novos ricos que começavam a ficar numerosos em fins dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, a fim de que eles não tivessem que deixar a cidade para continuar seus estudos, é que vão surgir possibilidades da criação de escolas agora seriadas, a exemplo do Grupo Escolar Estadual Adriano Jorge, o primeiro dessa natureza no município depois de quase duas décadas de sua emancipação, juntamente com o Instituto São Luís, de caráter particular, seguidos do Educandário Nossa Senhora do Bom Conselho, criado pela CENEG e o Educandário São Francisco de Assis, mantido por uma congregação religiosa feminina, sobre os quais vale dedicar um espaço à parte, tal foi a importância dessas instituições para o novo panorama escolar que iria se delinear até os anos de 1950 na capital do fumo.

CAPÍTULO III

PRÁTICAS E SABERES:

O ENSINO DESENVOLVIDO PELAS PRINCIPAIS ESCOLAS DE ARAPIRACA, ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950.

Com o progresso econômico que se desencadeou no município de Arapiraca por conta da ampliação da cultura fumageira, tornou-se notório o envolvimento da sociedade no sentido de se inserir numa maior dinâmica educativa escolar, capaz de exigir a ampliação do processo de letramento. Diversos plantadores de fumo vinham acumulando riquezas, a exemplo dos meeiros que se tornaram proprietários e precisavam de uma retaguarda para desenvolver suas atividades. Dessa forma, a cultura fumageira, que por muito tempo impediu o avanço no campo educacional, passou, então, a ser elemento estimulador do processo de escolarização.

Evidentemente que o processo de modernização da sociedade brasileira nos espaços urbanos iria contribuir com o surgimento do primeiro Grupo Escolar, em Arapiraca, no governo estadual de Osman Loureiro (1934-1940), sob a administração municipal de Domingos Mota Acioli (1937-1940), marcando uma possibilidade de evolução na estrutura educacional naquele município. O primeiro prédio especificamente edificado para abrigar uma escola na cidade de Arapiraca, o Grupo Escolar Adriano Jorge parecia ser um estabelecimento de ensino montado para favorecer ao povo arapiraquense, mas, como demonstra Guedes (1999, p.135), logo se transformaria numa “*escola da elite*”. E não seria para menos, se considerarmos as condições em que, até então, funcionava ali o ensino público ou privado e como se encontravam, ainda, as classes populares, em meio à cultura fumageira que somente crescia mais e mais.

Inaugurado em 1940, o primeiro Grupo Escolar causou grande repercussão, tanto pela arquitetura moderna, como pelo caráter do ensino logo desenvolvido por professores, pela primeira vez, submetidos a concurso público – afinal algo bom do movimento de 1930 -, juntamente com a verba

federal que deu possibilidade à sua construção. Isso dava ao novo estabelecimento, frente às famílias arapiraquenses, maior credibilidade e, conseqüentemente, uma demanda difícil de ser integralmente atendida, gerando uma competição em que levavam vantagem os poderosos, os abastados ou aos que a eles eram mais chegados.

A moderna organização do novo estabelecimento de ensino entusiasmou a população de Arapiraca, principalmente a estrutura do prédio construído sob a preocupação da administração estadual que tinha “no urbano o espaço privilegiado para a edificação, em especial, nas capitais e cidades economicamente prósperas”. (BENCOSTA, 2005, p. 70). Esse novo tipo de instituição escolar surgiu primeiramente no estado de São Paulo, em 1894, criado pelo decreto nº. 248, de 26 de julho, no transcorrer da segunda metade da Reforma da Instrução Paulista. Essa experiência foi aos poucos adotada pelas diversas unidades federativas, de forma desigual, de modo a atender às condições econômicas e políticas e às necessidades sócio-culturais de cada uma.

Com a chegada do primeiro Grupo Escolar em Arapiraca, foram introduzidas outras novidades: carteiras escolares que substituíam os bancos sem encosto, material escolar vinculado ao método intuitivo, o uso de mapas e globos. O novo prédio contava com 07 salas de aula, 02 sanitários e um alpendre, tendo sua localização numa rua central da cidade, pois:

em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime”.(BENCOSTA, 2005, p.70).

Com poucas salas de aula, construído dentro dos padrões modernos da época, evidentemente que o Grupo Escolar Adriano Jorge não atendeu ao grande número de pessoas que necessitavam do ensino elementar, a se considerarem os indicadores do IBGE apresentados na Tabela 01 frente à população total do município. Segundo informações do censo de 1940, como vimos, havia em Arapiraca, naquele ano, aproximadamente 18.702 pessoas que não sabiam ler nem escrever e apenas 804 estavam recebendo instrução. A população de 10 a 19 anos era de 6.298, o que significa dizer

que a maior parte dos jovens e crianças estava fora do alcance do processo de escolarização. Ainda consoante com o IBGE, no censo de 1940, a cultura fumageira em Arapiraca mantinha ocupadas 11.750 pessoas, sendo 9.734 com mais de 15 anos, ou seja, mais de três mil pessoas estavam na idade de cursar o ensino elementar, mas não ocupavam os bancos escolares.

Nos primeiros anos de sua fundação, o primeiro Grupo de Arapiraca era denominado apenas de Grupo Escolar de Arapiraca, só mais tarde tendo sido a nova escola dedicada a Adriano Jorge, grande professor do Liceu Alagoano, filho de um grande educador e famoso jornalista e literato, presidente do Instituto Histórico de Alagoas, Adriano Augusto de Araújo Jorge.

A criação de um Grupo Escolar com seu corpo docente constituído, na maioria, de professoras qualificadas para o magistério, despertou nos moradores daquela cidade um interesse maior pelo acesso ao ensino. A escola começou a funcionar apenas com a primeira, segunda e terceira séries, tendo, como professoras, algumas oriundas da capital alagoana e outras de Arapiraca e municípios vizinhos, a saber: as irmãs Amália e Maria Fragoso, Arlinda Moreira, Felisdona, Eunice Cox, Leopoldina Lima, Maria Celeste, Francisca Petrina de Macedo, Enói, Flora de Oliveira e outras.

As irmãs Amália e Maria Fragoso ficaram responsáveis pela seleção dos alunos que eram oriundos das escolas isoladas para ingressarem nas séries convenientes. Entre os primeiros alunos matriculados no Adriano Jorge, Guedes (1999) destaca: Maroquinha Leite, Neuza Magalhães, Rozita Petuba, Nair Gama, Miriam Leite, Adagilza Pereira, Lurdes Brito, Sebastiana Morais, Yolanda Pereira, Edleuza de Castro, Margarida Moço, Wilson Tabajara, Aderbal de Castro, Odete Nobre, Creusa e Maria Muritiba e outros (ver foto em anexo).

Uma das primeiras preocupações foi sobre quem iria assumir a direção do referido Grupo Escolar. D. Amália Fragoso, que respondia pela direção da Escola, não podia permanecer, porque sua irmã, Maria Fragoso, lecionava na mesma escola e a legislação da época proibia. O então Diretor da Educação Pública do Estado – setor correspondente hoje à Secretaria

Estadual de Educação -, Padre Medeiros Neto, indicou o professor da rede pública, Pedro de França Reis, para assumir a função de Diretor do novo estabelecimento de ensino em Arapiraca, que representava posto de grande importância, já que era

cargo que até então não existia na esfera pública escolar primária frente à nova realidade educacional em construção. Além de suas funções administrativas com vistas a ordenar o cotidiano dos professores e alunos, ele deveria ser o responsável por retransmitir e atualizar junto ao corpo docente aqueles conteúdos discutidos nas escolas normais e entendidos como inovadores. (BENCOSTTA, 2005, p.72)

Apesar das mudanças introduzidas com a implantação do Grupo Escolar, a prática pedagógica inicial era de cunho tradicional, centrada nos fundamentos da Religião Católica e voltada para a ética moral cristã: a oração marcava o início das aulas; na volta do intervalo, novamente uma oração para retomar as atividades escolares. No final das aulas, geralmente os alunos entoavam o Hino Nacional, para saber cantá-lo nos dias de comemorações cívicas.

Era comum, nos feriados, a escola fazer uma “preleção”, ou seja, lembrar aquela data com discursos, com o objetivo de despertar nos estudantes o amor à pátria e o dever para com ela. Nesse momento, uma professora era designada para fazer a preleção. Sobre o tema, assim relata o professor Zezito Guedes, em entrevista cedida para elaboração desse trabalho:

no dia da árvore todos os alunos estavam no pátio da escola para comemoração à data. A professora X foi designada para fazer a preleção, ou seja, falar sobre o dia da árvore. Ela conseguiu fazer o seu discurso, mas olhava para suas colegas que riam entre si. Ao terminar a comemoração todos foram para casa e poucas horas depois corria a notícia que a referida professora suicidara-se.

Outra forma de manifestar os sentimentos patrióticos eram os desfiles: estudantes marchando e cantando ao mesmo tempo, todos empolgados com suas fardas de gala. As autoridades ficavam nos palanques, previamente montados, aplaudindo os estudantes que muitas vezes exibiam apresentações de ginástica (ver foto em anexo). Os desfiles mais pomposos eram realizados no dia da emancipação política de Arapiraca, 30 de outubro,

para prestar as homenagens ao dia do desmembramento da cidade do município de Limoeiro de Anadia.

Percebemos, dessa forma, que a ação pedagógica das professoras do Grupo Escolar de Arapiraca – depois Adriano Jorge - não se restringia apenas à sala de aula, mas era permeada por outras atividades, a exemplo dos freqüentes piqueniques, quando as professoras acompanhavam os alunos para um sítio mais distante, cada um levando seu almoço e procurando divertir-se numa verdadeira interação entre alunos e professores. Outro momento que proporcionava a interação entre alunos, escola e família eram as festas de “formatura” das turmas que concluíam a quarta série: eram noites festivas com bailes e muita animação.

Além das festividades promovidas pela escola, os alunos eram convidados a participar das solenidades de inaugurações, como a Estação Ferroviária, em que as crianças compareciam fardadas e acompanhadas dos docentes da escola. Afinal, aquela era a primeira e única instituição de Arapiraca à qual, àquela altura, se podia dar o nome de escola na acepção estrita do termo.

A ação pedagógica desenvolvida pelos professores do Grupo Escolar Adriano Jorge foi muitas vezes abalada pela rixa política que, como erva daninha, costuma se insinuar nas instituições de Alagoas e, conseqüentemente, em Arapiraca, punindo os funcionários que não eram adeptos da facção política dominante, na tradicional interpenetração – verdadeira indistinção – entre as esferas públicas e privadas, dando largas àquilo que Da Matta chama de “*dilema brasileiro*” e que, em Alagoas, parece se manter sempre muito vivo, em meio a modernizações que não conseguem embeber toda a vida alagoana. Assim, alguns professores dessa escola foram perseguidos, a exemplo do próprio diretor, professor Pedro Reis, que teve o seu processo de nomeação recusado pelo então governador do Estado, Ismar de Góes Monteiro. Conforme informações contidas na entrevista cedida por M.B.O., o professor Pedro Reis sofreu muitas perseguições, percorrendo várias cidades do interior como professor público, por conta de sua tenacidade em afirmar sua autonomia política frente à facção oligárquica de plantão nos postos de poder. Com essa política, eram

constantes as mudanças na diretoria do Grupo Escolar Adriano Jorge: todas as vezes que mudava a administração política do estado, novo professor era indicado para assumir a direção do referido Grupo Escolar¹⁶ e, assim, os projetos dos diretores nunca eram concluídos, porque cada um que entrava pretendia começar tudo de novo.

O professor Pedro Reis, que foi impedido de assumir a direção do Adriano Jorge, por retaliação política, mas, que continuou sendo professor daquela instituição de ensino e que já tinha o hábito de ensinar particular nas cidades por onde passava, então decidiu criar uma escola em Arapiraca, nascendo, assim, o Instituto São Luís, que merece destaque, por ser apontado pela história oficial como a primeira escola particular do município, muito embora apareçam indícios de alguns professores que desenvolveram esse tipo de ensino, como o professor Edson Matos e D^a.Tereza de Jesus, já citados nesse trabalho. Essa primazia dada ao Instituto São Luís, porém, talvez deva ser atribuída ao fato de ser ele, provavelmente, a primeira escola particular seriada a surgir em Arapiraca, encaixando-se, assim, no que o senso comum convencionou chamar de “escola de verdade”.

Relatos de pessoas que conviveram com o fundador do Instituto São Luís, colhidos em entrevistas, principalmente cedidas por M.O.B., dão-nos conta de que o professor Pedro Reis, como servidor público, percorreu vários municípios alagoanos como professor, por transferência *ex-offício*, a exemplo de Maceió, Penedo, Santana do Ipanema, Porto Real de Colégio, Traipu, Delmiro Gouveia e, finalmente, Arapiraca, onde permaneceu até a morte, tendo sido sempre transferido por conta de perseguição decorrente das alternâncias das facções oligárquicas no poder estadual ou municipal com as quais não concordava politicamente.

Em 1943, precisamente no dia 1º de março, o Professor Pedro Reis funda o Colégio São Luís, assim denominado, para homenagear seu pai, Luís de França Reis, conhecido como mestre Luís, ou, simplesmente, evocando o

¹⁶ Somente na década de 1960, no governo estadual do Major Luís Cavalcante, foi nomeada a professora Lizete França que, por ser de Penedo, não tinha relação direta com nenhuma das facções políticas de Arapiraca. Isso contribuiu com o melhor desempenho nas atividades escolares desenvolvidas pelo corpo docente do Grupo Escolar Adriano Jorge.

protetor dos professores, São Luís. Sem prédio próprio, a escola instalou-se num salão localizado na Praça Marques da Silva, depois se mudou para a própria residência do professor Pedro Reis, na Rua Estudante José de Oliveira Leite, e somente após dez anos de fundado, ocupou sua sede própria, construída na mesma rua. Em 1945, com o compromisso de registrar a escola no Departamento de Educação do Estado de Alagoas ficou decidido que o estabelecimento de ensino seria registrado como Instituto, o que significa estabelecimento de pesquisa científica ou de ensino. O Decreto Estadual de nº 2.225, de 30 de dezembro de 1936, autorizaria o funcionamento da escola. No entanto, o Professor Pedro Reis não poderia assumir a direção porque, sendo funcionário público, estava proibido de acumular, ainda que uma função de natureza privada, segundo a legislação em vigor. Manoel de Oliveira Barbosa, por ter sido aluno exemplar de Pedro Reis no Adriano Jorge é quem, convidado para desenvolver o ensino no Instituto, no momento do registro foi indicado para assumir a direção com menos de dezessete anos. O Diretor de Educação do Estado de Alagoas era ainda o padre Luiz Medeiros Neto que cedeu um certificado que garantia o registro do professor Manoel como diretor do Instituto, cujo teor segue transcrito:

CERTIFICADO Nº 157

Certifico que Manoel de Oliveira Barbosa se acha devidamente registrado na Diretoria de Educação, como professor particular da Instrução Primária da cidade de Arapiraca, município do mesmo nome, de acordo com o artigo 78, letras a, b e c do Decreto 2.225, de 03 Dezembro de 1936, às folhas 84 do livro nº I.

Dessa forma, o Instituto passava a ampliar suas atividades, conquistando a confiança da população do município de Arapiraca e vizinhança. A matrícula inicial foi de vinte e seis alunos no vespertino e quinze no noturno, tendo sido esse turno criado para atender aos jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho e não tinham concluída sua escolaridade, por sinal muito restrita em Arapiraca, como se pode ver pelos dados da Tabela 01. Eram pessoas que podiam pagar a mensalidade, tinham interesse em estudar, mas, estavam impedidos de freqüentar as aulas durante o dia. Essa era uma escola de cunho particular, o que significa dizer

que, mais uma vez, a classe trabalhadora ficava de fora do processo de escolarização desenvolvido em Arapiraca.

A prática pedagógica daquela escola, consoante com a educação dominante no país, era de cunho tradicional, no que pesem os movimentos de modernização pedagógica que, desde fins do Século XIX, já despontavam, aqui e ali, por todo o país. No Instituto São Luís o aluno deveria aprender por práticas rigorosas através dos castigos físicos, em que a palmatória era o instrumento mais usado para impor a disciplina e, quando necessário, também a aprendizagem. Para muitos pais, o Instituto fazia milagres com seus critérios. A formação moral e religiosa também era prioridade nessa escola, criada e dirigida por um vocacionado para o ministério religioso. Afinal, Pedro Reis pensara em ser padre, não tendo logrado seu intento porque as condições financeiras o impediram.

A forma como se dava o ensino no Instituto atraía muitos alunos de outros municípios e, por isso, foi criado o regime de internato que funcionou de 1944 até 1965. Os internos, todos do sexo masculino, vindos de cidades vizinhas, moravam na residência do Diretor da escola e freqüentavam as aulas normalmente. Nos finais de semana podiam passar com a família, caso conseguissem boas notas de aproveitamento e comportamento. Do contrário, permaneciam aos sábados e domingos fazendo “banca”, o que significava estudos isolados e obrigatórios. Quando o professor Pedro Reis decidiu acabar com o regime de internato, um dos professores do Instituto resolveu acolher esses alunos em sua residência por mais alguns anos, até 1965, quando já era pequeno o número de internos. Os meios de transportes tinham evoluído e as rodovias passaram a ligar as cidades da região a Arapiraca, tornando fácil o seu acesso diário, o que, inclusive, tornaria a cidade um pólo regional de atração graças ao seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, aqueles que residiam em cidades próximas podiam se deslocar todos os dias para chegar no horário certo ao Instituto.

Com o curso pré-primário, o primário e mais um curso de Datilografia criado no segundo ano de funcionamento, o Instituto preparava os alunos para se submeterem ao exame de admissão ao Ginásio e muitos alunos,

como podiam pagar para estudar, passaram a discriminar os alunos do Adriano Jorge com versinhos a eles direcionados do tipo:

Grupo Escolar,
Candieiro, Caçuá,
Severina toca o sino
pra mundiça se espalhar.

Ofendidos, os alunos da escola pública respondiam:

Instituto São Luiz,
arranca toco sem raiz.

Esse antagonismo também aparecia nos desfiles, realizados nas festas patrióticas que se constituíam como elementos fundamentais para a construção de uma nação forte e civilizada. Na cidade de Arapiraca, comemorada a sua emancipação no dia 30 de outubro, que tinha como ponto máximo o desfile cívico-estudantil, cada escola procurava se destacar com seus uniformes, apresentando alegorias, de modo que atraísse as atenções do grande número de pessoas que ficavam nas ruas aplaudindo o ponto culminante da festa maior da cidade.

A faixa etária dos estudantes do Instituto variava entre 07 e 18 anos, mas muitos jovens que tinham vontade de ingressar nessa escola eram impedidos, quer pela questão financeira, quer por princípios morais de algumas famílias que defendiam uma educação separada, para meninos e para meninas. O Educandário era misto, mas nos exames de final de ano, havia uma ata para meninos e outra para meninas.

A disciplina era rigorosa, começando pelo uso obrigatório do fardamento: para os meninos, exigia-se calça e camisa cáqui e gravata com detalhe em azul, enquanto para as meninas era obrigatório o uso de blusa branca de mangas compridas e saia grená, de pregas. O som de uma campainha orientava os alunos a entrarem em fila para ocupar seus lugares na sala de aula, sair e voltar nos intervalos e, finalmente, deixar a escola no término do turno. Para tudo havia ordem, inclusive na hora de apropriar-se do seu meio de transporte mais freqüente, que era a bicicleta. O pátio da escola

ficava lotado, já que muitos alunos moravam em sítios distantes e não havia nessa época transportes coletivos.

Na sala de aula, a leitura, a tabuada, o ditado eram usados como práticas prioritárias. O uso de caligrafia era freqüente em todas as séries. Em português, o aluno da terceira série devia conhecer o sujeito das orações e seus predicados, provando isso ao seu professor, para, então, ser aprovado para a série seguinte. A tabuada de multiplicar e dividir era decorada e respondida sem muito tempo para pensar.

Concordando com essa prática, muitos ex-alunos do Instituto consideram de grande importância a formação recebida naquela instituição de ensino, a exemplo de J. P.N, que, numa entrevista concedida a José Maria de Vasconcelos, o qual analisava a trajetória do Instituto São Luís para elaborar um trabalho a ser apresentado ao Curso de Pós Graduação em Ciências Humanas da FUNESA, assim declarou:

passsei a estudar no Instituto São Luís em 1955. Fiz naquele ano o terceiro ano primário. E que primário. Sob a batuta do professor Adalberto Ribeiro Lima, o maior mestre que conheci, aprendi a ler e escrever corretamente, análise lógica, as operações fundamentais, frações ordinárias e decimais, problemas de números inteiros e fracionários. Estava naquela altura preparado para a vida. Em 1957 prestei exame de admissão ao ginásio e com a segurança de um primário bem feito a aprovação foi tranqüila entre os primeiros.

Outra declaração de reconhecimento de excelência do ensino desenvolvido no Instituto foi a de J.E.S. em entrevista dada para elaboração desse trabalho:

No Instituto São Luís eu aprendi tudo que foi necessário para fazer um bom ginásio, pedagógico e até mesmo a faculdade. Lá eu aprendi a escrever corretamente, melhorei minha letra com o uso da caligrafia e na matemática não tenho inveja de nenhum matemático para desenvolver cálculos. Devo tudo isso ao Instituto.

O curso de datilografia que o Instituto ofereceu durante alguns anos conferiu diploma a muitos jovens arapiraquenses que conseguiram êxito nos concursos para bancários em que se exigia a datilografia como matéria eliminatória. A prática pedagógica do Instituto São Luís não era, porém, apenas repressora, era também compensadora: o aluno que se destacava com boas notas ia para um quadro de honra, exibido no encerramento das

aulas com entrega de certificados com a presença dos pais e das autoridades locais. Dessa forma, essa escola que prevaleceu em Arapiraca durante quase meio século e muito contribuiu para a formação de incontáveis jovens daquela cidade e de outros municípios, em 1991, como muitas outras escolas particulares no Brasil inteiro, entrou em dificuldades e o então Diretor, Professor Manoel de Oliveira Barbosa, resolveu encerrar as suas atividades escolares e passar para um Grupo de professoras da cidade a responsabilidade de manter o instituto.

As duas escolas criadas na década de 40, uma estadual e a outra particular, ofereciam apenas o ensino de primeira à quarta série, de modo que, em Arapiraca, só vai haver o curso ginasial na década de 1950. Foi na administração do Dr. Coaracy da Mata Fonseca (1951-1955) como prefeito, que foi fundado o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Essa escola da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CENEG) foi criada com o apoio do Cônego Teófanês Augusto de Barros que, na época, dirigia o Colégio Guido de Fontgalland, na capital alagoana.

As escolas da CENEG, depois CENEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), como o próprio nome indicava, eram de cunho comunitário e gratuito, formada por uma sociedade sem fins lucrativos, visando à educação e assistência aos estudantes menos favorecidos. A expansão de escolas secundárias ocorridas, sobretudo, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, a partir de 1920, somente tornou-se realidade em Alagoas, entre os anos de 1940 e 1950, dado o forte impulso da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, fundada em 1943. Em vez de política pública de governo, foi resultado de esforço comunitário que está a demandar estudos, em vista das características da sociedade alagoana, pouco afeita a empreendimentos dessa natureza.

Em Arapiraca, instalou-se a Escola da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, precisamente em 1951, destinada a atender os filhos de trabalhadores, por se caracterizar pelo princípio da gratuidade. No entanto, sem condições de funcionamento, logo passou a cobrar taxas e mensalidades, o que levou a escola a receber alunos pagantes e não pagantes, ficando bem claro a que tipo de aluno podia atender, tornando-se,

assim, uma instituição voltada para um grupo restrito. Como as demais escolas já existentes em Arapiraca, nasceria mista e assim permaneceria.

A escola da Campanha instalada em Arapiraca, devido à ausência de prédio próprio, passou a funcionar, por decisão do então governador do Estado, Arnon de Melo (1951-1955), no prédio do Grupo Escolar Adriano Jorge e, em seguida, no prédio da Câmara Municipal. Na implantação dessa escola destacou-se a figura do padre Eptácio Rodrigues que, segundo as palavras de GUEDES (1999), além de tomar parte da sua fundação, tornou-se professor do colégio, influenciando na formação religiosa dos estudantes daquela instituição escolar cujo nome, tal qual a escola do Prof. Pedro Reis, embora laica, trazia como denominação o nome de um santo católico, na verdade da própria mãe de Cristo, fundador do credo em questão.

Após quatro anos de funcionamento, o Prefeito da cidade, que fora um dos fundadores da escola da Campanha e seu primeiro diretor, doou um terreno da Prefeitura e toda a estrutura inicial para a construção do prédio próprio, ficando bem clara, mais uma vez, a ausência de distinção entre o público e o privado na história da Educação alagoana, já que a escola abriu mão de seu caráter comunitário e gratuito desde seus começos, começara a funcionar em dois prédios públicos, e findara tendo seu próprio prédio às custas do erário.

Funcionando em prédio próprio, a escola, que iniciara com quatro salas, teve suas atividades ampliadas. Analisando a participação da sociedade arapiraquense nessa Instituição de ensino, percebemos a pouca presença da escola na sua relação com os trabalhadores da região e seus filhos. Pela ausência de registro, não pude verificar a matrícula inicial, mas constatei que, em 1954, ano de conclusão da primeira turma, apenas 07 alunos concluíram o curso ginasial. Isso nos leva a deduzir que, como o ensino, que inicialmente seria gratuito, com a pretensão de atender a uma camada menos favorecida, a partir do momento que passou a cobrar, começou a privilegiar um grupo bem restrito e num sentido bem determinado. É que, sendo a gratuidade ainda possível, a condição de aluno não pagante ou com pagamento reduzido passou a ser um privilégio, uma dádiva cujo preço seria a lealdade e a reciprocidade expressas, sobretudo, nos períodos

eleitorais. Funcionava, assim, o velho filtro que, em Alagoas, segundo VERÇOSA (1997) tende a redefinir, sob uma mesma lógica privatista, tudo o que tem caráter publicizante e comunitário.

A partir de 1955, essa escola introduziu os cursos técnico comercial, científico e normal, atendendo aos alunos com padrões econômicos diferenciados da maioria da população de Arapiraca. Poucos tinham condições de concluir esses cursos e ingressar em cursos superiores já existentes na capital alagoana. Percebemos que o grupo que se destacava política e economicamente não priorizava o ensino público para as camadas menos favorecidas. Nesse período, como diz Verçosa (1997, p. 179), “o crescimento urbano tinha se acelerado bem mais, alterando significativamente o perfil da distribuição da população de Alagoas”. Arapiraca se apresentava, assim, na década de 50, como uma das cidades mais importantes do Estado, e muitas famílias beneficiadas pela cultura fumageira mudavam-se para a cidade a fim de proporcionar aos seus filhos, oportunidades de se instruir. As escolas até então existentes em Arapiraca eram mistas, o que não era visto com bons olhos por muitas famílias de mentalidade ainda muito tradicional que desejavam uma escola secundária exclusivamente feminina.

Com a interferência de Irmã Luzinete Ribeiro de Magalhães e com a ajuda do padre Epitácio Rodrigues, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, oriundas de Portugal e com um estabelecimento escolar já em Alagoas, na cidade de Penedo, fundariam então, em Arapiraca, o Educandário São Francisco de Assis (hoje colégio S. Francisco de Assis), voltado para a formação moral e cristã católica das jovens arapiraquenses. Conseguia-se, assim, uma escola exclusiva para as meninas, atendendo aos anseios de um restrito segmento daquela sociedade. Àquela altura já era bem mais amplo o número de pessoas em condições de investir na educação de suas filhas e, para elas, a escola mista não atendia os anseios de quem priorizava uma formação católica que preparasse as moças para a prática das virtudes cristãs recomendáveis a uma moça “de família”, como se costumava dizer. A obediência, os bons modos e a preparação para boas e prendas donas de casa exigiam a iniciativa que acabava de se completar.

O novo Colégio passou a funcionar no prédio do Grupo Escolar Estadual Aurino Maciel, criado para atender à demanda que não era suprida pelo Adriano Jorge, segundo ato de cessão do então governador do Estado de Alagoas. Mais uma vez, o público cede espaço ao privado. Constatamos que, além do atraso na construção de prédios para o funcionamento de escolas em Arapiraca, quando estes eram construídos, eram cedidos para as escolas particulares, prejudicando as atividades destinadas aos filhos de trabalhadores. A criação de uma escola para meninas e moças em Arapiraca coincide com a expansão econômica daquele município, graças ao crescimento significativo da cultura fumageira.

Muitas famílias arapiraquenses, como em todo o Brasil, não se conformavam, ainda pelos idos anos de 1950 e 1960, com a educação mista, pois, apesar das mudanças advindas com a maior urbanização do país e a abertura deste para o mundo, sobretudo graças aos meios de comunicação, às mulheres eram ainda estabelecidos os lugares que deviam freqüentar, as tarefas que podiam assumir e comportamentos a que deviam adequar-se. As meninas da cidade tinham uma forma de viver, diferente daquelas que moravam na zona rural; enquanto as primeiras já usavam a bicicleta como meio de transporte, e freqüentavam o cinema, pois nessa época já se inaugurara o Cine Trianon, que exibia filmes todas as noites e nos finais de semana oferecia matinê para a criançada e toda a juventude, as meninas da zona rural eram impedidas desses lazeres, só assistindo aos filmes religiosos como *Marcelino Pão e Vinho*, a história de *Santa Maria Gorete* ou a *Paixão de Cristo*, mesmo assim acompanhadas dos pais. Foi nessa realidade, marcada pelo patriarcalismo, pelas forças coercitivas e conservadoras preocupadas em manter o *status quo* de uma camada social e sua primazia, que os grupos dominantes locais buscaram instalar em Arapiraca o Educandário São Francisco de Assis. Este chegou com o compromisso de ofertar um ensino exclusivo para meninas das camadas mais favorecidas, já que era uma instituição que desenvolveria o ensino pago. A razão central da criação dessa instituição foi demarcar, pela cultura letrada e por outras habilidades próprias dos grupos social e economicamente privilegiados, o seu

lugar social e cultural em relação aos grupos constituídos de trabalhadores manuais, que eram a maioria daquela sociedade.

A cultura humanística cristã e de salão desenvolvida pelas irmãs franciscanas naquele Educandário, tornava-se, assim, um patrimônio dos mais ricos, sendo um traço distintivo de civilidade acessível a uma minoria. A filosofia pedagógica proclamada pelo Educandário que se estabeleceu em Arapiraca, fundava-se no princípio anunciado da educação

como um processo dinâmico e permanente capaz de conduzir o aluno a uma realização humana e a identificar-se como Homem Novo, na sua tríplice relação, com Deus, com o outro e com o mundo. (PINHEIRO, 1997, p.10)

Isso queria significar uma educação centrada na fraternidade e na justiça – entenda-se caritativa e misericordiosa -, como missão cristã transformadora da sociedade, capaz de testemunhar o espírito franciscano, caracterizado pela hospitalidade, pelo serviço, pelo espírito de família, pela simplicidade, pela alegria e pela contemplação. Essa era a ideologia pedagógica proclamada e praticada pelas irmãs portuguesas que se estabeleceram no Brasil com a finalidade de educar e que se destacaram em Alagoas, primeiro na cidade de Penedo, ainda nos idos dos anos de 1910, e agora, finalmente, em Arapiraca. Seus ideais proclamados estavam vinculados aos de São Francisco de Assis e elas estavam comprometidas, nas suas vidas pessoais, além da pobreza, com a obediência e a castidade na forma de votos.

As ordens religiosas femininas chegaram ao Brasil atuando primeiro com a abertura de instituições que atendiam às moças interessadas em ingressar na vida religiosa. Só bem mais tarde vão se expandindo através de casas de ensino. A Congregação a que pertenciam as irmãs que se instalaram em Arapiraca, a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, (CONFHIC) foi fundada em Portugal pela Madre Maria Clara, com o lema: *“onde houver o bem a fazer, que se faça.”* Expandindo-se por diversos países europeus, estendendo-se pela Ásia, África, América do Norte e América do Sul, desenvolveu e ainda desenvolve um trabalho de cunho social em asilos, casas de retiro, hospitais, paróquias, colégios e creches, pelo mundo afora. Segundo informações de

Pinheiro (1997), a chegada desse instituto religioso no Brasil data de 1911, com a instalação da sua sede em Salvador, seguindo mais tarde para o Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, Distrito Federal e também Alagoas.

No início, as candidatas a essa congregação religiosa aqui no Brasil procuravam o Convento Sagrada Família em Salvador e, depois de um tempo de adaptação, faziam os votos evangélicos, passando a se vestir de uma túnica branca, um cordão na cintura e uma touca na cabeça, renunciando assim a qualquer tipo de luxo - era a prática do voto de pobreza; trocavam de nome como prova de que estavam abolindo todo e qualquer apego mundano e material e, a partir daí, aguardavam os desígnios da Superiora sem questionar - era o princípio do exercício do voto de obediência. Sendo celibatárias, entregues a Cristo e a sua Igreja, punham em prática o terceiro voto que expressava sua vida consagrada - era o voto de castidade.

Foi dentro dessa mística - sobretudo seguindo o voto de obediência - que as quatro primeiras irmãs franciscanas, Irmã Maria Helena, Irmã Branca, Irmã Débora e Irmã Rita foram designadas a fundar, em Arapiraca, a escola para as meninas. O anseio de famílias da elite arapiraquense e das classes médias fora contemplado, não somente graças à influência do pároco da cidade, Monsenhor Epitácio Rodrigues, mas pelo apoio do então Bispo Diocesano de Penedo, D. Felício de Vasconcelos, a cuja diocese pertencia Arapiraca e onde as irmãs já se encontravam estabelecidas.

Desse modo, no dia 25 de fevereiro de 1956, às 10 horas da manhã, chega em Arapiraca a comunidade educativa religiosa que vinha para cuidar da educação das *“meninas de família”* de Arapiraca. Em outros tempos, diríamos que era para cuidar das *“filhas dos homens bons”* daquela sociedade, mas estamos há mais de 60 anos do Império e essa denominação não cabia mais. O acolhimento das irmãs foi caloroso, com Banda de Música tocando, foguetes espocando, ruas enfeitadas de arcos de palmeiras e muita festa. Esse é o testemunho de muitos moradores que vivenciaram esse momento.

É, pois, na administração do Prefeito João Lúcio da Silva (1956-1961), que a sociedade arapiraquense recebe o Educandário que se destinava à educação feminina, para cultivar no íntimo das meninas e moças, a par da cultura letrada e das prendas do lar, a docilidade e a obediência, características próprias das mulheres em uma sociedade patriarcal. De início, as irmãs franciscanas ocuparam, como já dito, um Grupo Escolar que fora construído pelo Estado para atender, sobretudo, aos filhos de trabalhadores no ensino primário. Percebemos, aí, o público cedendo lugar ao privado – o que não seria a primeira, nem a última vez, em Alagoas, cumprindo-se o que esclarece Martins (1994, p.22), quando diz que *“no Brasil a distinção entre público e privado nunca chegou a se constituir na consciência popular como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão.”* Por isso mesmo, sem maiores traumas políticos, as atividades que deveriam favorecer às camadas menos favorecidas, eram interrompidas para ceder lugar aos privilegiados.

No primeiro ano de funcionamento, o Educandário São Francisco de Assis – como foi chamado o novo instituto - contava apenas com os trabalhos das quatro irmãs fundadoras: uma delas - a Madre Maria Helena - exercia a função administrativa, sendo, segundo depoimentos colhidos de estudantes e famílias contemporâneas, respeitada por todos pela sua sabedoria e pelo jeito de conduzir os desafios provenientes da falta de estrutura para o funcionamento da escola. Uma outra irmã cuidava da educação infantil que teve, logo no primeiro ano de funcionamento, grande preferência; uma terceira freira cuidava dos trabalhos domésticos, restando apenas uma para atender à primeira, segunda e terceira séries. Logo se percebe a necessidade da cooperação da sociedade que se propôs a contribuir com o ensino nesse estabelecimento. Assim, muitas moças já qualificadas para o magistério contribuíram nas atividades escolares no Educandário São Francisco de Assis. As franciscanas de Arapiraca, nos seus primórdios, viviam de doações. Desse modo, um grupo de senhoras das classes mais abastadas ficaram encarregadas de assistir a essa comunidade religiosa de forma que as doações chegassem a tempo.

O Grupo Escolar Aurino Maciel, para que as Irmãs se instalassem, foi dividido em vários compartimentos que se destinavam às diversas funções

educativas e conventuais: salas de aula, secretaria, pátio para recreio, além de ambientes para acomodar as irmãs, a saber: dormitório, refeitório, cozinha e, evidentemente, também capela. A escola começou com cinco turmas, indo da primeira à quarta série, e mais uma turma de educação infantil. Além das filhas das famílias arapiraquenses, logo o Educandário recebia também meninas vindas de cidades vizinhas, provenientes de famílias com posses e que defendiam para suas filhas uma educação moral e religiosa, centrada na formação para a vida de uma boa dona de casa.

No dia primeiro de março do ano de sua implantação iniciam-se as aulas no Educandário que, segundo o estabelecido pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), procurava desenvolver um ensino dentro da pedagogia do amor e do acolhimento, significando uma comunidade educativa em que professores, estudantes e pais seriam todos chamados a uma participação ativa e responsável. Dessa forma, tinha início o processo educacional em Arapiraca, destinado exclusivamente às meninas, quando em lugares mais adiantados já se cogitava e mesmo praticava a co-educação.

Embora esse sistema de ensino surgisse com uma característica de escolarização predominantemente voltada para a elite, por conta das condições em que era implantado, contudo, algumas filhas de trabalhadores – ainda que em minoria - a ele logo começaram a ter acesso: umas, por pertencerem a famílias de religiosas, pelo fato de muitas moças arapiraquenses já terem ingressado na Congregação franciscana por influência do processo de escolarização desenvolvido naquele município desde o início de seu povoamento; outras, pelo exercício do espírito caritativo ditado pela mística franciscana que, no entanto, exigia delas a contrapartida do trabalho doméstico. Era, na prática, um ensino centrado nos princípios da religião católica que potenciava e moldava *“as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas no meio ambiente, especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família.”* (WEBER, 2005, p. 39)

No acolhimento das meninas de famílias menos favorecidas, sem condições de pagar as altas mensalidades, para entrar no Educandário muitas se diziam vocacionadas ao ingresso na congregação das irmãs, tendo

assim acesso ao ensino oferecido pela escola e, em troca, assumindo os trabalhos domésticos, já que não havia serviçais contratados para a limpeza. Eram conhecidas como as “*meninas da casa*”, vivendo em regime de internato. Claro que qualquer paralelo com as chamadas “*crias da casa*” do período escravista pode não ser mera coincidência. Como se sabe pela história da Igreja Católica – e não somente no Brasil - esta relação de poder e subserviência entre as abrigadas pelos conventos se manteve desde a fundação dos primeiros conventos femininos. Em razão dos preceitos de muitas dessas instituições não aceitarem escravos para serviços subalternos, as superiores aproveitavam aquelas que ingressavam no convento, oriundas de famílias pobres, para condicionar sua permanência à realização das tarefas domésticas. Se viessem a tomar o hábito – quase sempre diverso das professoras com alto nível social ou de escolarização – teriam o consolo de serem chamadas irmãs e adeptas do carisma dos fundadores ou das fundadoras.

Voltando ao funcionamento do educandário, constatamos que no seu primeiro ano matricularam-se 77 alunas, excluindo-se o curso infantil, cujos dados não constam dos registros. Percebemos que, àquela altura, já era elevado o número dos “*novos ricos*” em Arapiraca com o progresso da cultura fumageira, ou seja, já era grande o número de famílias que se sentiam privilegiadas, podendo investir em bens e serviços, inclusive em educação adequada de suas próprias filhas.

Porém, mesmo considerando o enriquecimento relativamente acelerado dos fumicultores de Arapiraca na época em que se estabelece aí o Educandário São Francisco, as mensalidades cobradas por ele eram consideradas elevadas para uma comunidade onde a grande maioria era constituída de trabalhadores que viviam da agricultura, consoante com o que ocorria em todo estado alagoano, perdurando pela República afora. Se não percebemos, em Arapiraca, o predomínio de latifúndios, mas de minifúndios, mesmo assim o que prevalecia e ainda prevalece naquele município é uma atividade agrícola concentrada em dois produtos, primeiramente no cultivo da mandioca e mais tarde na cultura fumageira, o que, embora tenha proporcionado muita riqueza, elevando a cidade, nos anos de 1960, à

segunda do Estado, no entanto teve sua principal cultura em termos de produção de valor – o fumo – voltada para exportação como matéria prima, secundada pela mandioca, pobre em valor agregado e dirigida a um mercado interno empobrecido ou à exportação para outros estados da federação e para o exterior, o que limita a distribuição da renda, enquanto se vê refém das oscilações de preços ditados de fora para dentro .

Assim, com muitas famílias não tão ricas, a ponto de dispor de meios para manter, com certa folga, as suas filhas junto às meninas das famílias mais abastadas, para um bom número de pais não era apenas a mensalidade que pesava para custear os estudos das estudantes do Educandário São Francisco, mas o fardamento e o material escolar também representavam um grande gasto: a direção da escola exigia que, no início do ano, a estudante já apresentasse dois fardamentos - um para a diária e outro para os dias festivos, esta a chamada farda de gala. Ambas deveriam ser envergadas impecáveis, padronizadas. O tecido era escolhido pelas irmãs em determinada loja e o modelo era orientado pelas próprias freiras que formavam a nova escola. Saia de pregas, de tropical azul-marinho, blusa de fustão branco de mangas curtas, uma gravata da cor da saia, sapatos pretos e meias brancas para a diária, enquanto para a farda de gala eram exigidos uma blusa de cambraia de mangas compridas, um chapéu padronizado, o que significa dizer, confeccionado no local indicado, podendo-se usar a mesma saia, a mesma gravata e o mesmo sapato da diária, desde que estivessem bem conservados.

O material escolar, ou seja, os livros e os cadernos deveriam ser cobertos de papel madeira, constando o nome da escola e da aluna. Para todas essas exigências havia cobranças como regras de disciplina. Afinal, sem ordem não há virtude e essa era uma das finalidades principais da pedagogia do Educandário São Francisco.

As irmãs franciscanas, desenvolvendo uma educação humanística cristã capaz de promover uma formação moral e religiosa que as famílias esperavam, usavam de mecanismos que as tornam respeitadas por alunas e pais, de forma que as orientações recebidas na escola influenciavam diretamente as famílias. O que significa dizer que a educação dada pelas

irmãs franciscanas ordenava indiretamente o conjunto dos grupos sociais aos quais pertenciam as meninas. As famílias inseriam-se nas atividades do Educandário, participando de festas, encontros, ajudando nos afazeres domésticos e fazendo companhia para as irmãs que ficavam muito sozinhas, principalmente à noite¹⁷.

O sistema de internato para moças em Arapiraca iniciou logo nos primeiros anos de funcionamento da escola das irmãs franciscanas, por solicitação das famílias, principalmente do sertão alagoano, como dos municípios de Batalha, Jacaré dos Homens, Santana do Ipanema, Major Isidoro e outros. Os pais que conseguiam uma vaga no internato para sua filha no Educandário São Francisco de Arapiraca, sentiam-se tranquilos com relação à sua educação e seu futuro. Afinal, “os católicos pretendiam uma ordem em que a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tivessem por base o Evangelho” (BARROS et al., 2001, p. 111). Mas, nem sempre a mesma tranquilidade ocorria por parte das moças que não se ajustavam às normas estabelecidas pelas irmãs. Mas, isso ficava por conta da força moral das irmãs, do peso da família e da coerção social presente e com todo o vigor da época, na sociedade em que viviam.

Um ano após a instalação na cidade de Arapiraca, as irmãs logo se empenharam na construção de um prédio próprio para seu empreendimento. O Monsenhor Eptácio Rodrigues, aliado a diversos fumicultores e comerciantes de Arapiraca, fez a doação de um terreno localizado próximo ao prédio onde funcionava o “*colégio das irmãs*”, ampliando as esperanças da realização de um sonho compartilhado entre irmãs franciscanas e a elite e setores da classe média arapiraquense e região circunvizinha. A partir daí, todo o esforço estava direcionado para a construção do prédio. As famílias católicas de Arapiraca e municípios vizinhos não mediam esforços em contribuir. Como demonstram Hunt & Sherman (1994), nesse caso a própria

¹⁷ Como a energia elétrica da cidade só funcionava até às 22 horas, a cidade ficava muito deserta e o prédio onde se instalara o Educandário, no bairro Capiatã, ficava um pouco isolado. Por isso ficou acordado entre as irmãs franciscanas e os moradores do bairro que qualquer urgência surgida na calada da noite seria anunciada pelo toque do sino usado para convocar as alunas internas para as atividades como refeições, orações, participação da Santa Missa, etc.

tradição católica não seguia a premissa máxima evangélica contida em Lucas, da condenação das riquezas, preferindo o uso correto dessa riqueza, o que significava auxílio mútuo, ajuda, esmolas e colaboração para a consecução de tão meritórios propósitos.

No mesmo ano, incentivada pelos pais das alunas, a Irmã Diretora do colégio criou o curso Normal Rural com a finalidade de preparar moças para desenvolver o ensino na zona rural onde predominavam as escolas isoladas. Com a criação de mais um curso, amplia-se o número de alunas no colégio. Constatamos, no entanto, que o ensino continua restrito a um grupo muito pequeno, já que, além da necessidade do pagamento de anuidades, o ingresso ao Curso Normal se dava através do exame de admissão, o que dificultava ainda mais a entrada de alunas oriundas das escolas isoladas que formavam a maioria das filhas de trabalhadores.

Com um número maior de estudantes, o colégio procurava desenvolver atividades que conjugassem o desenvolvimento das alunas, a divulgação das atividades das franciscanas em Arapiraca e auto-sustentabilidade financeira da escola. Para isso, ensaiavam com as meninas peças teatrais, jograis, para serem apresentados na cidade e nos municípios vizinhos. As apresentações aconteciam em ambientes fechados, sendo cobrados ingressos para que o dinheiro fosse revertido para a construção do prédio. No final do ano formava-se o Pastoril, dança típica natalina, com dois cordões: vermelho e azul. Era uma verdadeira disputa entre os pais das pastorinhas. Quem tinha filha dançando no azul, torcia por este cordão e quem tinha sua filha no cordão vermelho, era seu partidário. O lucro era para o colégio, que conseguia um bom dinheiro. Outra atividade rentável era a festa de São Francisco de Assis, patrono do Colégio: eram nove noites de festa com Zabumba, conjunto formado por um tocador de pífano, um tambor e pratos, fogos e leilões. Cada noite era representada por um, dois ou mais noiteiros responsáveis pelas atrações da noite, principalmente o leilão. Era uma grande competição entre os diversos noiteiros, o que contribuía com maior volume de lucro, destinado aos trabalhos da construção.

As atividades de lazer também tinham seu destaque, inclusive pequenas viagens - eram passeios como prêmios para incentivar as meninas.

Infelizmente, o final da década de 1950 foi marcado por uma tragédia. Presente de final de ano, uma viagem à praia. Os pais, felizes por ver o resultado positivo de suas filhas, autorizam. No final do banho de mar, segundo testemunho de ex-alunas que participaram da viagem, “o mar formou bacias e arrastou as meninas.” Os pescadores que estavam por perto tentaram ajudar, mas não evitaram que sete delas perdessem a vida. Isto marcou muito a vida das religiosas sem, no entanto, destruir o zelo que tiveram pela educação intelectual e moral daquelas que lhes foram confiadas e abalar a confiança e a respeitabilidade de que desfrutavam. A dor foi partilhada por todo o povo de Arapiraca com muita resignação e a escola seguiu seu curso, fiel aos seus princípios.

Percebemos que a ética paternalista cristã católica permeava, sobretudo aqui, de um modo todo especial, a ação pedagógica desenvolvida no ensino do Educandário São Francisco de Assis, em que as irmãs franciscanas não estavam apenas preocupadas em ministrar as disciplinas curriculares, mas, sobretudo, os fundamentos cristãos católicos, favorecendo uma educação moral religiosa, capaz de atender aos anseios de uma elite rural predisposta a manter princípios e valores vigentes.

Dentro dessa prática pedagógica, as irmãs franciscanas procuravam promover a educação das meninas confiadas ao seu papel de educadoras, numa concepção patrimonialista vigente, de uma sociedade patriarcal onde aquele que fosse honrado e tivesse prosperado pela graça de Deus deveria administrar seus bens em favor do bem-estar de seus semelhantes. Isto significa dizer que as irmãs franciscanas privilegiadas por uma “*superioridade*” atribuída pelas famílias arapiraquenses e circunvizinhas, sentiam-se na obrigação de cuidar de suas alunas de uma forma paternalista, velando pelo exercício das virtudes cristãs.

Assim, para fortalecer a formação religiosa naquela comunidade, Dom Felício de Vasconcelos, instalou o Santíssimo Sacramento na capelinha improvisada no Grupo Escolar, já nos primórdios do educandário. Para Magalhães Júnior, (2002, p.77):

as Congregações religiosas que ainda hoje se dedicam à educação possuem ideais bem definidos, materializados em suas práticas

cotidianas que devem ser cultuadas e exercidas com uma fidelidade inquestionável de aprimoramento do espírito, a purificação e a salvação, já que se trata de ações que estão no plano de salvação.

Era, pois, nessa capela que as meninas internas se reuniam em horário determinado, para rezar o terço, fazer meditações e, junto aos moradores do bairro, participar da Santa Missa aos domingos.

A Religião era considerada uma disciplina, ao lado da História, da Geografia, Português, Aritmética e Ciências, mas, havia, separadamente, nos finais de semana, aulas de catecismo destinadas, sobretudo, à preparação para a Primeira Comunhão. O capelão, Monsenhor Epitácio Rodrigues, o mesmo que interferira para a criação do Educandário, sucedido mais tarde pelo padre Jéferson de Carvalho e, em seguida, pelo padre Antônio Lima, ambos professores colaboradores, davam assistência religiosa e orientação espiritual àquela comunidade.

Nos dois primeiros anos de funcionamento da escola franciscana, as irmãs promoviam momentos de reflexão para as alunas, na forma de um retiro espiritual em que permaneciam confinadas em silêncio durante três dias. Havia um pregador que dirigia os momentos de reflexão e orientava as participantes nos fundamentos da fé e das virtudes. No final, acontecia o momento de confraternização com a presença de pais que vinham apanhar suas filhas e comungavam daquele momento. Nos anos seguintes, porém, tornou-se impossível acomodar tantas alunas por três dias.

Como percebemos, as irmãs atingiam seus objetivos incluindo professores, pais e alunos numa participação ativa. Tanto as alunas internas como as externas submetiam-se às normas do Educandário, as quais não permitiam que o mundo lá fora influenciasse na formação das discentes de forma que essas normas atingiam também aos seus familiares, fortalecendo os valores morais no cotidiano de cada família. Os frutos dessa prática são considerados, ainda hoje, por integrantes da sociedade arapiraquense que tinham a ver com o educandário, muito valiosos na cultura desse povo, conforme depoimentos colhidos de ex-alunas, ex-professores e pais que viveram esse período. Quanto à influência pedagógica e à formação

educacional desenvolvida no Educandário São Francisco de Assis em Arapiraca, vale ouvir o testemunho de uma ex-aluna, cedido em entrevista:

Se as irmãs franciscanas não tivessem chegado em Arapiraca naquele ano eu não seria o que sou porque meus pais nunca iam me deixar estudar numa escola mista. Eu aprendi muita coisa boa que hoje serve muito para minha vida de mãe e avó e já me serviu muito para desenvolver a minha profissão de professora (Ex-aluna do Educandário São Francisco de Assis.)

Apesar da maioria da população arapiraquense e de ex-alunas ter essa concepção positiva em relação à implantação e às práticas educativas do Educandário São Francisco em Arapiraca, não podemos deixar de registrar nesse trabalho existirem depoimentos – ainda que minoritários - que contrariam os relatos da maioria, a exemplo do que fala uma ex-aluna que foi educada pelas irmãs franciscanas nos anos 50:

Eu tenho três filhas, mas não coloco nunca elas no Colégio das irmãs. Eu estudei lá porque não podia escolher, mas nunca gostei porque as irmãs bajulam demais as alunas ricas e bonitas, eu acho isso horrível.

Já a ex-aluna M. R., ao expressar sua visão sobre a prática das irmãs franciscanas no Educandário São Francisco, declara que

foi muito bom ter estudado numa escola de freiras, mas, a teoria não era coerente com a prática, pelo menos eu não via a caridade com ação, só via na teoria, porque as filhas dos ricos eram privilegiadas.

Como se pode ver, não há unanimidade entre o anunciado e o vivido no cotidiano pedagógico, o que não é de causar espanto, já que a unanimidade é que seria de se estranhar. De qualquer sorte, não encontrei ninguém que negasse a presença do anúncio do ideal evangelizador. Como prática dessa missão evangelizadora, inclusive, as irmãs fundaram, desde logo, a Cruzada Eucarística, formada por crianças de sete a quatorze anos, com a ideologia de que elas eram as combatentes de Cristo, empenhadas em cultivar a expressão da fé. Esta era uma forma dos membros da Congregação aperfeiçoarem suas atividades educacionais, testemunhando a fraternidade cristã como elemento renovador e transformador da sociedade. Para os pais, era um orgulho verem sua filha vestida de branco, com boina branca na cabeça e fita amarela no pescoço, testemunhando a virtude da fé e

da pureza em nome de Cristo. Em todas essas atividades era cobrada uma rigorosa disciplina, mas tudo ocorria dentro de um clima de alegria e lazer e era isso que conquistava as alunas a participarem de todas as atividades oferecidas, fazendo com que nenhum pai se omitisse em investir nas suas filhas. Uma ex-aluna que participou efetivamente do Movimento da Cruzada Eucarística no Educandário, ao ser entrevistada, assim manifesta seu sentimento com relação ao que viveu na sua fase estudantil:

Participar da Cruzada foi a coisa mais importante da minha infância. Nesse movimento eu aprendi a conviver e respeitar os outros. Havia muita cobrança daquelas irmãs, mas hoje eu vejo que a punição é fundamental para disciplinar as pessoas. Ai, como eu sinto saudade daquele sistema para educar meus filhos e netos.

Tomando como modelo a imagem de Maria, foi criada a Congregação Mariana, composta de meninas acima de 14 anos, portadoras de boa conduta, vestidas de branco com uma fita azul no pescoço nos dias de missa. Os cânticos da missa eram entoados pelas alunas com o acompanhamento do piano tocado pela Madre Superiora.

Tratando-se do uso da punição como instrumento educativo, que também era usada pelas irmãs, não estamos fazendo referências ao castigo físico que era utilizado na prática pedagógica de outras escolas de Arapiraca. No “*colégio das irmãs*” como ficou conhecido o Educandário, a punição se dava através de conversa, mas, de uma forma tão séria que todas as alunas temiam enfrentá-la. Ninguém, com algumas exceções, tentava desobedecer às normas estabelecidas. A sociedade arapiraquense delegava a educação de suas filhas às Irmãs Franciscanas, as quais mereciam, por isso, todo o respeito, gratidão e admiração. Apesar dessa educação rígida com controle de diversões e certos comportamentos, em suas práticas educativas havia muita alegria, a exemplo da “bandinha do Dedé” que era composta de diversos instrumentos tocados pelas alunas.

A imagem por dentro dessa instituição de ensino somente tornou-se possível graças ao apoio da história oral, através de testemunho de ex-alunas, ex-professores e moradores que conviveram com ela desde a sua implantação e pela vivência da autora deste texto como ex-aluna. Pode-se

dizer que a escola criada para meninas, em Arapiraca, desenvolveu uma ação pedagógica sob uma ética paternalista cristã católica, influenciando na formação de parte significativa do povo arapiraquense, ao menos no período em que surgiu. Percebemos que a educação em Arapiraca, na década de 1950, período em que está concentrado o objeto dessa análise, já centrada no ensino tradicional, voltado para a transmissão de conteúdos e principalmente para uma formação ética moral e religiosa, mais se fortalece com a atuação dessa Instituição católica.

Foi a Igreja Católica, afinal, naquela região, a principal e quase que única responsável pela formação de professores, pela indicação de material a ser utilizado no processo de escolarização desde o início do povoamento de Arapiraca, fortalecendo sua presença na década de 1950 com a implantação de uma escola baseada na espiritualidade franciscana para atender aos anseios das famílias arapiraquenses que defendiam uma educação exclusiva para meninas. Com uma escola dirigida por religiosas, com forte interferência de padres e do Bispo Diocesano, com uma capela dentro da escola, com as aulas de catecismo, além da Religião, como norma e disciplina de vida calcadas no catolicismo, tudo convergiu para fortalecer a influência que a Igreja Católica teve na construção de procedimentos educacionais em muitas escolas de Alagoas – fossem elas públicas ou privadas - particularmente, em Arapiraca, sob a forte influência das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, (CONFHIC). Afinal, formando futuras mães de família e futuras professoras, estavam conformando mentes e vontades para futuros projetos educativos, a exemplo do que fizeram os Jesuítas para o país como um todo, somente que num tempo bem mais recente e nos limites da experiência aqui analisada.

O Educandário São Francisco de Assis de Arapiraca teve, assim, um papel fundamental na formação social das crianças e dos jovens da década de 1950 e seguinte, cremos que se poderia dizer. Muitas moças que, com a chegada das freiras, já achavam tarde para estudar, foram convencidas de que ainda era tempo e voltaram aos bancos escolares. Diversas professoras que assumiram o ensino no interior de Alagoas, depois do concurso público

na década de 1960, foram frutos dessa educação franciscana já há tempo feita em Penedo e agora também em Arapiraca.

Se a prática pedagógica desenvolvida no “*colégio das irmãs*” na década de 1950, em Arapiraca, envolvia uma disciplina muito rigorosa, essa atendia aos anseios dos pais e da sociedade dita “*bem nascida*”, os quais delegavam a elas todo o poder de disciplinar suas filhas e moldá-las para o papel de mães de famílias exemplares e fiéis católicas modelares. Dessa forma, estavam consoantes com o tipo de expectativa vigente na maior parte do Brasil para a sociedade que contava, baseada na tradição em que a educação valorizada era aquela que formava o ser humano culto – as mulheres principalmente, que eram consideradas o esteio moral da família tradicional -, conforme exigências da boa moral e dos bons costumes... Assim, parece possível afirmar que um projeto educacional como o do colégio das irmãs de Arapiraca, primordialmente pensado com um objetivo aparentemente muito bem focado, quando visto em perspectiva exhibe seu alcance bem mais amplo, espraiando sua influência, em termos pedagógicos, para toda uma sociedade.

Assim, Arapiraca vê chegar o final da década de 1950 com indicadores de escolarização de sua população bem mais alentadores do que aqueles exibidos pelo censo de 1940 e constantes da Tabela 01, apresentada anteriormente neste trabalho. Embora seja impossível apresentar, para 1960, outro quadro com as mesmas categorias utilizadas na Tabela 01, para uma comparação bem mais adequada, já que, infelizmente, o IBGE, ao longo da coleta dos dados populacionais, amiudadamente teve o mau costume de variar categorias, contudo, com base no censo de 1960, é possível apresentar uma tabela bastante elucidativa do avanço da escolarização em Arapiraca, dos anos de 1940 até o final da década de 1950, quando confrontada com Maceió, Penedo e Palmeira dos Índios. É possível observar, inclusive, o crescimento populacional, sobretudo em relação a Palmeira dos Índios, acompanhado do incremento dos processos de ensino, representado não apenas pelos já alfabetizados, mas, sobretudo, pelo contingente em processo de escolarização:

TABELA 02 – POPULAÇÃO ESCOLARIZADA OU EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM 1960

MUNICIPIO	TOTAL	SABIAM LER	ESTUDANDO
Maceió	142.480	80.300	33.093
Arapiraca	47.014	11.826	4.762
Penedo	20.930	8.718	4.894
P. dos Índios	46.330	11.391	5.692

O que é possível concluir da leitura desse quadro em relação ao anterior, em meio ao surgimento das instituições escolares no período 1940-1960, é que, a mesma cultura fumageira que emperrou o crescimento da escolarização na consolidação do povoamento de Arapiraca, foi também a responsável pelo seu desenvolvimento, inclusive quando considerado com outros municípios de maior porte em Alagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a trajetória da educação escolar em Arapiraca a partir dos primórdios de seu povoamento, com um olhar diferente daquele lançado pelos estudiosos, que, presos a uma versão oficial e factual da história, constroem uma historiografia em que o povo se encontra ausente e que está desvinculada do processo de consolidação do tipo de ação pedagógica que contribuiu com a formação social daquele povo, podemos perceber, como uma espécie de conclusão inicial, que o tipo de escolarização desenvolvido na sociedade arapiraquense em processo de formação foi promovido pelos que iam conquistando posição econômica destacada e voltado para seus filhos – e aqui digo no masculino porque a educação das meninas e moças naquela sociedade era uma exceção –, sem qualquer preocupação com os filhos de trabalhadores ou com o destino dos filhos de escravos e ex-escravos que acompanharam o promotor da povoação inicial da região e seus parentes.

Nesse contexto, os patriarcas, iniciando com Manuel André, seguido por seus sucessores que foram constituindo a elite econômica e política dominante daquela sociedade em formação, dentro de uma realidade sócio-histórica em que prevalecia o privilégio de poucos, usavam o poder coercitivo para a criação ou expansão da educação escolar.

A Igreja Católica foi a grande aliada dos grupos dominantes que foram se formando, no sentido da ocupação do lugar de formadora e responsável pelo desenvolvimento do projeto pedagógico, estabelecendo instituições de ensino e mesmo preparando os docentes e selecionando os saberes a serem ensinados nas escolas.

Fundada em meados do século XIX, em pleno período imperial, quando “o Estado ainda não controla a sociedade pela escola”, (HILSDORF, 2001, p. 86), Arapiraca não teve em seus primeiros tempos nenhuma escola no sentido estrito da palavra, pelo menos que se tenha notícia, a não ser no

início da República, como tivemos oportunidade de mostrar ao longo desse trabalho. No entanto, não é possível negar que foram desenvolvidas práticas e saberes de socialização – inclusive pela via da chamada escolarização – mediante os fazeres cotidianos, sobretudo quando todos eram estimulados a produzir o sustento daquela sociedade, fabricando farinha de mandioca, beijus, tapiocas, pés-de-moleque e, mais tarde, produzindo o fumo de corda, tudo para gerar riquezas ou apenas conseguir a sobrevivência, num processo de sociabilidade permeado pela feira, pelas celebrações, pelos ritos da vida cotidiana, como o nascimento, as cerimônias religiosas, a morte, etc. Mesmo a escolarização, ainda que nos limites já assinalados, era feita, evidentemente que com os poderosos assumidos o que já deveria ser diretamente o dever do Estado nas suas diversas expressões e até onde a necessidade do dia-a-dia estava a exigir, principalmente quando nos referimos às primeiras décadas de existência do que hoje representa o município de Arapiraca. Na verdade, pode-se dizer, sobre esse fenômeno, que a ausência do Estado era apenas aparente, uma vez que ele se fazia presente por meio dos senhores e seus prepostos.

Dito isto, é possível afirmar que a educação escolar não era prioridade no nascedouro e nos primeiros tempos de existência daquela sociedade, já que a decisão daqueles que usavam a mão de obra existente para fazer a terra produzir, precisavam ocupar até mesmo as crianças, com o objetivo de ampliar as atividades voltadas para o desenvolvimento da agricultura local, podendo descartar a escolarização das maiorias. Evidentemente que esta situação, de um modo geral, conforme nos ensina a História da Educação, não era restrita à Arapiraca, mas consoante com o que acontecia em Alagoas e todo o Brasil, tanto no período imperial, como na República Velha, em que a maioria da população, na maioria das regiões do país, era excluída do acesso à educação básica. Em Arapiraca, porém, é possível afirmar que a situação era particularmente restritiva em termos de escolarização, sobretudo com o advento da cultura fumageira, graças ao seu caráter sazonal e as exigências impostas pelo seu trato, como vimos anteriormente.

Assim, rastreando, de forma particular, nossa hipótese central de que a ética paternalista cristã católica foi fundamental na formação social dos

arapiraquenses, penso ter ficado evidente neste trabalho a presença da Igreja Católica em toda a trajetória da educação escolar, seja na preparação dos professores, na implantação dos lugares em que se desenvolvia o ensino, na indicação dos professores e professoras ou na seleção de saberes e fazeres.

Apesar do primeiro colégio religioso só ter sido instalado em Arapiraca, em 1956, com a chegada do Educandário São Francisco, a Igreja Católica foi a Instituição que mais contribuiu com a formação daqueles cidadãos dentro dos princípios morais e cristãos católicos. Essa presença se fez tão forte que, das quatro primeiras instituições escolares criadas em Arapiraca e que preenchiam plenamente os requisitos para assim serem denominadas, apenas uma – o Grupo Escolar Adriano Jorge – não levou o nome de uma santo católico, ainda que apenas uma fosse confessional.

As Escolas Isoladas que prevaleceram no município de Arapiraca até a década de 1950 – e até ultrapassaram essa década -, com salas multisseriadas, desenvolviam um tipo de ensino quase individualizado, com o professor ou a professora atendendo a cada aluno em seus estudos e seu progresso na leitura, na escrita, na resolução das quatro operações, lições de gramática, doutrina cristã, tabuada e princípios gerais de história e geografia, sendo pouco ou quase nenhum o estudo das ciências físicas e biológicas.

Como ficou explícito no corpo desse trabalho, a presença das mulheres no desenvolvimento da função de ensinar em Arapiraca, nas primeiras décadas e sua existência, diferente de várias outras localidades alagoanas, foi marcante, tanto nas escolas isoladas, como no Grupo Escolar Adriano Jorge – primeira escola seriada e com prédio próprio para o funcionamento de uma instituição de ensino em Arapiraca -, cujo primeiro corpo docente constituiu-se exclusivamente de mulheres, exceção feita apenas ao primeiro candidato a diretor. É que, no modelo de desenvolvimento ali levado a efeito e, por muito tempo, os homens estavam voltados para as atividades agrícolas ou outros serviços mais rentáveis e não podiam assumir compromisso de ensinar, nem mesmo durante um horário, já que as roças e o que a elas estava ligado exigiam toda a sua atenção, principalmente quando se implantava a cultura fumageira que não esperava muito tempo para ser colhida, dentro de um curto ciclo de vida vegetativa.

Além disso, seguindo a tradição já tantas vezes registradas na historiografia da educação brasileira, as mulheres eram consideradas mais pacientes e dóceis para lidar com os alunos, sendo as únicas capazes de assumir o lugar de “segundas mães” que por muitos – pensadores da Pedagogia, inclusive - era atribuído às professoras. Isso sem falar no conservadorismo de uma sociedade que somente poderia admitir à mulher trabalhando fora de casa – e até fora do lugar em que vivia a família, que era a guardiã da sua moral e de sua honra – se fosse com crianças, sob a vista de muitas pessoas.

Conforme Vidal e Carvalho (2001), nas primeiras décadas do século XX, em alguns lugares do Brasil já era percebido um processo de mudanças na composição do corpo docente das séries iniciais, quando era criada uma rede pública de ensino e era constituído o ensino primário leigo e estatal. Destacava-se, assim, em 1920, a mão-de-obra feminina no Rio de Janeiro e São Paulo, com a maioria das mulheres ocupando a função de professoras nas séries iniciais. Com relação a Arapiraca, diferentemente do que ocorria em várias cidades de Alagoas nas primeiras décadas dos anos de 1900 – em que os professores primários eram predominantemente homens, provavelmente pela falta de letramento das mulheres – estas também predominavam no magistério, provavelmente porque, além das questões de natureza agrária, podiam conciliar as funções de esposa, mãe e professora.

Funcionando a escola em sua própria casa de morada, era comum a professora pedir a ajuda de uma aluna nos seus afazeres domésticos, como embalar seu filho e fazê-lo dormir, enquanto orientava os alunos nas tarefas, ou atizar o fogo e mexer a panela do feijão para que o almoço estivesse pronto no final da manhã. Quando a sala da aula era um salão cedido pelo proprietário, a professora, que geralmente morava na vizinhança, deixava os alunos fazendo as atividades ou pedia àqueles que sabiam mais para ensinar aos principiantes enquanto “dava um pulo” em casa para ver o almoço do esposo ou fazer outra atividade rápida. Percebemos assim um grande vínculo entre a esfera doméstica e a esfera pública até no funcionamento da escolarização dos arapiraquenes nos seus primórdios.

Muitas dessa professoras que desenvolviam o ensino em Arapiraca, já citadas nesse trabalho, eram casadas e tinham filhos. Assim,

mãe e professora eram identificadas, mas não no contexto de uma tarefa íntima, privada e pessoal como tendemos a perceber a maternidade hoje, mas no contexto de uma maternidade cívica, uma função pública exercida na privacidade dos lares ou no ambíguo espaço escolar, situado a meio caminho entre trabalho assalariado, que se considerava como parte da esfera pública e domesticidade. (SOUZA, 2005, p. 97).

Algumas professoras, porém, sendo solteiras, aceitavam ensinar mais distante e passavam a residir na casa do proprietário que solicitava a presença da professora e cedia a sala para o funcionamento da escola a exemplo de D. Adalgiza Pereira. E aqui cabe uma observação de grande relevância: embora constatemos que as mulheres formavam maioria no magistério já em 1920 em alguns Estados brasileiros e que, em Arapiraca, este fenômeno está claro na nossa pesquisa, é conveniente esclarecer que no Brasil vários debates acompanharam esse processo de feminilização do ensino (Cf. VIDAL e CARVALHO, 2001) e que alguns estudiosos, mesmo afirmando que a educação devesse ser o prolongamento do lar, e exaltasse a mulher nas suas qualidades de ternura e bondade, defendiam o celibato pedagógico, ou seja, acreditavam que a mulher, ao decidir pelo magistério, deveria renunciar ao casamento. Segundo essa corrente de pensamento, para se ser boa professora era preciso estar afastada do lar para não pôr em risco o modelo ideal de casamento, que apresentava como boa esposa aquela que dedicava todo o seu tempo ao esposo e aos filhos. Convém, sob essa questão, porém, salientar que outros estudiosos da pedagogia, analisando a feminilidade num enfoque de corte mais psico-biológico, tentavam demonstrar que as professoras casadas eram mais pacientes e mais dóceis que as solteiras, defendendo a tese de que a maternidade e a relação sexual eram inerentes do corpo da mulher, sendo, portanto, fundamentais para o seu equilíbrio emocional, que tinha papel importante no exercício do magistério. Partindo desse pressuposto, as moças solteiras costumavam, segundo esse teóricos, ficar muito nervosas e, por isso, não tratavam os alunos como deviam, prejudicando, assim, o processo de aprendizagem.

A partir de 1940, percebemos em Arapiraca um grande avanço econômico, quando, com a ascensão da cultura fumageira, passam a se destacar os novos ricos, fenômeno que irá atrair outros moradores de regiões diversas de dentro e de fora de Alagoas, os quais passam a desenvolver outras atividades: cresce, assim, o contingente dos comerciantes, dos funcionários públicos – estes significativamente ampliados com a modernização da máquina do Estado, sobretudo na década de 1950 -, bem como outros trabalhadores demandados, sobretudo para os setores de serviços diversos, que iam desde o atendimento à saúde, até ao emprego doméstico. As próprias atividades agrícolas passam a exigir o letramento, tanto na relação patrão/trabalhador, como nas relações bancárias para contrair empréstimos e na relação comercial, no período das vendas dos produtos e assim por diante. Os meeiros que iam se tornando proprietários, por exemplo, passavam a sentir a necessidade de alguém que soubesse “cubar” as terras, pesar o fumo em molhos para contar em “bolas” e, enfim, orientar nas contas que iriam mostrar se estavam ou não tendo lucro. E, nesse particular, quem melhores e mais dignos de confiança do que os seus familiares ou aderentes?

É a partir desse contexto que emerge o interesse dos endinheirados em promover escolarização para seus filhos e as reivindicações do povo para a ampliação da oferta educação escolar pública e gratuita em Arapiraca. Nesse clima, mesmo que de uma forma muito atrasada em relação à capital alagoana e a outros municípios do estado, como já assinalamos anteriormente, é que é construído na cidade o primeiro Grupo Escolar Estadual, com o objetivo de atender aos jovens arapiraquenses, oferecendo de primeira a quarta série. Mas, mesmo ali o atendimento, por ser restrito frente à demanda, voltou-se preferencialmente para os mais abonados financeiramente.

Evidentemente que com um grande limite de oferta, somente os filhos dos ricos poderiam ter ascensão nos estudos, sobretudo os chamados secundários, já que poderiam se deslocar para centros urbanos maiores dentro ou fora do Estado para dar continuidade a seus estudos. Importa assinalar que somente a população da zona urbana e adjacências tinha

acesso a essa primeira escola estadual, ficando todos os moradores da zona rural à mercê da vontade dos senhores locais que quisessem criar escolas isoladas naquela localidade. A depender dessa vontade dos grandes dos povoados e sítios, evidentemente que, além das massas trabalhadoras, independentemente de sexo, as maiores sacrificadas eram as meninas e moças filhas dos proprietários, já que, mesmo o ensino primário teria que ser feito fora do lugar em que moravam e essa perspectiva era, freqüentemente, impensada para muitas famílias. A pesquisadora e suas irmãs são um exemplo disso: não fosse a coragem dos pais de afrontar a sociedade local – inclusive membros da família – para mandar as meninas/moças para o centro urbano de Arapiraca para estudar, todas teriam ficado limitadas às primeiras letras...

O primeiro Grupo Escolar de Arapiraca, construído na principal rua da cidade, hoje Avenida Rio Branco, atendeu ao que era senso comum na época:

em geral a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime. (BENCOSTA, 2005, p.70).

Com o corpo docente constituído de algumas professoras que se deslocaram da capital e outras da própria cidade de Arapiraca que, em condições favoráveis, puderam concluir o curso Normal em Maceió, a nova escola passou a oferecer muitas novidades, a começar pela mobília composta de carteiras duplas, birou e quadro negro, mapas e globo – instrumentos de apoio pedagógico totalmente desconhecidos da maioria dos arapiraquenses na década de 1940.

Infelizmente, a criação de uma escola particular em Arapiraca, poucos anos após a inauguração do Grupo Escolar Adriano Jorge, não veio democratizar as possibilidades de escolarização para a população arapiraquense, já que a maioria de seus habitantes era constituída de homens comuns, ou seja, trabalhadores sem condições financeiras para pagar escola para seus filhos. A escola que se denominou Instituto São Luís, criada pelo professor Pedro Reis, com o indefectível apoio da Igreja – no

caso, por meio do Padre Medeiros Neto, então Secretário de Estado, e do padre Eptácio, pároco da cidade, que chegou a ceder algumas cadeiras para o fundador do educandário iniciar suas aulas - fortalece ainda mais nossas formulações sobre a importância da Igreja Católica no processo educacional de Arapiraca.

O Professor Pedro Reis foi mais uma expressão viva da indissociabilidade do público e do privado no campo educacional em Alagoas: impedido de assumir a direção do Grupo Escolar Adriano Jorge pelo então governador do Estado, Ismar de Góis Monteiro, por conta de posicionamento a favor de um grupo político diverso da facção do Governador, que, ao receber em sua mesa o processo de nomeação de Pedro Reis, assim se expressa: “minha mão caia se eu assinar um processo a favor deste homem”, o referido professor não somente buscou resolver suas necessidades de subsistência por meio de um empreendimento escolar privado, como não se eximiu de responder ao Mandatário Maior do Estado no momento oportuno, quando o então governador fazia campanha em Arapiraca para seu candidato a deputado federal, afirmando para que todos ouvissem em alto e bom tom: “minha mão caia se eu votar no candidato desse homem”, segundo informação obtida através de entrevista cedida por um companheiro de jornadas do professor Pedro Reis.

O Instituto São Luis, em Arapiraca, tal qual o Grupo Escolar Adriano Jorge, por meio dos seus professores, procurou desenvolver uma prática pedagógica com o mesmo teor educativo, em que palestras no pátio da escola, proferidas pelos professores em homenagem aos heróis, eram freqüentes, para educar pensando em construir a cidadania, dentro de uma formação moral, de caráter e de cumprimento do dever, sem falar que os internos eram praticamente incorporados a vida familiar do diretor, já que funcionava em sua residência. Mesmo num ambiente de reformas curriculares a correr em muitos quadrantes do país, o ensino desenvolvido pelos professores do Instituto São Luís era de cunho tradicional, ainda que muito respeitado e considerado, por atender à forma como os pais consideravam a “boa educação”, como pudemos detectar nos depoimentos de ex-alunos contidos nesse trabalho.

Essas duas escolas criadas na década de 40, oferecendo o ensino de primeira a quarta série, vão receber, na década de 1950, um importante reforço com a chegada do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, integrante da Escola da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Trazendo como novidade o curso ginasial, tinha o exame de admissão como necessário para aqueles que desejassem prosseguir seus estudos, com os estudantes do Instituto São Luís se destacando nesses exames, seguidos dos oriundos do Adriano Jorge. Dessa forma, costumavam ficar de fora a maioria daqueles que só podiam freqüentar as escolas isoladas, numa sala multisseriada onde se estudava comumente de modo precário, sob a orientação de professoras leigas. Desse modo, o Bom Conselho conseguiu muito pouco em termos de ampliação das oportunidades dos mais carentes financeiramente nos seus primeiros tempos: como se não bastasse a barreira do exame de admissão, a nova escola, apesar de seus objetivos educacionais e assistenciais apresentados e oficialmente registrados como sendo sem fins lucrativos, logo passou a cobrar mensalidades, porque, segundo seus dirigentes, não tinha condições de auto-sustentabilidade financeira. A partir de 1955 esse colégio introduziu os cursos comercial, científico e normal, possibilitando aos alunos de famílias em condições econômicas diferenciadas da maioria da população arapiraquense e de regiões vizinhas, condições de ingressar nos cursos superiores das capitais mais próximas ou de exercer funções profissionais que exigiam maior qualificação. O acesso dos mais carentes ao Bom Conselho, mediante bolsas totais ou parciais de estudo, dentro do caráter paternalista da sociedade arapiraquense, logo passou a se caracterizar como um favor – ou ato caritativo, se, se quiser pensar sob a ótica do paternalismo cristão católico – que, mesmo de forma não expressa, logo exigiria reciprocidade de quem recebia a doação e que se materializaria, em geral, em uma retribuição com o voto, no período eleitoral, nos doadores ou em quem eles indicassem.

O município de Arapiraca chega, assim, ao final da década de 1950 com quatro escolas que se destacam: o Grupo Escolar Adriano Jorge – que era uma escola pública -, o Instituto São Luís - uma escola particular no sentido estrito -, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - escola da

Campanha Nacional de Educandários Gratuitos -, e o Educandário São Francisco de Assis – de caráter confessional e exclusivo para estudantes do sexo feminino -, que viria a ser criado em 1956.

O progresso econômico que conquistaram os moradores de Arapiraca foi, de uma certa forma, responsável pelo empenho das famílias na implantação de uma escola exclusiva para meninas, já que os ricos, num período em que a modernidade avançava e as idéias liberais se fortaleciam, buscavam uma educação escolarizada, porém conservadora, para suas filhas. O Educandário São Francisco, dirigido por irmãs franciscanas, desenvolveu uma ação pedagógica onde educação e instrução se completavam com a finalidade de formar jovens cultas, polidas, sociáveis e, sobretudo, cristãs comprometidas em divulgar os ensinamentos na sociedade e, principalmente, na família. Dessa forma havia uma verdadeira interação entre a comunidade educativa do Educandário e as famílias das alunas que passavam a participar de todas as atividades festivas e, assim, iam se contagiando com as novas formas de viver, absorvendo novos valores no seu cotidiano.

As irmãs franciscanas, defensoras da educação conservadora, não faziam tanta objeção a certos elementos da chamada modernidade, como podemos observar nas suas práticas, principalmente nas atividades fora da sala de aula, desde que tudo estivesse sob seu controle. As alunas tinham várias maneiras de participar dessas atividades, ora apresentando peças engraçadas, ora dançando pastoril ou até mesmo tocando na “bandinha do Dedé”, criada na escola com a introdução de vários instrumentos.

Fortalecendo a tese de que as irmãs franciscanas não faziam oposição a certas expressões da vida moderna – ao menos o que era considerado assim pelos arapiraquenses -, elas aconselhavam, por exemplo, às meninas que moravam distante da cidade que comprassem bicicletas para facilitar a trajetória diária até ao colégio, isto porque elas não dispensavam nenhuma aluna das aulas de educação física e dos ensaios para os desfiles cívicos que ocorriam no horário oposto ao das aulas. O fato de muitas alunas não possuírem bicicleta estava relacionado aos princípios das famílias que não

admitiam que suas filhas imitassem as moças da cidade em tal sinal de modernidade.

Analisando essa trajetória da educação escolar em Arapiraca, com seu significativo atraso com relação a outros municípios, e a criação de diversas escolas a partir da década de 1940, impulsionada pelo progresso econômico que se faz vertiginoso, podemos perceber que a cultura fumageira teve papel ambíguo no processo educacional desse município, o que não parece difícil de ser explicado: como, de início, toda a população era ocupada nas atividades agrícolas, dando prioridade ao acúmulo de capital dos senhores de terra ou dos meieiros que precisavam, para tanto, de utilizar toda a família, inclusive as crianças, a escola era como um luxo inalcançável, além de dispensável; mais tarde, com a emergência dos novos ricos e a ampliação das plantações de fumo, mudam-se as concepções, ou seja, a própria dinâmica social vai exigir um novo perfil de sociedade, sendo necessário, portanto, a expansão da educação escolar. Desse modo, sem abrir mão dos valores tradicionais e dentro dos limites das necessidades do projeto econômico e civilizador que se estabelece, Arapiraca, por meio de suas elites econômicas e políticas, irá atingir os anos de 1960 numa corrida desenfreada em busca de ilustração e formação intelectual compatível com o nível de prosperidade econômica alcançada, cujo descompasso parecia visível a todos, sobretudo aos próprios arapiraquenses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leda Maria. **Rupturas e Permanências em Alagoas: O 17 de julho de 1997 em questão**. Maceió: Catavento, 1999.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org) **Dois textos alagoanos exemplares: José Próspero Jeová da Silva Carotá & João Francisco Dias Cabral**. Arapiraca: FUNESA, 2004.

ALVES, Gilberto Luiz. A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In: **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. José Claudinei Lombardi, Maria Regina M. Jacomeli, Tânia Mara T. da Silva (orgs). – Campinas, SP: Autores associados; Histeder, Unisal, 2005 (Coleção Memória da Educação).

AZEVEDO, Fernando de. (1964). **A cultura brasileira**. 4. ed. Revista e ampliada Brasília, Editora da UnB.

BARROS et al. A Ação Católica na Conjuntura Alagoana: O surgimento da Escola de Serviço Social Padre Anchieta. In: VERÇOSA, E. Gusmão (org) **Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió: São Paulo. Catavento, 2001.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas. Penedo (Al)**: Artes Gráficas Typ. E Pautação. 1909.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: **Histórias e memórias da educação do Brasil, vol.III: século XX** / Maria Stephanou, Maria Helena\Camara Bastos (orgs.). – Perópolis, RJ: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou, O ofício do historiador**- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BURKE, Peter. (org.) A nova história, seu passado e seu futuro. In: **Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes- São Paulo: Editora UNESP 1992- (Biblioteca Básica).

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 2005.

COSTA, Craveiro. Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da Educação: da colônia aos dias atuais**. Maceió/São Paulo: Catavento, 2001

_____. **A história das Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1983.

DA MATTA, Roberto. **Canaviais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.

_____. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro** (volume 1 e 2). Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 1987.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do Tempo**. Maceió: Gráfica Montergraphy Ltda, 1999.

HOLANDA, S. Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília. Ed.da UnB 1984.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**- São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

_____. **Cultura Escolar / Cultura Oral em São Paulo (1820 – 1860) In: Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. Diana Gonçalves Vidal, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (organizadoras)- São Paulo :Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HUNT, E. K & SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2003

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo. Martins Fontes. 2001

LIRA, Sandra Lúcia dos Santos. **Financiamento e Democratização da Educação Pública em Alagoas: os efeitos do FUNDEF**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, 2001.

LOZANO, Jorge E. Aceves. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACEDO, Valdemar de Oliveira. **Raízes e Futuros de Arapiraca**. Maceió. Ed. Gazeta de Alagoas, 1992.

_____. **Nossa Terra e nossa História**. S. I., 1997.

-----**Arapiraca na História de Alagoas**.
Grafitex. 1994

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. De Eva a Maria: Os Ideais de Formação Católica Feminina na Primeira Metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (org.). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859 – 1919). Uma fase de conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996- (Prismas)

MARROQUIM, AD. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglione & Strini. 1922.

MARTINS, J. S. **O poder e o atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo :Hucitec, 1994.

MELO, José Ronaldo Batista. **A Ação Política e a Expansão da Escola Secundária em Alagoas: o caso do Colégio Estadual Humberto Mendes**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. 2001.

PEREIRA JUNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande. Um Museu Vivo de Cultura Popular e Folclore Nordestino**. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba / Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social. S / d..

PINHEIRO, V.L. **A História do Colégio São Francisco de Assis**. 1997 (monografia de especialização)

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas á era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: São Francisco, 2002 – (Coleção contemporânea).

RAMOS, Graciliano. Alguns números relativos á instrução primária em Alagoas. In. VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Caminhos da Educação: da colônia aos dias atuais**. Maceió/São Paulo: Catavento, 2001.

REIS, Jose Carlos. Escola dos Anales: a inovação em história. S. Paulo. Paz e Terra. 200

RERUM NOVARUM. **Carta Encíclica de Sua Santidade O Papa Leão XIII sobre as condições dos operários**. 15/05/1891.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas, São Paulo. 2000. (coleção memória da educação)

SALDANHA, de Oliveira, José Alberto. **A Mitologia Estudantil – uma abordagem do movimento estudantil alagoano**. Maceió: SERGASA, 1994.

SOUZA, Cynthia Pereira de. A criança – aluno transformada em números (1890-1960). In: **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III:**

século XX / Maria Stephano, Maria Helena câmara Bastos (orgs.). – Petrópoles, RJ: Vozes, 2005.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2. ed., 1997.

_____. (org.) **Caminhos da educação em Alagoas**: da Colônia aos dias atuais. Maceió: Edições Catavento, 2001

VIDAL, Diana Gonçalves e CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e Magistério Primário: Tensões, Ambigüidades e deslocamentos. .In: **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. Diana Gonçalves Vidal, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2001.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais** – Parte 1 e 2. Campinas/São Paulo: Editora da Universidade de Campinas/Cortez, 2001.

ANEXOS

ANEXO I – PRIMEIROS ALUNOS

ANEXO II – GINÁSTICA